



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos

LUIS FELIPE DIAS TROTTA

**O ARQUIVO PESSOAL DE LEON ELIACHAR: Uma análise tipológica dos
documentos de um escritor**

Rio de Janeiro

2016

LUIS FELIPE DIAS TROTTA

O ARQUIVO PESSOAL DE LEON ELIACHAR: Uma análise tipológica dos documentos de um escritor

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Produto Técnico-Científico, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Área de concentração: Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea.

Linha de pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline Lopes de Lacerda

Rio de Janeiro

2016

T858a Trotta, Luís Felipe Dias.

O arquivo de Leon Eliachar: analisar tipologia do arquivo de um escritor / Luís Felipe Dias Trotta. – 2016.

146 f.

Dissertação (Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2016.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Aline Lopes de Lacerda.

1. Leon Eliachar. I. Arquivos pessoais. II. Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa. III. Tipologia documental. IV. Glossários tipológicos. V. Título.

CDD 025.3414

LUIS FELIPE DIAS TROTTA

O ARQUIVO PESSOAL DE LEON ELIACHAR: Uma análise tipológica dos documentos de um escritor

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovação em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador (a): _____

Prof.^a. Dr.^a. Aline Lopes de Lacerda
Casa de Oswaldo Cruz (COC) / UNIRIO

Examinador Interno: _____

Prof. Dr. Eliézer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -
UNIRIO

Examinador Externo: _____

Prof.^a. Dr.^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva
Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

Examinador Interno
Suplente: _____

Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz - COC

Examinador Externo
Suplente: _____

Prof.^a. Dr.^a. Ana Luce Girão Soares de Lima
Casa de Oswaldo Cruz - COC

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2016

Dedico à sociedade brasileira, a meus pais que tanto investiram na minha educação, às minhas três mães, à minha família, a todos os que passaram a minha vida e me acrescentaram de muitas maneiras e ao meu companheiro, Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Estado Brasileiro e a todos os seres-humanos – independentemente da posição que ocupam na sociedade – que se dedicaram e se dedicam de boa vontade à construção da *res publica* e do Ensino Público gratuito e de qualidade, onde tive a oportunidade de estudar durante longos períodos da minha vida.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos pela oportunidade que tive de integrar seu corpo docente e de construir um produto que nada mais é do que o retorno do que a sociedade investe em seus cidadãos.

À orientadora Aline Lopez de Lacerda, que me deu a possibilidade de dialogar e aprender durante todo esse período.

A todas as instituições e pessoas com quem tive a oportunidade de trabalhar durante minha vida acadêmica, particularmente a toda equipe do Museu de Astronomia e Ciências Afins, local onde me iniciei nesse universo, em especial à Marta de Almeida, à Moema Vergara e a Fabiano Cataldo.

A todos os colegas de turma, em especial à Natasha Hermida, de quem tive a honra de ser o padrinho de casamento, e também à sua mãe, Loreine Hermida, que tanto me auxiliou na graduação. Também agradeço à Cleice Menezes e às professoras Ana Carla e Rosale.

A todos os amigos da Fundação Casa de Rui Barbosa, em especial à equipe do AMLB, à Rosângela Rangel pela compreensão, a Eduardo Ribeiro por ter suprido minhas ausências, à Laura Xavier por ter me ensinado tantas coisas, à Marta Clemente e particularmente à Roseli C. Rondinelli, pelos inestimáveis debates e discussões teóricas.

Finalmente, agradeço à minha família, em especial a minha mãe, meu pai, primos, tios e avós e ao meu companheiro Guilherme Esteves, que me apoiou e compreendeu em todos os momentos difíceis, sendo um suporte essencial durante todo o mestrado.

Sou eu próprio uma questão colocada ao mundo e devo fornecer minha resposta; caso contrário, estarei reduzido à resposta que o mundo me der.

(Carl Jung)

RESUMO

Este trabalho discute a relação da teoria arquivística tradicional com aspectos teóricos e metodológicos dos arquivos pessoais. Estuda o surgimento dos arquivos pessoais nas práticas arquivísticas e como objeto de estudo acadêmico. Tem como campo empírico o arquivo de Leon Eliachar, um profissional de humor que atuou na televisão, rádio, jornal, revista, publicidade, teatro e cinema e cuja documentação está sob custódia do Arquivo Museu de Literatura Brasileira, um setor da Fundação Casa de Rui Barbosa. Apresenta um resumo da biografia do titular e mostra como seus documentos indicam sua trajetória pessoal e profissional. Problematisa a questão do uso do conceito de tipologia documental em arquivos pessoais, mais especificamente em arquivos de escritores. Analisa os conceitos de função e atividade e sua aplicação no âmbito dos arquivos pessoais. Investiga glossários tipológicos existentes voltados exclusivamente para os arquivos pessoais. Apresenta um glossário de tipologias documentais para o arquivo de Leon Eliachar, contribuindo para o universo de tipos documentais em arquivos pessoais, particularmente nos arquivos de escritores.

Palavras-Chave: Arquivos pessoais, tipologia documental, tipos documentais, Leon Eliachar, Arquivologia, arquivos de escritores, glossários tipológicos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo Museu de Literatura Brasileira

ABSTRACT

This work discusses the relationship between traditional archival theory and theoretical and methodological aspects of personal archives. It studies the emergence of personal archives in archival practices and as an object of academic study. It has, as empirical field, the archive of Leon Eliachar, a humor professional who has worked in television, radio, newspaper, magazine, publicity, theater and cinema and whose documentation is in custody of the Arquivo Museu de Literatura Brasileira, a sector of the Fundação Casa de Rui Barbosa. It presents a summary of the biography of the holder and shows how their documents indicate his personal and professional trajectory. It investigates the use of the concept of record type in personal archives, more specifically in writers' archives. It analyzes the concepts of function and activity and their application within the scope of personal files. Investigate existing typological glossaries aimed exclusively at personal archives. It presents a glossary of documentary typologies for the Leon Eliachar archive, contributing to the universe of documentary types in personal archives, particularly in writers' archives.

Keyword: Personal Records, Documental Tipology, Record Type, Leon Eliachar, Archivology, writer's archives, typological glossaries, Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo Museu de Literatura Brasileira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Roteiro de “A Batalha dos Astros”

Figura 2 – Apontamento para a coluna “Divagar e Sempre”

Figura 3 – Tabela de correspondência do Manual de Procedimentos do AMLB - 2016

Figura 4 - Quadro de identificação de espécies documentais de acordo com as atividades do produtor

Figura 5 – Atividades de alcance externo

Figura 6 – Glossário de tipologias documentais em arquivos de cientistas

Figura 7 – Croqui de publicidade

Figura 8 – Arte final

Figura 9 – Desenho

Figura 10 – Fotomontagem

Figura 11 – Nota de humor

LISTA DE SIGLAS

AMLB – Arquivo Museu de Literatura Brasileira

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros em São Paulo

IMS – Instituto Moreira Sales

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Glossário de tipologias documentais do AMBL.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. OS ARQUIVOS PESSOAIS NA ARQUIVOLOGIA.....	23
2.1. OS ARQUIVOS PESSOAIS NA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA.....	24
2.2. ARQUIVOS PESSOAIS COMO OBJETO DE INTERESSE ACADÊMICO...	28
2.3. DISCUTINDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS.....	35
2.3.1. Definindo os arquivos pessoais e seus documentos.....	43
2.3.2. A entrada dos arquivos pessoais no espaço público das instituições de guarda e suas potencialidades.....	49
3. O ARQUIVO DE LEON ELIACHAR.....	55
3.1. NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE LEON ELIACHAR.....	57
3.2. NOTAS SOBRE A VIDA PROFISSIONAL DE LEON.....	64
3.3. NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE LEON.....	72
3.4. AS CARACTERÍSTICAS DO ARQUIVO E SUA TRAJETÓRIA NO AMLB...	77
4. BREVES NOTAS SOBRE TIPOLOGIA DOCUMENTAL NA ARQUIVOLOGIA.....	88
4.1. TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS.....	98
4.2. OS ARQUIVOS DOS ESCRITORES E A EXPERIÊNCIA DO AMLB.....	103
4.3. GLOSSÁRIO DE TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NO ARQUIVO DE LEON ELIACHAR.....	114
5. CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS.....	137

1 INTRODUÇÃO

Entre os temas do universo arquivístico, o dos arquivos pessoais tem se apresentado, por vezes, como bastante desafiador. Isso porque esses arquivos frequentemente possuem algumas características que testam a aplicação da teoria arquivística tradicional. Embora durante algum tempo o assunto tenha se mantido à margem das discussões travadas na área, recentemente eles têm sido objeto de reflexões no âmbito de Arquivologia e tem gerado muitos trabalhos e atividades.

Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos no primeiro semestre de 2015, cursei uma disciplina sobre arquivos pessoais, cuja professora foi a orientadora deste trabalho. Nesta disciplina, me inseri nos debates sobre o tema, nas suas problemáticas e também nas lacunas que ainda restam a serem desenvolvidas do ponto de vista teórico ou metodológico. Os autores estudados e as questões colocadas convergiam com o material próprio da minha atividade profissional e também com as dificuldades que eu encontrava no dia a dia no âmbito do Arquivo Museu de Literatura (AMLB), um setor da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Ao lidar cotidianamente com os mais de cem arquivos presentes no setor e realizando atividades de identificação, descrição, arranjo, elaboração de instrumentos de pesquisa, entre outros, percebi que a teoria arquivística, quando aplicada a este tipo de arquivo, demandava novos aprofundamentos.

O AMLB é um setor que foi criado em 1972 por Plínio Doyle, antigo diretor da FCRB, que organizava encontros mensais em sua casa e contava com a presença de escritores de renome como Carlos Drummond de Andrade, Ribeiro Couto, Pedro Nava, entre muitos outros. Estas reuniões eram chamadas de Sabadoyle e duraram de 1964 até 1998¹.

Plínio era um colecionista e, inspirado por Carlos Drummond para fazer um museu da literatura brasileira, pedia, durante esses encontros, que os escritores doassem seus documentos a ele. Frequentemente ele conseguia o retorno dos seus

¹ Cada um destes encontros gerou uma coleção de atas que estão arquivadas em sua totalidade no AMLB.

pedidos e esse material doado envolvia cartas, bilhetes, manuscritos de livros, poemas, entre outros papéis. Com o tempo, tais documentos resultaram em uma coleção de variados escritores e esta foi cedida à Fundação Casa de Rui Barbosa. Eles foram a base inicial para a construção do Arquivo Museu de Literatura Brasileira. Assim, o setor é fruto de um intercâmbio intelectual e artístico com personagens eminentes da área literária. Sua fundação tem uma “pedra fundamental” - o sonho de um dos maiores nomes da literatura nacional, Carlos Drummond de Andrade - e também a perspicácia do olhar de Plínio Doyle, um homem culto e erudito.

Atualmente, o AMLB conta com arquivos pessoais de autores com bastante renome, como Cecília Meireles, Maria Clara Machado, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Clarice Lispector, Pedro Nava, João Lyra Filho, Sebastião Uchôa Leite, entre outros. O número total de fundos é de cento e trinta e seis e o setor se tornou uma importante referência para o qual os próprios escritores, seus familiares e amigos doaram e ainda doam documentos, seja ainda na vida ativa do produtor ou após a sua morte. A coleção inicial de Plínio Doyle, portanto, se ampliou bastante. Dessa forma, trata-se de um conjunto de arquivos em permanente construção, o que demanda dos arquivistas trabalho incessante.

Destaco que esses documentos foram doados, inicialmente, por meio de um processo não formalizado juridicamente, uma vez que não existiam instrumentos legais para tal. Plínio Doyle exercia sua vontade particular de recolher este material, mas tinha receio de que, ao abordar tais questões jurídicas, alguns escritores e familiares deixassem de entregar seus documentos. Dessa forma, essa documentação foi se acumulando com pouco respaldo legal, pois na década de 1970, as questões jurídicas que são colocadas hoje sobre acesso a documentos e informações pessoais ainda não estavam plenamente desenvolvidas e o debate carecia de um aprofundamento, tanto no nível nacional quanto no nível internacional. Conforme mais documentos chegavam à Casa de Rui Barbosa, a instituição, já ciente de que isso poderia acarretar diversos problemas legais, desenvolveu o “termo de outorga” que transmitia à União a propriedade dos documentos doados. Hoje eles são, portanto, de forma definitiva, parte do patrimônio nacional.

Ao começar a trabalhar na instituição, no início de 2014, tive que lidar com arquivos em diferentes estágios de tratamento. Alguns deles já tinham sido completamente arranjados, organizados e inventariados. Outros haviam sido apenas organizados, mas não contavam com nenhum tipo de listagem documental ou qualquer outro instrumento de pesquisa. Outros, ainda, nunca tinham sido trabalhados, mesmo estando lá por mais de duas décadas. O setor também contava com um manual de procedimentos elaborado de acordo com os princípios arquivísticos, mas que continha algumas inconsistências, conforme abordarei no decorrer deste trabalho.

Ao longo dos meses, fui encarregado de tratar e inventariar o arquivo de Leon Eliachar, um famoso humorista que possui vários trabalhos na televisão, no rádio e na mídia impressa, além de ser escritor de diversos livros e trabalhar com publicidade. O autor morreu na década de 1980, encerrando mais de trinta anos de um trabalho de sucesso no humor brasileiro. O arquivo nunca havia sido tratado pelos profissionais do setor. Era, portanto, um material basicamente inexplorado.

Durante o tratamento destes documentos, inúmeros problemas de ordem prática se evidenciaram, elementos que exploro mais à frente. Ficou claro que o tratamento dos arquivos pessoais demanda o questionamento de certos conceitos da teoria arquivística tradicional. O arquivo de Leon também me envolveu pessoalmente, na medida em que lidar com a trajetória desse personagem pouco explorado do jornalismo de humor me despertou grande interesse na figura dele e na sua vida profissional.

A partir das questões que me eram colocadas no dia a dia, pude melhor orientar o estudo e o contrário também ocorreu. O aprofundamento das análises sobre os arquivos pessoais me proporcionou a construção de respostas no trabalho prático. Conforme veremos nos próximos capítulos, existe um debate em torno das possibilidades e limites do emprego da teoria e metodologia tradicionais da arquivística para a abordagem dos arquivos pessoais; existe também a crítica em relação à aproximação automática entre arquivos pessoais e institucionais, como se os primeiros fossem uma dimensão em menor escala dos segundos e que, portanto, poderíamos vê-los de uma mesma perspectiva teórico-metodológica.

A ideia de arquivo como produto de atividades e funções seria um elo forte de união entre os arquivos pessoais e institucionais. Na premissa de que os arquivos pessoais merecem um olhar cauteloso no que se refere a essa aproximação automática expressa mais acima, entendo também que falta, ainda, uma maior compreensão sobre a execução de funções e atividades de indivíduos – tanto na esfera profissional e pública, quanto na dimensão pessoal privada. O tema das tipologias documentais me pareceu elemento central para pensar a relação dos documentos de um indivíduo com as suas atividades, tarefas diárias, funções mais ou menos formalizadas, atos de digressão inconsequentes, todos aspectos presentes na trajetória de uma vida. Assim, esse trabalho busca investigar alguns parâmetros da teoria arquivística tradicional, tendo como foco uma discussão sobre tipologias documentais e seus usos no tratamento arquivístico e como ela se aplica (ou se aplicaria) dentro de arquivos pessoais, mais especificamente os arquivos pessoais literários.

Um dos problemas iniciais que o arquivo de Leon trazia era a questão do arranjo. Tradicionalmente, o AMLB conta com um arranjo inspirado na estrutura dada pelo manual “Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC ²” e contém as seguintes séries: *correspondência pessoal, correspondência comercial, produção intelectual, produção intelectual de terceiros, documentos pessoais, produção na imprensa e iconografia*. Estas séries configuram um arranjo misto que mescla assunto (produção intelectual), gênero (iconografia) e espécie (cartas).

Embora seja relativamente antigo, este arranjo inspirado no CPDOC sempre foi adotado no âmbito do AMLB porque ele se encaixou relativamente bem para os arquivos literários, principalmente quando consideramos as necessidades de pesquisa. Isso porque a maioria dos pesquisadores busca justamente a produção intelectual do titular (a fim de fazer críticas genéticas do texto ou rastrear obras inéditas) e também a correspondência deles, que pode evidenciar os diálogos entre os diferentes autores e suas atuações sociais. Mas mesmo servindo em muitos aspectos, tanto para os arquivistas do AMLB quanto para os pesquisadores, sob o

² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Rio de Janeiro). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4.ed. versão atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998

ponto de vista arquivístico, ele possui problemas, fato que já vinha sendo constatado no trabalho empírico. A título de exemplo, se um autor acumula recortes de seus artigos, crônicas ou textos publicados em jornal, como é muito comum, isso é uma produção na imprensa, mas ao mesmo tempo representa a sistematização do registro de sua produção intelectual. Por que, então, uma coleção de recortes de crônicas de um determinado autor publicada em um jornal ou revista, deve ficar separada de sua obra intelectual? Igualmente, se uma carta contém, em conjunto, um poema e uma fotografia, devem estes três documentos ser separados para que caibam respectivamente em *correspondência pessoal*, *produção intelectual de terceiros* e *documentos iconográficos*?

No arquivo de Eliachar, problemas análogos apareciam. Assim, ao encontrar em sua documentação uma carta, um script, um folder de divulgação e um recorte sobre o programa de televisão “A Batalha dos Astros”, cada um destes documentos deveria ficar em uma série separada, mesmo que todos estivessem relacionados a uma mesma função do titular e a um mesmo assunto.

Durante o curso, pude constatar que este arranjo adotado pelo setor já havia sido criticado, do ponto de vista metodológico, por trabalhos na área. Sobre isso, Santos nos apresenta uma crítica a esse modelo ao afirmar que:

A sedimentação de esquemas de classificação – predominantemente não funcionais – baseados em diferentes critérios de formação de séries, a insistência em um processo de arranjo e descrição que molda determinadas “chaves de entrada”, como as séries Produção Intelectual e Correspondência, por exemplo, “divorcia” documentos textuais e documentos fotográficos ou audiovisuais; e fragmenta e descontextualiza os documentos de seu lócus orgânico de produção e acumulação. Tais procedimentos são exemplos de alguns dos problemas identificáveis no referido modelo. Sem ter em momento algum se proposto à missão de refletir teoricamente sobre o tema dos arquivos pessoais, ao assumir o papel de instituição de referência nacional o CPDOC trilhou, juntamente com aqueles que buscavam o “relato da experiência”, o caminho da reprodução permanente de um saber/fazer arquivístico, baseado, sobretudo, nas práticas empíricas de organização e destituído de qualquer status científico (SANTOS, 2005. Apud GONÇALVES p. 41)

Além destes problemas relacionados à desfragmentação documental do seu contexto de produção para torná-los moldáveis a séries predeterminadas, as séries *documentos pessoais* e *documentos diversos* são outra questão. Há de se reconhecer que as fronteiras entre o que é um “pessoal” ou um “diverso”

frequentemente não são nítidas. Além disso, elas parecem não permitir uma adequada contextualização documental. Essas dificuldades que se colocavam foram evidenciando a necessidade da construção de outro tipo de arranjo. No entanto, era necessário definir qual arranjo seria o mais eficaz para o tratamento de arquivos de escritores. Sobre isso, Lopez (1999, p. 69) pontua que o arranjo deve garantir a devida contextualização dos documentos arquivísticos, resgatando as funções e atividades geradoras dos documentos e respeitando o princípio da proveniência.

Como solução para estes problemas, foi aventada no setor uma solução que já havia sido proposta anteriormente, não só para o tratamento do arquivo de Leon como também para os futuros arquivos, mas que nunca fora efetivamente implementada: a adoção de um arranjo funcional. Pessoalmente, já havia estudado os arranjos funcionais no âmbito de arquivos institucionais, mas nada sabia sobre sua aplicação para os arquivos pessoais³.

Durante o estudo do tema, percebi que o arranjo funcional envolvia o estudo das funções do titular, elemento que sempre fora muito pouco explorado no âmbito do AMLB. A partir de conversas com a orientadora, fui me aproximando do estudo das tipologias documentais, uma vez que o tipo é a união da espécie, acrescida da função ou atividade ligada ao documento, conforme consta no Dicionário Brasileiro de Termos Arquivísticos (2009). Os debates e as leituras sobre o tema colocaram em evidência a dificuldade de se mapear funções dentro de um arquivo privado pessoal.

Assim, um problema que começou a partir de questões de arranjo, se ampliou para um estudo das tipologias documentais no universo dos arquivos pessoais de escritores. Verificou-se também a necessidade de um estudo sobre tipologias documentais para o AMLB, mais especificamente sobre tipos documentais nos arquivos de escritores. Este trabalho, portanto, é uma feliz convergência entre questões práticas das minhas atividades profissionais, os estudos no âmbito do mestrado e questões colocadas pela orientadora, onde ficou clara a necessidade e a importância da elaboração de um glossário de tipologia documental para o material com o qual eu estava lidando.

³ Uma das obras de referência que tinha sobre o assunto era a tese de doutorado de Rodrigues, *Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)* (2002). Nesta obra a autora discorre como o tipo documental atua numa eficiente gestão documental, mas seu olhar é exclusivamente institucional.

Ao pesquisar sobre o assunto, descobri que este tema é bem pouco explorado nos arquivos pessoais, contando apenas com alguns trabalhos, os quais indico mais à frente. Enquanto que os tipos documentais em arquivos institucionais são bem mapeados, o mesmo não se pode dizer para os arquivos pessoais.

Ao lidar com o arquivo de Leon, me defrontei com documentos produzidos por atividades das áreas profissionais em televisão, rádio e publicidade e, sobre estes, não tinha nenhuma familiaridade nem com a terminologia que lhes era própria e nem com os tipos documentais que essas atividades podiam constituir do ponto de vista arquivístico.

Estas questões me levaram a perceber a importância deste estudo para um tratamento eficiente, pois um levantamento dessa natureza permite o conhecimento dos documentos do ponto de vista de sua gênese, configuração e propósito. A título de exemplo, podemos nos perguntar qual a função de um script? A que tipo de atividade pode ser atribuída a um santinho de papel? Que espécies e tipos documentais existem em documentos sobre televisão? Todos os documentos em um arquivo privado pessoal possuem, necessariamente, uma função ou uma atividade a eles ligadas? Essas e outras perguntas me instigaram nesse percurso de trabalho.

Embora o AMLB lide com as tipologias documentais no seu manual de procedimentos e as utilize na descrição de certos campos na sua base de dados, percebeu-se que elas não eram trabalhadas em toda sua potencialidade no setor, pois o arranjo tradicionalmente adotado não demandava um aprofundamento neste campo. Além disso, os tipos documentais identificados não contavam com uma definição, elemento que discuto no último capítulo.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é a elaboração de um glossário de tipologias documentais para arquivos pessoais de caráter literário a partir do estudo de caso do arquivo de Leon Eliachar, presente no Arquivo Museu de Literatura Brasileira na Fundação Casa de Rui Barbosa. Dentre seus objetivos específicos, estão o aprofundamento e estudo da relação entre teoria arquivística tradicional e sua aplicação nos arquivos pessoais; a investigação sobre o uso do conceito de tipologia documental dentro do arquivo de um escritor e a análise dos conceitos de função e atividade e sua aplicação para os arquivos pessoais.

No campo metodológico, destaco que esta dissertação foi elaborada quase que concomitante com a organização física e intelectual do acervo de Leon e com a elaboração de seu instrumento de pesquisa. Isso demandou o estudo do Manual de Procedimentos do Arquivo Museu de Literatura Brasileira (2006), de modo que eu pudesse me familiarizar com o arranjo padrão adotado pela instituição e com as tipologias documentais propostas até então. Em seguida, foram realizadas leituras sobre teoria arquivística, sobre arquivos pessoais e tipologia documental, principalmente na bibliografia brasileira, embora contenha algumas leituras de trabalhos teóricos espanhóis e em língua inglesa.

Também foi realizada uma conversa com o filho de Leon Eliachar, Sérgio Eliachar, que intermediou uma entrevista com a ex-esposa do titular, Wanelly Waleska, cujo roteiro se encontra no capítulo três. Nessa entrevista procurei entender a biografia de Leon, bem como a construção de seu arquivo e o modo como ele chegou na FCRB. Este foi um processo fundamental para ajudar na compreensão das funções do titular, e como elas se relacionavam com os documentos.

Por fim, além dos encontros com a orientadora, foram feitas leituras no âmbito de outros campos profissionais como televisão, rádio, jornais e publicidade, de modo que eu pudesse entender as atividades desenvolvidas nestas áreas e seus conceitos.

Sobre as facilidades do trabalho, podemos apontar que trabalhar no mesmo lugar onde foi realizada a pesquisa contribuiu de forma significativa para o seu desenvolvimento. Além disso, a proximidade física com a ex-esposa do titular, uma vez que ela se encontra no Hospital Samaritano, em Botafogo, no mesmo bairro da FCRB, contribuiu na acessibilidade e facilitação da entrevista realizada. Também, um elemento que ajudou na pesquisa foi a abundância de material biográfico sobre Leon Eliachar tanto em seu arquivo, quanto em sítios eletrônicos. Por fim, outra facilidade foi o fato de o acervo contar com uma organização bem nítida realizada pelo próprio Leon.

Com relação às dificuldades, podemos apontar que ter que realizar um estudo teórico e intelectual sobre um arquivo ao mesmo tempo em que ele era tratado, criou tensões entre as práticas cotidianas do AMLB e a necessidade de se pensar outros

métodos de organização. Também, a existência de pouca bibliografia disponível sobre tipologias documentais e dificuldade de acesso a muitas obras dificultaram as leituras necessárias. Por fim, a existência de documentos de áreas profissionais como televisão, rádio, literatura e publicidade demandou a familiarização com um tipo de nomenclatura com o qual nunca havia lidado pessoalmente.

O resultado final esperado, dentre outros elementos, é que o conjunto de tipologias documentais de Leon Eliachar, possa oferecer algo de novo e que possa contribuir para o conhecimento sobre tipologias documentais em arquivos de escritores. Saliento também que, embora o produto final a ser esperado seja um glossário tipológico, este trabalho se propõe igualmente ser um estudo sobre a relação entre os arquivos pessoais e os conceitos da teoria arquivística tradicional, contribuindo para a discussão na área. Por fim, espera-se também que ele possa evidenciar a personalidade de Leon enquanto personagem histórico da imprensa e do humor nacionais e também a sua rica obra.

A estrutura do trabalho possui o seguinte desenho: no capítulo um, apresento o estado da arte em relação ao tema “arquivos pessoais na Arquivologia”, e discuto como os arquivos pessoais se inseriram ao longo do tempo nas práticas arquivísticas, como passaram a ser objeto de interesse acadêmico e discuto algumas características deles, relacionando a teoria arquivística tradicional com acervos pessoais. Ainda, procuro mostrar que tipos de documentos podem fazer parte deste tipo de arquivo, discuto a importância do processo de institucionalização para os mesmos e exponho as suas potencialidades sociais e culturais.

No segundo capítulo, trago as informações sobre Leon Eliachar, mostrando alguns aspectos de sua biografia, o processo de construção de seu arquivo, a trajetória deste dentro da FCRB e além das características dos seus documentos.

No capítulo três, busco construir uma discussão sobre o conceito de tipologia documental, na qual abordo os seus usos, significados dados por diferentes autores, suas múltiplas aplicações no fazer arquivístico e sua inserção nos arquivos pessoais. Também descrevo a experiência do Arquivo Museu de Literatura Brasileira no que se refere à aplicação e uso das tipologias e como o setor lida com os desafios impostos pelo tratamento de acervos pessoais. Ao final, encontra-se o produto deste trabalho, que é o glossário de tipologias documentais referente ao arquivo do titular.

2. OS ARQUIVOS PESSOAIS NA ARQUIVOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar, de maneira introdutória, um debate sobre os arquivos pessoais. Não é seu objetivo fazer um estudo exaustivo e detalhado sobre as muitas dimensões que existem neste tema e nem citar todos os autores que já escreveram sobre ele, mas sim levantar alguns pontos, apontar dificuldades no tratamento desta matéria, bem como refletir sobre a noção de acervos pessoais e de algumas de suas características.

Estas questões são importantes, pois embora o tema deste trabalho seja tipologias documentais em arquivos pessoais tendo como campo empírico o arquivo de Leon Eliachar, não é possível abordar esse assunto sem antes nos aprofundarmos no entendimento do que é um arquivo privado pessoal.

Os arquivos pessoais, tal como são entendidos hoje, são um tema relativamente recente tanto no universo dos arquivos quanto como objeto de estudo acadêmico e há várias razões para isso, conforme veremos no decorrer deste trabalho. Muitas vezes se acredita que o simples conceito de “arquivos pessoais” é de fácil entendimento, porém tal compreensão é quase sempre superficial, pois a relação destes com a Arquivologia apresenta nuances e problemáticas que nem sempre são de fácil solução, principalmente no se refere à relação deles com a chamada teoria arquivística tradicional.

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte procuro mostrar como os arquivos pessoais ingressaram no mundo arquivístico e como as práticas arquivísticas têm lidado com o tema. Na segunda parte, segue um estudo de como eles passaram a ser objeto de interesse acadêmico e tema de vários trabalhos na área. Por fim, na terceira parte, problematizo algumas características dos arquivos

peçoais de acordo com os diversos autores da área⁴, abordando suas definições, a importância do processo de institucionalização para a visibilidade e preservação dos mesmos e também suas potencialidades como tema de pesquisa e como objetos culturais.

2.1 . OS ARQUIVOS PESSOAIS NA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA

Quando falamos em arquivos pessoais, é sempre importante lembrar que este é um conceito relativamente recente na Arquivologia, datando do início do século XX. Durante muito tempo o que hoje se entende por arquivos pessoais, era compreendido pela reunião de manuscritos de origem privada e considerado como documentos históricos, sendo relegados a bibliotecas e museus (HEYMANN, 2009, p. 43).

Atualmente a compreensão do que seja um arquivo pessoal foi bastante ampliada e muitas instituições, mormente as que têm uma dimensão mais cultural, têm se sensibilizado no sentido de recebê-los e tratá-los, considerando principalmente seu evidente interesse para a pesquisa acadêmica em diversas áreas e também o seu papel na constituição das várias memórias sociais e que eles possibilitam. Para se chegar a este entendimento, no entanto, o conceito de arquivos pessoais teve uma trajetória, tanto na prática arquivística quanto para os estudos acadêmicos.

Já é bem conhecido o papel da França e da Revolução Francesa na configuração das instituições arquivísticas atuais. Se antes eles existiam em função de uma administração mais burocrática, a partir de 1789, os arquivos, principalmente na França, passam a ser identificados como *locus* das memórias nacional e pública⁵. O arquivo passa a ser o repositório de documentos que identificavam algum aspecto

⁴ Há na literatura internacional vários trabalhos que abordam as questões teóricas e práticas relativas ao tratamento dos arquivos pessoais. Embora este trabalho dialogue com autores estrangeiros como Terry Cook, Sue McKemmish, Katherine Hobbs, Rob Fisher, Heredia Herrera, entre outros, o foco dessa dissertação são principalmente os autores brasileiros.

⁵ É importante destacar que embora muito se fale do papel da Revolução Francesa na configuração dos arquivos atuais, a presença dos arquivos é praticamente onipresente ao longo da história das civilizações. Rondinelli pondera que o nascimento da arquivologia como disciplina autônoma, no século XIX, não deve ser confundido com a existência de arquivos e de práticas arquivísticas, estes já identificados nas civilizações pré-clássicas (2013, p. 117).

daquela sociedade que merecia ser preservado e também um local de pesquisa aberto a qualquer cidadão.

Parece razoável afirmar também que estes arquivos pensados como repositório de documentos da administração pública e como locais de memória tinham um foco predominantemente institucional. Apesar desse viés, na França, em 1841, uma circular do Ministério do Interior definia, em suas diretrizes gerais, que os documentos deviam ser agrupados por fundos, isto é, todos os documentos originários de uma determinada instituição, tal como uma *entidade administrativa, uma corporação ou uma família* [...] (SCHELLENBERG, 1973, p. 209).

Embora a noção de “arquivos de uma família” seja diferente do que hoje entendemos por arquivo privado pessoal, essa determinação do Ministério do Interior francês entendia, de certa forma, que no espaço da vida privada e familiar também se constituíam arquivos de relevância social. Esse reconhecimento de que uma família poderia constituir um arquivo passível de recolhimento ao Estado nos permite perceber que já nessa época havia uma concepção relativamente ampliada do conceito de “fundo”, indo além do puramente institucional, embora a ideia de “arquivos pessoais” ainda não estivesse plenamente consolidada.

Sobre isso, saliento que ainda que essa iniciativa francesa tenha sido bastante significativa, a presença deste tipo de arquivos de origem privada já circulava pelo cenário administrativo, intelectual e cultural da época. Porém, o que hoje se entende por arquivo pessoal, no século XIX, além de não ter esse nome, não estava predominantemente nos arquivos, mas sim em museus e bibliotecas e eram chamados de “manuscritos históricos”, conforme dito anteriormente. Esse entendimento mudou com o tempo. Oliveira, em um trabalho sobre descrição arquivísticas e os arquivos pessoais, nos esclarece (2013, p. 33) que

No século XIX, a prática arquivística francesa, inglesa e americana, impulsionada pelas sociedades históricas, passam a reconhecer os papéis produzidos na vida privada como fonte para a pesquisa do historiador. Um dos mecanismos encontrados pela sociedade para a preservação desse legado produzido no âmbito privado é a sua institucionalização, seja em bibliotecas, museus, arquivos de sociedades históricas, universidades, centros de documentação, instituições arquivísticas etc.

Ainda que tenha sido no século XIX que os arquivos privados pessoais, mesmo com um nome diferente, tenham efetivamente ingressado nos arquivos, a

produção técnica na área aparentemente relegou o tema a um papel secundário. A clássica obra da área, Manual dos Arquivistas Holandeses de 1898, não contemplava a questão dos arquivos privados e, menos ainda, a de arquivos privados pessoais (GONÇALVES, 2007, p. 11) ⁶.

Fraiz (1998, p. 61), no seu trabalho sobre a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais e onde estuda a formação do arquivo de Gustavo Capanema, afirma que a incorporação do conceito de arquivo privado pela Arquivologia se dá somente no século XX e foi somente a partir da segunda metade deste século que o arranjo de papéis privados pessoais deixou de se basear em práticas e métodos biblioteconômicos. Antes, eles eram tomados como simples unidades avulsas, sem que se levasse em consideração seu caráter orgânico, perceptível pelo processo de acumulação.

Heymann (2009, p. 42) em seu texto “O indivíduo fora do lugar”, no qual aborda as origens dos arquivos pessoais, sua inserção na perspectiva arquivística e seus usos e representações, parece confirmar esse ponto da incorporação dos arquivos pessoais nos manuais de Arquivologia ao escrever que

A primeira menção a arquivos constituídos por indivíduos aparece em 1928, no manual do arquivista italiano Eugenio Casanova, que os define: [...] acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa.

Com relação à produção acadêmica sobre o tema, os arquivos pessoais são mencionados tardiamente na literatura da área, comparativamente aos manuais dedicados aos arquivos institucionais, uma vez que muitas vezes, estando integrados nas bibliotecas, recebiam um tratamento biblioteconômico. Eles ocupavam um papel secundário em relação aos arquivos institucionais e eram submetidos a abordagens metodológicas distintas de acordo com os distintos

⁶ Destaco que apesar de o “Manual dos Arquivistas Holandeses” ser uma das obras mais icônicas no que se refere ao surgimento da Arquivologia enquanto uma disciplina, os séculos XVI e XVII registraram o aparecimento de uma série de tratados sobre arquivos, como *Von der Registratur um jren Gebäwen und Regimenters*, de Jacob von Rammingen, em 1571; *De archivis líber singularis*, de Baldassare Bonifácio, em 1632; *Comentarius de archivis antiquorum*, de Alberto Barisone, entre 1619 e 1636; e *De iure archivi et cancellariae*, de Fritsch, em 1664. Entretanto, cabe ressaltar que, embora esses tratados signifiquem uma mudança da exclusividade do *lócus* arquivístico da esfera eminentemente administrativa para a cultura, eles estão longe de apresentar articulações teóricas ou metodológicas (VIVAS MORENO, 2004, apud RONDINELLI, 2013, p. 122).

campos disciplinares representados por seus custodiadores e em muitos casos eles foram considerados mais como coleções do que como arquivos.

Moreira (1990, p. 3) confirma a posição de Fraiz sobre o fato de que foi somente na segunda metade do século XX é que os arquivos pessoais receberam um tratamento técnico na área. Segundo a autora, foi em 1950, durante o I Congresso Internacional de Arquivos, que se discutiu pela primeira vez, de forma mais ampla, embora ainda sumária, a questão dos arquivos privados. Ainda sobre podemos afirmar que,

A cristalização destas mudanças pela arquivologia só veio a ocorrer, de forma generalizada, após a Segunda Guerra Mundial, pressionada pelo movimento da *École des Annales*, pela história econômica, demográfica, social etc. Já nos anos 50, por duas vezes (1950 e 1956) os arquivos privados foram objeto de discussão em congressos internacionais de arquivologia, o que comprova o reconhecimento, por parte dos arquivistas, da importância dos arquivos privados como parte essencial do patrimônio histórico de uma nação (ibidem, p. 10).

A incorporação dos acervos pessoais no universo dos arquivos não significou, no entanto, que automaticamente a produção técnica da área se direcionasse para eles. Ainda seriam necessárias mais algumas décadas para que houvesse alguma bibliografia que tratasse de forma mais sistemática e mais aprofundada sobre este tema.

Aparentemente, um dos elementos que contribuíram para essa tomada de consciência mais acentuada sobre os arquivos pessoais e sobre a sua necessária incorporação às instituições arquivísticas foi o desenvolvimento dos estudos históricos. Se durante bastante tempo a História se dedicou ao estudo dos grandes personagens como estadistas, generais e líderes, num determinado momento, voltou seu olhar para o estudo do cotidiano, do homem comum e do microcosmos social.

Vianna, Lisovsky e Sá (1986, p. 63) no texto "A vontade de guardar: lógica de acumulação nos arquivos privados" onde discutem os princípios que norteiam a construção de um arquivo privado pessoal e sobre sua historicização, afirmam que foi principalmente na História que se aprofundou a percepção de que os arquivos privados (incluindo-se aí os pessoais) são fontes históricas para a pesquisa e para a compreensão das sociedades. Esta posição é detalhada pelo trabalho de Brandi, quando afirma que

A recente voga de estudos *acerca e com base em* arquivos privados coincide com uma renovação da paisagem historiográfica. De um lado, ela é estimulada pela reabilitação do sujeito e dos atores, que tomou conta das ciências sociais a partir dos anos 1980, modificando brusca e violentamente a primazia que a geração anterior de historiadores havia concedido às estruturas e forças anônimas. De outro, pode-se afirmar que o vigor com que, durante as décadas de 190 e 1980, se internacionalizaram, primeiro o modelo da história das mentalidades e, depois, o da história cultural, parece ter acarretado, entre outros efeitos, o pleno desprestígio daquela que passou a ser chamada a “velha história desencarnada das ideias” (...) (2014, p. 103).

Tanno (2007, p. 101), em obra sobre os acervos pessoais e como estes se relacionam com memória e identidade, afirma que foi no século XX que se observou a valorização do indivíduo comum⁷ e que tal movimento foi trazido pela História Nova, juntamente com os interesses pelos temas ligados ao cotidiano, ao comportamento e às experiências da vida. Dessa forma, não podemos negar que diferentes correntes intelectuais dentro da História deram uma contribuição valiosa na consolidação dos arquivos pessoais no universo arquivístico (muito embora este viés historiográfico não tenha sido o único responsável por isso).

A emergência do conceito de “arquivos pessoais” no cenário arquivístico colocou aos arquivistas novas questões. Viana, Lisovsky e Sá (1986, p. 62), contribuem para este debate ao afirmar que o tratamento de fontes históricas oriundas de arquivos privados pessoais, além de envolver um conjunto de decisões e procedimentos técnicos que ainda não estavam claramente definidos, requereu certo consenso em torno de noções como as de memória, documento, pessoa, público e privado, arquivo e principalmente, história. Nesse sentido, a incorporação dos arquivos pessoais nas práticas arquivísticas e nas instituições de arquivo apresentou perguntas que ainda não haviam sido colocadas aos profissionais da área. A prática arquivística, frente à realidade relativamente nova dos arquivos pessoais, demandou que se aprofundassem questões técnicas e teóricas relativas a este universo particular, o que levou a um esforço por parte de alguns setores da Arquivologia para pensar a teoria sob o ponto de vista deste tipo de arquivo, uma vez que aquela havia sido erigida tendo como base os arquivos institucionais.

⁷ Esta ideia é reforçada pela historiadora Ângela de Castro Gomes (1998), que afirma que o crescente interesse dos historiadores pelos arquivos privados prende-se a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, há uma revalorização da lógica de suas ações, pautadas em intenções que são escolhas em um campo de possibilidades (...). (GOMES, 1998, apud SVICERO, 2013, p. 26).

2.2. ARQUIVOS PESSOAIS COMO OBJETO DE INTERESSE ACADÊMICO

A consolidação e o desenvolvimento das reflexões acadêmicas na Arquivologia sobre arquivos pessoais foi um processo longo. Além de a área ter um viés predominantemente institucional, a pesquisa acadêmica na Arquivologia, pelo menos no Brasil, tinha uma característica muito particular, pois perspectiva de pesquisa neste campo tendia a ser confundida com pesquisa nos arquivos tanto no Brasil quanto no mundo. Esse modelo seria resultante de uma visão de Arquivologia como um conjunto de métodos e técnicas para a organização dos arquivos, especialmente os permanentes, e que essa visão era impulsionada pelo empirismo predominante no modelo de instituição arquivística tradicional, cujos métodos e técnicas corroboravam uma ideia de Arquivologia de cunho fortemente estatal e positivista (JARDIM, 2010, p. 35).

Esse conhecimento arquivístico estaria representado em manuais e tinha como *locus* fundamental a instituição arquivística pública que, formal ou informalmente, seguia sendo o espaço de formação de arquivistas. O resultado disso seria uma sistematização de conhecimentos advindos fundamentalmente das práticas de organização, com ênfase nos vários métodos de ordenação documental e pouco adensamento teórico, o que caracterizaria a Arquivologia como “disciplina auxiliar” da História (idem, p. 35). A posição típica da área, portanto, não era uma reflexão crítica sobre os arquivos, mas sim uma perspectiva nutrida pelos métodos e por vários manuais.

Destaca-se que essa característica não era atinente exclusivamente ao Brasil. Jardim afirma que foi apenas no pós-Segunda Guerra Mundial, que houve um deslocamento do papel da Arquivologia, principalmente nos países anglo-saxônios. Ela se transformou em menos auxiliar da história e mais “auxiliar da administração”. Ainda que essa visão a mantenha sobre um olhar extremamente tecnicista, tal movimento ampliou as possibilidades teóricas, empíricas e metodológicas da área.

Esse quadro começa a ser alterado a partir dos anos de 1990, com elementos que emergem a partir de meados dos anos de 1980. Neste cenário de mudança, alguns aspectos merecem ser destacados: entram em cena novos modos de produção, conservação e uso dos documentos arquivísticos, configuram-se espaços

informativos virtuais, o acesso à informação torna-se tão ou mais importante do que o acesso ao documento físico, surgem novas concepções de documento arquivístico, o qual não necessariamente é uma entidade física etc (idem, p. 37). Saliento que esse movimento ocorrido na Arquivologia é também o resultado de uma renovação tecnológica profunda das sociedades.

Nessa discussão, há de se destacar um elemento importante que também contribuiu para uma mudança no que se refere ao modo como o pensamento acadêmico encarava os documentos históricos nos arquivos. Na década de 1980, Le Goff havia empreendido uma crítica ao documento que colocou em xeque a sua “naturalidade” e “imparcialidade”, e apontou, também, para a necessária apreensão das estruturas de poder que o criam e mantêm⁸. O autor advertiu os historiadores no sentido de incitá-los a analisar as condições de produção dos documentos. Assim, a forma de pensar os documentos em relação aos fatos que representam foi sendo questionada e esse aspecto contribuiu para um “arejamento” no modo como os arquivistas olhavam seus documentos.

Paralelamente, saliento também que o final do século XX foi marcado pela pós-modernidade e o rompimento com o chamado mito da objetividade e da imparcialidade, característico da escola mais tradicional da Arquivologia. Voltou-se a atenção para a dimensão ativa da prática arquivística na conformação da memória social, em oposição à ideia de que o arquivista seria um custodiador passivo de documentos. Nesse sentido, se destacam o trabalho do canadense Terry Cook que desde o começo da década de 1990 questionava os princípios arquivísticos tradicionais a partir de uma perspectiva assumidamente pós-moderna⁹.

Dessa forma, o olhar acadêmico sobre os arquivos estava em meio ao impasse entre um olhar objetivista sobre os documentos e um olhar relativista sobre as fontes, que nega qualquer possibilidade de objetividade histórica. Esse movimento demandou um diálogo interdisciplinar, no centro do qual estavam colocados os arquivos. A crítica e os estudos sobre os arquivos pessoais, portanto, se inserem num debate intelectual mais amplo que criticava a objetividade e a

⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

⁹ COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, v. 11, n. 21, 1998, p. 129-149.

neutralidade do documento. Nesse sentido, os trabalhos acadêmicos nos arquivos passaram a estar sob a tônica intelectual contemporânea, que pressupunha a desnaturalização dos arquivos e da prática arquivística, e que devia nos tornar mais reflexiva frente a nossa prática profissional.

No Brasil, a Arquivologia é fortemente impactada pela criação de uma das suas leis mais representativas até o momento, a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Em paralelo com esta Lei, vêm demandas sociais pela transparência, o associativismo profissional, entre outros fatores que concorrem para essa mudança de perspectiva. Em relação ao ensino e a pesquisa, houve a ampliação da graduação, algumas experiências de pós-graduação *latu sensu*, eventos científicos na área, produção de conhecimento nas universidades, aumento no número de doutores envolvidos com a docência em Arquivologia e a difusão de conhecimento arquivístico. Adiciona-se a isso também a experiência de dois periódicos da área: *Arquivos & Administração* e *Arquivística.net* (JARDIM, p. 59) ¹⁰.

Outra transformação crucial deste movimento refere-se ao fato de que a produção de conhecimento arquivístico passa a ser também uma tarefa das universidades, relativizando o domínio quase absoluto, ao longo de décadas, das instituições arquivísticas como espaços de produção e legitimação do conhecimento na área. Além disso, as relações da Arquivologia com outros campos deixam de ser naturalizadas e passam a ser problematizadas e averiguadas, o que ampliou as interpretações desta disciplina como um campo científico autônomo e não como ciência auxiliar da história ou da administração (idem, p. 55).

É nesse cenário de mudança de perspectiva dos trabalhos acadêmicos em Arquivologia que os estudos sobre os arquivos pessoais emergem com mais força e maior aprofundamento sobre suas questões práticas e teóricas. Ainda que seja lugar comum afirmar que, no universo acadêmico, os arquivos pessoais foram durante muito tempo negligenciados, pois os trabalhos nessa área sempre costumaram privilegiar os arquivos institucionais, já há algum tempo essa situação se alterou. Oliveira (2008), no trabalho intitulado “Arquivos pessoais e documentos digitais”, onde propõe uma discussão sobre os dois temas, afirma que a produção sobre o

¹⁰ Sobre a experiência de periódicos na área, Fonseca (2010), no livro “Arquivologia e Ciência da Informação” traça um panorama mais aprofundado sobre periódicos internacionais, bem como sobre periódicos brasileiros que ou não deram certo ou de menor vulto.

tema de arquivos pessoais é incipiente, embora eles, como subcampo da Arquivologia, venham ganhando cada vez mais relevo e aprofundamentos intelectuais. Nos últimos anos há inúmeros trabalhos que se dedicam a este tema.

Heymann (2008, p. 1) nos traz um trabalho que, ao contar a história de criação do CPDOC, procura mostrar como o universo arquivístico passou por reformulações intelectuais que fez com que os arquivos deixassem de ser tão somente *fontes de pesquisa* para se tornarem também *objeto* da pesquisa acadêmica. Com relação aos arquivos pessoais, a autora nos informa que a chegada deste tipo de arquivo no CPDOC ensejou um investimento em discussões técnicas que tinham como cerne a metodologia de organização de arquivos pessoais, aspecto que até então era pouco abordado pela literatura internacional da área¹¹. Também, na segunda metade dos anos de 1980, foi lançado o primeiro trabalho nessa linha, “A vontade de guardar”¹² que problematizou a relação dos arquivos pessoais com a teoria arquivística, discutindo a lógica da acumulação em arquivos pessoais.

Já nos anos de 1990, se seguiram a este trabalho duas dissertações de mestrado que abordavam os arquivos pessoais: a primeira analisou um arquivo pessoal a partir do instrumental da teoria literária, aproximando-o do gênero autobiográfico; a segunda realizou uma etnografia dos processos de constituição dos arquivos pessoais, no domínio privado da acumulação, bem como no domínio público das instituições, atentando para as interferências a que estão sujeitos e para as hierarquias que operam nessas duas instâncias¹³.

¹¹ Sobre isso, Gonçalves (2007, p. 17) afirma que a conjuntura histórica na qual a criação do CPDOC se insere merece destaque. No início da década de 1970 foram fundados diversos cursos de pós-graduação no Brasil, o que gerou um aumento considerável na busca por fontes primárias para suprir as pesquisas acadêmicas empreendidas, destacando-se a utilização de arquivos pessoais. Junto a isso, observamos a criação dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia, elevando o grau de preocupação com a preservação e a organização de documentos. Além do CPDOC, neste período foram fundados diversos centros de documentação e memória, como o Arquivo Edgard Leuenroth e o Centro de Memória na Unicamp, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e a Casa de Oswaldo Cruz.

¹² VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arq & Adm.*, Rio de Janeiro, 62-76, jul./dez. 1986. Trata-se de um texto pioneiro que aborda muitas questões relativas à configuração e formatação dos arquivos pessoais.

¹³ As dissertações são respectivamente: FRAIZ, Priscilla Moraes Varela. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*, Rio de Janeiro, UERJ, Centro de Educação e Humanidades, 1994; e HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: relações pessoais e*

Essas informações nos auxiliam a traçar um histórico sobre o início dos debates intelectuais acerca deste tema, ao menos no Brasil. Ao narrar a experiência do CPDOC, Heymann afirma que

Os arquivos pessoais, chegaram inicialmente com o estatuto de fontes para uma história política, mas que com o passar do tempo começaram a ser pensados também como objetos de uma reflexão interessada nas representações que cercam essas fontes e nas práticas que as “produzem” tanto no âmbito dos indivíduos que, negociando com a realidade, arquivam a sua própria vida, como no âmbito das instituições arquivísticas, que, ao consolidarem e implementarem uma série de procedimentos técnicos e ao construírem a sua identidade com base nos acervos, também negociam com a realidade a formatação de uma determinada memória social arquivada (2008, p. 3).

A autora também destaca que essa crítica sobre os documentos ainda estava um tanto obscurecida no que diz respeito às fontes de natureza privada, bem como o papel fundamental desempenhado por arquivistas e documentalistas nos processos de gestão, tratamento e difusão documental, ou seja, nos processos de “produção” das fontes e afirma que

Os trabalhos sobre os arquivos pessoais, portanto, deveriam ter como tema não somente as classificações, mas também a estética dos arquivos, o lugar relativo que ocupam, além das celebrações organizadas em torno deles são dimensões a serem investigadas. A percepção dos mecanismos de conformação dos acervos no ambiente das instituições de memória tem como maior dividendo arejar o debate e estimular a reflexão sobre o fazer arquivístico. (idem, p. 7)

Esse olhar que o desenvolvimento acadêmico deu aos arquivos pessoais também ocorreu em paralelo às mudanças do papel e do entendimento acerca dos arquivos na sociedade, pois a ampliação dos trabalhos acadêmicos sobre arquivos em geral ocorre junto com um movimento social mais amplo que os resignificou em muitas atividades sociais. A produção acadêmica na área, por sua vez, tem se evidenciado cada vez mais prolífica, mostrando autonomia intelectual, mas sem perder o diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento. Este processo têm demonstrado que é possível pensar os arquivos sob diversos ângulos, sendo os arquivos pessoais apenas um deles¹⁴.

vida pública na correspondência de Filinto Müller. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, 1997.

¹⁴ Tal qual qualquer outra ciência, a Arquivologia possui diferentes elementos passíveis de estudo e cada um deles tem nuances e contornos. Dentre estes elementos estão os arquivos institucionais públicos e privados, os arquivos privados pessoais, as políticas públicas em arquivos, a relação da

Destaca-se também que o desenvolvimento da pós-graduação na área, com o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO é outro elemento que tem contribuído e pode contribuir ainda mais para o aumento da produção acadêmica tanto na área de Arquivologia, quanto no campo exclusivo dos arquivos pessoais.

Por fim, é importante lembrar que o relativo papel secundário dos arquivos pessoais no campo acadêmico se dá paralelamente a uma situação que evidencia o papel dos arquivos em nossa própria sociedade. De acordo com Oliveira, dos cerca de 5.600 municípios brasileiros, menos de 2 % (apenas cerca de 80) possuem arquivos municipais (2013, p. 30). Em outras palavras a própria estrutura social brasileira e a administração pública, principalmente no atomizado nível dos municípios, tende a negligenciar o universo dos arquivos institucionais. Diante dessa realidade, é compreensível que os arquivos pessoais sejam ainda mais negligenciados tanto acadêmica quanto institucionalmente.

Mesmo com este cenário de pouca relevância nas instituições de arquivos e de menor produção nos trabalhos acadêmicos em comparação ao tema de arquivos institucionais, o tema vem ganhando espaço nos debates, principalmente em instituições culturais e em pesquisas científicas. Nesse sentido, destacam-se instituições públicas e privadas que guardam acervos pessoais, como o Instituto de Estudos Brasileiros em São Paulo (IEB), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Moreira Sales (IMS) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o Arquivo Público Mineiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi, apenas para citar algumas delas¹⁵.

Arquivologia com a sociedade, o papel social do arquivista, o acesso à informação, a proteção de dados pessoais, entre muitos outros.

¹⁵ A questão das instituições que abrigam arquivos pessoais é ampla e aparentemente bastante capilarizada. Durante a construção deste trabalho, pude verificar que muitas universidades e institutos federais abrigam os arquivos de seus professores; igualmente, muitas instituições religiosas também contam com este tipo de acervo. O arquivo de Manoel Luiz da Silva na UFPB, o acervo documental dos docentes da Escola Politécnica da UFBA, cuja referência pode ser encontrada nos sítios das respectivas instituições, bem como o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu, são só alguns exemplos de como os arquivos pessoais podem ser localizados em inúmeros lugares. O mapeamento de todas as instituições brasileiras que contam com este tipo de arquivo parece constituir um prolífico campo de pesquisa.

Por fim, neste debate sobre os arquivos pessoais como objeto de interesse acadêmico, podemos afirmar que muitos dos trabalhos nesta área buscam verificar se estes possuem uma matriz comum em relação aos arquivos institucionais e se é possível aplicar a eles a teoria arquivística e, se não, que adaptações poderiam ser feitas para a efetivação de tal atividade. Eles também buscam mapear os arquivos pessoais existentes nas várias instituições arquivísticas do país de modo que possam ser exploradas suas potencialidades, o que contribui não só para a divulgação dos acervos como também para que a comunidade arquivística pense melhor sobre a questão.

Atualmente os arquivos pessoais ganharam, sem dúvida alguma, considerável relevância. Parte da sociedade, pelo menos nos círculos mais intelectualizados e culturais, passou a reconhecer a importância dos mesmos e entre seus usuários estão historiadores, genealogistas, sociólogos, jornalistas, produtores culturais, estudantes e muitos outros.

2.3. DISCUTINDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS

Qualquer estudo sobre os arquivos pessoais deve, obviamente, começar pelo mapeamento das características e definições do que é um arquivo pessoal, para que se possa ter bem delimitado o quadro conceitual com o qual se trabalha. Há, na literatura da área, muitos aspectos estudados sobre o tema, mas pretendo elencar apenas alguns deles, de forma a oferecer um panorama sobre o assunto.

Durante algum tempo, a própria natureza arquivística dos documentos pertencentes a pessoas era objeto de debate. Isso porque, para muitos, os documentos próprios deste tipo de arquivo não poderiam ser definidos adequadamente como documentos de arquivo, pois a própria ideia de arquivo estava fortemente imbuída de um viés institucional. Este debate envolve não só a definição do que é arquivo, como também o que caracterizaria um documento de arquivo.

Em um trabalho que defende que arquivos pessoais podem ser considerados, de fato, arquivos, Camargo (2009, p. 28) afirma que os documentos de arquivo não

diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. Ela afirma que o que caracteriza os documentos de arquivo é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Eles também seriam instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, e continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir.

McKemmish (1996, p. 184), em um artigo em que reflete sobre as características dos arquivos pessoais, contribui para esse debate afirmando que os documentos são também evidências pessoais e sociohistóricas, uma noção que é ligeiramente diferente da ideia de prova, que é um termo muito associado ao universo jurídico¹⁶.

Também podemos dizer que outra característica que apresentam os documentos de arquivo é o fato de ele não dispor de autonomia e nem prescindir da relação que mantém com seu contexto de origem. Para além do suporte, do formato e do conteúdo, passíveis da modalidade de identificação típica da biblioteconomia, importa conhecer o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência. (CAMARGO, 1998, p. 34).

Essas características supracitadas podem ser encontradas tanto nos arquivos institucionais quanto nos pessoais. O fato de documentos de um arquivo pessoal não terem a “naturalidade”¹⁷ dos arquivos institucionais e não serem produzidos e

¹⁶ A autora faz uma revisitação ao seu trabalho de 1996, no livro “Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa” (TRAVANCAS, ROUCHOU, HEYMANN, 2014), num capítulo intitulado “Provas de mim...novas considerações”. Nesta obra McKemmish revisita as questões do seu primeiro artigo e aborda, sob nova ótica, os *records continuum*, os registros pessoais em espaços digitais, além, é claro, de aprofundar essa noção de evidência.

¹⁷ Luciana Duranti destaca que as quatro características principais dos documentos de arquivo são a *imparcialidade*, *autenticidade*, *naturalidade*, *inter-relação*. e *organicidade*. Os documentos são *imparciais* porque são inerentemente verdadeiros. São *autênticos* porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação, e são definitivamente separados para preservação, tacitamente julgados dignos de serem conservados por seu criador ou legítimo sucessor como testemunhos escritos de suas atividades no passado. os registros são inerentemente verdadeiros. Já a *naturalidade* diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta; eles não são coletados artificialmente como os objetos de um museu, mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos. A *inter-relação* é quando o documento está intimamente relacionado com outros tanto dentro quanto fora do seu grupo no qual está preservado e o seu significado depende dessas relações. A quinta e última característica é a *unicidade*, que provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. (DURANTI, 1994, p. 51)

acumulados obedecendo à mesma lógica destes, isso não lhes tira uma característica majoritária que é a de servirem como prova e evidência, além de manterem uma relação orgânica com o conjunto de documentos que representam as atividades de seu titular.

De todas as problemáticas que se pode apontar sobre os arquivos pessoais num exercício de apresentação sumária das principais questões sobre o tema, a da relação destes com a chamada *teoria arquivística tradicional* é o mais presente. Em quase toda a literatura da área, é comum a afirmação que a teoria tradicional negligenciou esta matéria.

Seja como for, os arquivos pessoais nunca deixaram de ser um desafio para a teoria e metodologia arquivística e a relação entre estes elementos gera intenso debate, pois os autores apresentam visões variadas. Grande parte dos trabalhos sobre o tema afirma que os arquivos pessoais são diferentes dos arquivos institucionais, sendo esses últimos o tipo de arquivo no qual os arquivistas possuem maior domínio. Numa busca sobre o assunto, vemos se repetir amiúde a ideia do seu caráter particular e sua natureza ligeiramente diferente em relação à documentação produzida nas instituições. A diferença estaria no modo de acumulação dos documentos, na natureza informal dos mesmos, no grau de organização que eles têm ao chegarem na instituição.

Fisher reforça (2009, p. 2) a ideia de que a literatura profissional da área negligenciou inteiramente a avaliação dos “manuscritos privados”. Num trabalho sobre como os dois dos maiores expoentes da área em língua inglesa – Schellenberg e Jenkinson – encaravam os arquivos pessoais, o autor discute os argumentos pelos quais os dois autores viam os arquivos privados como bastante problemáticos com relação à teoria arquivística tradicional. Schellenberg acreditava que para ser um arquivo, os documentos deveriam ser criados e preservados para algum propósito administrativo e que no caso dos arquivos pessoais, não havia essa característica. Além disso, para este autor, os documentos desse tipo de arquivo não tinham uma relação orgânica com os outros documentos. Já Jenkinson defendia que a problemática dos arquivos pessoais estava no fato de eles não estarem submetidos a uma cadeia inquebrável de custódia. (idem, p. 8)

Lopez (2003, p. 70) tende a concordar em algum grau com esse pensamento de que a teoria arquivística tradicional apresenta problemáticas na aplicação no universo dos arquivos pessoais ao afirmar que os arquivos pessoais, por suas características informais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia. No entanto, ao mesmo tempo, estes princípios, paradoxalmente, os reforçam, como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unidade e coesão arquivística que os caracteriza. É como se, na ausência de uma teoria mais sólida sobre os arquivos pessoais, a teoria tradicional que privilegia os arquivos institucionais, fosse uma segurança no que se refere ao tratamento deste tipo de arquivo.

Algumas tentativas de aproximação entre a teoria arquivística tradicional e os arquivos pessoais vêm sendo feitas já algum tempo. No trabalho de Cook “Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno”, ele reforça que se tem discutido sobre a possibilidade de um quadro conceitual comum para arquivos institucionais e arquivos pessoais¹⁸ (1998, p. 131).

Bellotto debate a questão ao colocar a pergunta sobre se vale a pena adaptar os rígidos princípios de base do Manual Holandês para a área de produção documental tão diversa, qual seja a dos registros pessoais (1998, p. 205). Seguindo sua linha de pensamento, tratar os arquivos pessoais sob a ótica da teoria arquivística tradicional pode não ser, necessariamente, uma condição *sine qua non* para um tratamento eficiente deste material.

Meehan (2010, p. 28), em um trabalho que discute o conceito de “ordem original” e sua aplicação nos registros pessoais, embora não se posicione sobre aplicar ou não a teoria arquivística tradicional nos arquivos pessoais, ressalta que um número grande de cenários podem se apresentar quando um arquivista processa arquivos pessoais e é justamente nesse grande número de cenários possíveis que se encontram problemáticas na aplicação de certos conceitos arquivísticos.

¹⁸ Este trabalho não se propõe exatamente a elaborar uma relação entre os arquivos pessoais e a teoria arquivística. Ele apenas mostra que existe o debate sobre as possibilidades teóricas de tal intento, mas neste texto, principal interesse de Cook é a relação da teoria arquivística com as contribuições da pós-modernidade para o cenário intelectual.

No tratamento da matéria, questões começam a surgir já a partir do processo de doação de um fundo para uma instituição. Isso faz o arquivista se defrontar com três possibilidades de estados da documentação: 1- a de que o titular tenha acumulado papéis sem nenhum tipo de organização; 2- a de que os papéis tenham uma organização parcial; 3- a de que eles tenham sido totalmente organizados. Ressalta-se que pode ter sido o próprio titular ou seus familiares e responsáveis pelos arquivos os agentes que atuaram nessa organização/desorganização iniciais dos arquivos. Nos três casos, o arquivista lida com o desafio de trabalhar sobre a organização de um arquivo que é permanente por natureza, que nem sempre dispõe de uma ordem original e cuja classificação e descrição são feitas, muitas vezes, após o encerramento do fundo, com a morte do titular (embora muitos arquivos possam ser doados ainda em vida e receberem adições posteriores). As informações para a reconstituição das funções dos documentos, bem como sobre as atividades que deram origem a eles, portanto, nem sempre são acessíveis¹⁹.

Poder-se-ia argumentar que estes três tipos de situação também podem ocorrer em arquivos institucionais. No entanto, como nos lembra Heymann, (2012, p. 39), os arquivos pessoais, à diferença dos arquivos públicos, não têm sua constituição garantida, já que dependem da ação acumuladora voluntária de uma pessoa física. Além disso, mesmo que os documentos tenham sido acumulados, constituindo o arquivo, sua manutenção, preservação e disponibilização não estão asseguradas.

Oliveira (2013, p. 30) afirma que os arquivos pessoais fazem parte do mundo privado, portanto, excluídos da esfera pública. Nesse sentido, é pouco provável que, quem quer que organize um arquivo pessoal, tenha plena consciência de organizá-lo de acordo com uma demanda de pesquisa pública. É por essa razão que muitos registros documentais, que poderíamos chamar de “desnecessários”, também chegam à instituição quando estas recebem arquivos pessoais. Nesse sentido, o arquivista é também desafiado pela possibilidade ou impossibilidade de avaliação e descarte de documentos em um arquivo que já nasce permanente.

¹⁹ Parece ser necessário relativizar essa questão de afirmar que arquivos pessoais e institucionais possuem “naturezas” diferentes. Com relação à ausência de uma ordem original com um quadro de arranjo e um quadro de classificação nem sempre claros, o mesmo também pode se aplicar aos arquivos institucionais. A meu ver, apesar das diferenças, estes dois tipos de arquivos se tangenciam em muitos aspectos.

No entanto, essa avaliação feita pelo arquivista do que serve ou não em um arquivo não é tão simples. Como nos lembra Lopez (2003, p. 75), no caso dos arquivos pessoais, mesmo os documentos que não se enquadram estritamente nas características típicas de um documento de arquivo, podem ser assim entendidos, desde que tenham sido produzidos no decorrer de alguma função inerente à vida do titular.

O Arquivo Museu de Literatura Brasileira tem exemplos bastante representativos destes desafios impostos por arquivos pessoais. No fundo do escritor Tite de Lemos, há cerca de seiscentos documentos cujo conteúdo diz respeito a anotações do jogo turfe, sem nenhum tipo de vínculo com a atividade literária do titular. Seriam todos esses documentos passíveis de guarda? Seria possível a preservação apenas de uma pequena amostra representativa dessa sua atividade? Teria o arquivista autonomia de eliminar estes documentos? Haveria interesse em preservar tudo, sendo que se trata de anotações esparsas relativas a um hobby sem muita relação com a obra do autor? Cabe à instituição de guarda responder a estas questões com critério e objetividade, pois qualquer subjetividade impensada neste quesito poderia implicar na eliminação de documentos importantes²⁰.

Essa questão parece importante, pois os procedimentos arquivísticos de seleção (ou avaliação) documental, ou seja, a eliminação de alguns documentos para a guarda permanente de outros, são uma necessidade prática²¹. Tal descarte essencial para a preservação documental, pode ser justificado tanto pelo critério econômico – redução dos gastos com armazenamento e conservação da massa documental – como pela constatação da impossibilidade de se guardar a totalidade dos documentos produzidos, mesmo porque as informações se repetem constantemente (os dados contidos num balanço mensal, por exemplo, vão estar

²⁰ O trabalho de Heymann - *As obrigações do poder*: Relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller – teve como tema o estudo das relações pessoais, sociais e políticas estabelecidas por Filinto Müller a partir de cartões por ele recebido. Esse material, que era interpretado como descartável, ao receber um novo olhar, forneceu informações importantes sobre a trajetória desta personalidade (HEYMANN, 1997). Isso indica que qualquer tipo de descarte num arquivo privado pessoal deve estar submetido a reflexões e critérios objetivos.

• ²¹ Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p.:il.;32,5cm

presentes também no balanço anual). A avaliação, desde que executada de modo criterioso e transparente, representa uma garantia de qualidade da organização do acervo.

Outra problemática que se impõe no tratamento da questão é com relação aos objetos doados junto aos arquivos e que podem estar relacionados em diversos níveis aos documentos. A família sabe que determinado material pode ser importante para a preservação, mas ainda não sabe a pertinência da doação. No caso do AMLB, há no seu acervo museológico, a máquina de escrever de Clarice Lispector, os óculos de Carlos Drummond de Andrade e a cadeira de Manuel Bandeira entre outros objetos móveis dos escritos. Estes elementos não são documentos arquivísticos, mas certamente são do interesse de uma instituição que visa preservar a memória dos escritores brasileiros. Ressalta-se que essa intrincada realidade levou o Arquivo de Literatura e se tornar um arquivo-museu, uma experiência que aparentemente é pouco frequente no universo arquivístico.

Camargo e Goulart, no livro *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais* (2007, p. 20), no qual as autoras abordam as questões da construção do arquivo de Fernando Henrique Cardoso e os desafios teóricos e metodológicos que ele impõe, assinalam que no tratamento documental deste arquivo foi necessário a incorporação de objetos e livros do titular ao conjunto de seu acervo arquivístico. Assim, qualquer registro ou objeto podem fazer parte de um arquivo pessoal e ser representativo da trajetória profissional ou de vida do titular, incluindo seus livros e seus objetos pessoais. Para o arquivista tratar estes artefatos que deveriam estar submetidos a um tratamento biblioteconômico e museológico, ele deve tomar certas posições, além de ter também algum conhecimento mais técnico relativo à preservação desse material.

Seria fácil argumentar que esses elementos não podem constituir um arquivo, mas o fato é que eles podem corresponder, de certa forma, a um conjunto orgânico que está invariavelmente ligado ao acervo documental. Nesse sentido, para tratar os arquivos pessoais como arquivos, é preciso vê-los, antes de tudo, como “conjuntos solidários e orgânicos” que não dispõem de autonomia como os da biblioteca (idem, 2007, p. 35). Dessa forma, estes documentos que o arquivista pode julgar num primeiro momento como desconectados do restante, ainda que não

tenham muita representatividade em relação à obra do autor, podem refletir um aspecto importante sobre sua vida pessoal. E isso inclui tanto apostas em corridas de cavalo quanto mobiliários, pois é inegável que eles constituem parcelas de um conjunto orgânico. Por outro lado, muitas instituições possuem limitações de espaço físico, o que sempre demanda uma avaliação da questão do que preservar. Portanto, a resposta para determinadas decisões está muito vinculada ao que a instituição acolhedora quer e de que tipo de recursos dispõe²².

Em paralelo a essa questão do acolhimento e descarte de documentos, o arquivista lida com outro desafio no tratamento da questão em relação à teoria arquivística tradicional: a percepção e o entendimento da existência de uma ordem originária da documentação dada pelo produtor. Meehan (2010, p. 37), em um trabalho em que repensa a relação entre a ordem original e os registros pessoais, defende que o conceito de ordem original não deve ser visto como uma imposição nos arquivos pessoais, mas sim como um *conceptual framework*, ou seja, como um esquema conceitual²³ sem que seja encarado necessariamente como uma “lei” arquivística, sendo possível adaptá-la aos contextos.

São muitas as opiniões na área sobre isso. Segundo Camargo e Goulart (2007, p. 42), alguns autores afirmam a impossibilidade de se respeitar a ordem original dos documentos ou qualificam como subjetividade toda e qualquer intervenção praticada no arquivo pelos profissionais da área.

O fato é que a aplicação do conceito de ordem original para os arquivos pessoais depende muito de como a documentação é recebida. Por vezes eles chegam sem nenhuma ordem e cabe à instituição arquivística decidir sobre se vai ou não reorganizar o arquivo, como vai fazê-lo, conservá-lo e tratá-lo de modo a se tornar disponível para a consulta do pesquisador.

²² A Fundação Casa de Rui Barbosa, por exemplo, tem como um de seus planos, a construção de um prédio anexo à sua sede exclusivamente voltado para o recebimento de acervos. Trata-se, portanto, de uma alocação de recursos visando o longo prazo e que tem por objetivo a ampliação das capacidades arquivísticas da instituição. Mas naturalmente esta não é a realidade da maioria das instituições arquivísticas do país.

²³ A autora afirma, ainda sobre isso: *"One possible way for original order to serve as a means, rather than an ends, is to think of it less as a guideline, instructing archivists to preserve the existing order when, and only when, that order is deemed meaningful or even to restore some previous order that is presumed to be "original", and instead to think of it more as conceptual framework for analyzing a body of personal records, regardless of whether or not is a consistent, discernible order"* (MEEHAN, p. 34, 2010).

Por fim, salientamos que as questões teóricas e práticas que se colocam no tratamento da questão são várias. De qualquer forma, podemos afirmar que este tipo de arquivo requer que se reflita sobre diversas questões que a teoria arquivística tradicional coloca e não é possível admitir qualquer tratamento mecânico ao lidar com este material (o mesmo sendo verdadeiro para os arquivos institucionais, embora estes tenham suas próprias questões). Para um aprofundamento da questão, portanto, se faz necessário definir e entender o que é um arquivo pessoal.

À guisa de conclusão, apesar de serem relativamente diferentes dos arquivos institucionais, os arquivos pessoais possuem algumas características que podemos demarcar: a) eles têm uma curta duração, relativa ao período produtivo da vida de uma pessoa; b) possuem maior estabilidade em suas funções, relativamente aos arquivos institucionais; c) possui atividades informais; d) podem possuir maior dispersão documental.

Esse debate sobre as características dos arquivos pessoais e sua relação com a teoria arquivística, resvala, de muitas formas, na identificação de tipos documentais em arquivos dessa natureza. A presença de atividades informais, funções não muito claras, ausência de padronização na construção de documentos e uma relação orgânica entre documento e atividade nem sempre evidente, colocam a questão de forma bem desafiante, conforme desenvolvo no terceiro capítulo.

2.3.1. Definindo os arquivos pessoais e seus documentos

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define arquivo como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” e *arquivo pessoal* simplesmente como “arquivo de pessoa física”, mostrando uma concepção bastante ampla do termo. Neste caso, a própria definição de “arquivo” desta obra já parece abarcar os arquivos pessoais.

A Lei 8.159 (1991), por sua vez, afirma que arquivos são:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Como podemos observar, temos uma definição de arquivo que engloba os pessoais; essa lei, no entanto, apresenta uma curiosidade. Embora ela seja basilar para os arquivistas, não faz menção explícita a arquivos pessoais. Apenas reconhece a existência dos mesmos ao afirmar que uma pessoa física é capaz de acumular e receber documentos decorrentes de atividades específicas e que isso constitui um arquivo²⁴.

As definições de arquivo dadas tanto na Lei 8.159 quanto no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) parecem abarcar os arquivos pessoais, pois procuram ser amplas e sucintas justamente porque tratam de arquivos e suas modalidades de maneira geral. Elas, porém, carecem de aprofundamentos semânticos e teóricos. Para uma definição mais aprofundada, Oliveira (2013, p. 33), em trabalho no qual aborda a descrição arquivística e os arquivos pessoais e de como podemos compreender a sociedade conhecendo-os, afirma:

Entendemos “arquivo pessoal” como conjunto de documentos produzidos ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo.

Essa definição é mais trabalhada e abrangente e parece dar conta das variadas possibilidades que ocorrem nos arquivos pessoais, principalmente no caso da instituição que é o campo empírico deste trabalho, o Arquivo Museu de Literatura Brasileira na FCRB. Este pensamento da autora expressa bem não somente o que

²⁴ Outra lei que é muito associada ao universo dos arquivos, a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – a Lei de Acesso à Informação – também não faz menção explícita ao conceito de “arquivo pessoal”, mas traz muitas questões relativas a eles. O trabalho “Lei de Acesso à informação: impacto e limites nos arquivos de ciência e tecnologia” (Oliveira, Silva (org.), 2014) nos traz um interessante debate sobre os impactos dessa lei no universo dos arquivos. Sabemos que tanto a Lei nº 8.159 quanto a nº 12.527 tratam de arquivos pessoais por inferências gerais, mas há vácuos na construção destes dois dispositivos legais que colocam em cheque o alcance deles no que se referem à proteção aos dados pessoais presentes em documentos oriundos de arquivos privados pessoais presentes em instituições públicas. Sobre isso, o projeto de lei 4.060 de 2012 sobre o tratamento de dados pessoais do deputado Milton Monti tem por objetivo responder a uma questão legal que envolve diretamente os arquivos pessoais.

são os arquivos pessoais, mas, sobretudo, os seus usos potenciais no campo da pesquisa.

Ainda com relação ao conceito de arquivos pessoais, salientamos que há certa proximidade entre as noções de arquivo pessoal e arquivo privado. No entanto, os dois são bem diferentes entre si e, para elucidar, lembramos que a noção oposta a de arquivos pessoais é a de arquivos institucionais, enquanto a noção oposta à arquivos privados é a de arquivos públicos. Os arquivos privados envolvem documentos de pessoa física ou jurídica de direito privado. Fisher (2009, p. 6) corrobora esse pensamento ao afirmar que arquivos privados geralmente são definidos como registros criados por indivíduos e corporações (incluindo as não lucrativas) fora da esfera pública dos governos, agências governamentais e departamentos. Assim, podemos considerar que o arquivo pessoal é uma categoria dentro da noção maior de arquivos privados. Seu termo mais técnico seria, portanto, arquivos privados pessoais, pois mesmo eles estando institucionalizados em uma instituição pública, ainda assim mantém essa definição, pois sua natureza não muda.

Quando um conjunto de documentos de uma pessoa física passa a integrar uma instituição pública ou privada de arquivos e de pesquisa, eles passam a ser arquivos privados pessoais tornados públicos. Seu acesso, em geral, permanece aberto à consulta a qualquer interessado. Isso, no entanto, não muda seu caráter privado. Verificamos, portanto, que quando usamos o conceito “arquivo pessoal”, estamos nos referindo basicamente a um arquivo privado, ou seja, a um arquivo de pessoa física, ainda que presente em uma instituição pública.

Bellotto (2004, p. 256), em sua obra sobre arquivos permanentes, afirma que a conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados. Segundo a autora, estes últimos são:

Trata-se de papeis produzidos/ recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papeis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papeis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc (BELLOTTO, 2004, p. 256)

A literatura da área parece concordar, portanto, que os arquivos pessoais são uma dimensão, um campo dentro da noção maior de arquivos privados. E com

relação a isso, a definição do que seja um arquivo pessoal nos leva à pergunta sobre o conteúdo deste tipo de arquivo e a que pessoa se refere. Estariam as instituições abertas a receber o arquivo privado pessoal de quem quer que seja? Sobre a questão, Heymann afirma que

os arquivos de homens públicos foram, e continuam sendo, no Brasil, o ponto de partida de investimentos metodológicos voltados para o tratamento dos arquivos pessoais, ainda que existam hoje várias instituições que, seguindo distintas linhas de acervo, se dediquem à guarda, ao tratamento e à reflexão metodológica sobre conjuntos documentais de natureza pessoal (2009, p. 49).

Quando falamos em arquivos pessoais, portanto, estamos nos referindo aos arquivos de pessoas cuja contribuição artística, intelectual ou científica teve algum destaque ou relevância e por algum motivo foram institucionalizadas em uma instituição arquivística. Portanto, podemos afirmar que um arquivo pessoal se refere principalmente à atuação de uma pessoa em determinado campo profissional, conforme nos confirma Oliveira (2013, p. 35). Isso, no entanto, não permite concluir que arquivos pessoais são arquivos profissionais. Eles transcendem essa dimensão profissional, embora as inclua, compondo um universo documental bastante plural que o arquivista deve compreender para o melhor tratamento do arquivo.

No que se refere a que tipos de documentos integram os arquivos pessoais, para compreendermos este tema, é preciso entender o que leva indivíduos a arquivarem suas vidas. Ao longo da sua trajetória individual, uma pessoa pode guardar documentos dos mais variados no seu espaço privado – tanto no âmbito profissional quanto no âmbito pessoal. E muitas vezes essa documentação se mistura e não apresenta fronteiras nítidas entre elas.

Em um trabalho sobre os acervos pessoais e sua relação com os conceitos de memória e identidade, Tanno afirma que um dos motivos de acumular documentação é a necessidade de constituição de uma identidade, de uma afirmação do próprio sujeito perante si e os outros (2007, p. 5).

Oliveira, por sua vez, diz que é no universo circunscrito do “eu” que os arquivos pessoais são produzidos. Na dimensão do indivíduo, o processo de acumulação dos documentos que dará a origem a um arquivo representa a visão do indivíduo de si, do que entende como suas necessidades e, dessa forma, serão os registros de sua relação com a sociedade em seus distintos papéis (2013, p. 35).

Hobbs, num texto que aborda as características dos arquivos pessoais, afirma que estes contêm a visão pessoal das experiências de vida do acumulador e indicam não somente o que uma pessoa faz ou pensa, mas quem ela é, como ela vê e experimenta sua vida (2001, p. 127).

Essas três visões sobre arquivos pessoais como espaço da intimidade do indivíduo implicam, a meu ver, numa perspectiva idealizada dos arquivos, em que todos os arquivos pessoais seriam uma espécie de construção de um indivíduo com um objetivo claro de constituição de uma identidade ou de uma “narrativa de si mesmo”. No entanto, ainda que este seja o caso em muitas situações, às vezes a acumulação documental no espaço privado se dá por um aspecto puramente funcional e administrativo da vida pessoal e essas duas características se refletem no tipo de documentação que existe dentro de um arquivo privado pessoal.

Nos arquivos pessoais encontramos poesias, retratos, recortes, bilhetes e outros registros provenientes da dimensão privada da vida do indivíduo, mas também fazem parte deles tipos de documentos guardados e organizados para responder a uma injunção social como o Registro Geral, o Cadastro de Pessoa Física, além dos comprovantes de pagamentos, álbuns de família, diplomas, correspondências etc. Ao refletirmos sobre arquivos pessoais, estamos falando de uma gama diversificada e diferente de registros de si, que exigem também diferentes compreensões e formas de análise por parte dos estudiosos em geral. Portanto, os documentos presentes neles estão ligados tanto à atividade profissional dessas pessoas de destaque, quanto da sua vida pessoal.

Dessa forma, na nomenclatura “arquivos pessoais” designamos as mais diversas formas de escritas de si e o acúmulo de inúmeros documentos e registros relativos à vida pessoal, profissional, cultural, política e pública de uma pessoa. Dentre estes escritos de si, sob a forma de narrativa, temos também as biografias, as autobiografias, os diários íntimos e as histórias de vida (TANNO, 2007, p. 101).

Ainda sobre essa variedade de documentos que encontramos também neste universo, saliento que a quantidade de gêneros e formatos documentais existentes em cada acervo depende do tipo de atividades desenvolvidas pela pessoa

(SANTOS, 2008, p. 65).²⁵ Sobre isso, Carmélio e Oliveira (2005), em um texto em que analisam a correspondência e a sociabilidade do professor Afonso Pereira por meio de seus cartões natalinos, afirmam que os arquivos pessoais podem constituir uma *caixa de pandora*, pois qualquer tipo de documento pode fazer parte de um arquivo pessoal.

É importante ressaltar que, em geral, quase ninguém acumula ou recebe documentos ao longo da vida com a consciência plena de que esses papéis um dia constituirão um determinado arquivo pessoal e este estará disponível para a consulta pública. Nesse sentido, é inegável que muita coisa se perde pelo caminho. Sendo assim, ao falarmos nos documentos presentes nos arquivos pessoais, é importante ter em mente de que se trata de uma realidade, em geral, muito residual em relação a um conjunto maior de papéis produzidos e acumulados durante uma vida inteira. Igualmente, estes documentos também são mexidos e remexidos de muitas maneiras, reorganizados ou desorganizados ao longo da vida. Heymann lembra que

Há inúmeras interferências – do titular e do auxiliar (secretário) na fase de acumulação; dos familiares após a morte do titular que dão novo rearranjo ao arquivo baseado em interesses diversos; da instituição que recebe o material – na constituição dos arquivos pessoais, levando-nos a repensar a pretensa ideia de unidade e neutralidade destes que, em geral, são reforçadas pelos doadores e pelos arquivistas no trato com tais documentos e nos arranjos deles (HEYMANN, 1997, apud TANNO, 2007, p.6).

Dessa forma, o tipo de documentação que encontramos nos arquivos pessoais é muito variado não somente em relação às espécies e tipos documentais, mas também com relação aos motivos que os levaram a serem preservados e guardados. Ressalto que cabe também ao arquivista mapear essas razões pelas quais os documentos são guardados de modo a entender a função deles.

Para complementar essa discussão, Vianna, Lissovsky, Sá (1986, p. 65) afirmam que um arquivo pessoal é o que seus produtores guardaram e o que guardaram foi o que não descartaram. Nesse sentido, tanto o que descartaram quanto o que não descartaram era porque aquele material tinha (ou não) um

²⁵ Em seu trabalho, Santos afirma que os gêneros e formatos mais comuns em arquivos pessoais são o textual (correspondências, relatórios, certificados, notas fiscais, livros etc), cartográficos e iconográficos (fotografia, mapas, plantas arquitetônicas, cartazes etc), filmográficas e sonora (fitas de videocassete e fitas cassete de áudio) e digital, incluindo aí todas as suas possibilidades – e-mails, downloads, extratos bancários, bases de dados, gravações pessoais em DVD etc (SANTOS, 2008, p. 65).

determinado sentido para eles ou fazia sentido preservar. Também podemos dizer que o agrupamento dos documentos, sua seleção dentre todos os passíveis de serem guardados, proporciona o sentido dos mesmos.

Assim, este tipo de arquivo evidencia os rastros que um indivíduo deixou ao longo de sua vida, mas não necessariamente ele é a representação *ipsis literis* da vida de alguém. É possível que em alguns casos os documentos que foram preservados e o modo como eles foram organizados por diferentes agentes igualmente evidencia determinada intenção e exercício de um trabalho ativo da construção de uma imagem/memória sobre eles mesmos, principalmente quando seus construtores têm consciência do destino de seus documentos²⁶. A acumulação dos documentos pode ser consequência não somente das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também o resultado de suas escolhas (OLIVEIRA, 2008, p. 40).

Pode-se concluir que os documentos da vida pessoal de um titular podem ser muito plurais e os relativos à sua profissão podem igualmente ser muito diferentes do que os documentos institucionais costumam ser e isso impõe questões e demanda soluções de novos problemas. No próprio arquivo de Leon encontramos um exemplo desse, na medida em que seus arquivos sobre televisão, rádio e publicidade me levaram a pesquisar mais sobre essas atividades.

Por fim, ainda que cada pessoa que tenha guardado os arquivos imprima nele as suas marcas, trazendo, com isso, diversas questões, a teoria arquivística tradicional, mesmo que com muitos problemas, ainda parece ser um dos parâmetros que o arquivista tem para o tratamento técnico da questão.

2.3.2. A entrada dos arquivos pessoais no espaço público das instituições de guarda e suas potencialidades

²⁶ Cf. BERTONHA, João Fábio. A construção da Memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e Cultura*. São Paulo, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, p. 112-120, 2007.

Essas questões pertinentes ao que é um arquivo pessoal, quem constitui e que tipo de documentos fazem parte dele nos levam à problemática da institucionalização, que é o processo pelo qual os arquivos pessoais saem da esfera privada de sua produção e acumulação e entram na esfera pública dos circuitos culturais nos quais se inserem as instituições de guarda.

Do ponto de vista arquivístico, ressalta-se que quando um arquivo pessoal é institucionalizado, principalmente no caso de instituições públicas de pesquisa, ele tende a estar aberto à consulta pública e a se integrar nas possibilidades de construção de várias memórias sociais. É por meio da institucionalização que a sociedade pode assegurar que os documentos arquivísticos produzidos no âmbito da individualidade tornem-se mecanismos de identificação e de memória de um grupo (OLIVEIRA, 2013, p. 34)

De acordo com Oliveira (idem, p. 49), mais e mais instituições de diferentes perfis e missões têm aberto os seus depósitos para a preservação de arquivos pessoais de políticos, escritores, cientistas e também de grupos minoritários. Esses arquivos trocam de ambiente: do pessoal para o institucional, do individual para o coletivo.

Podemos afirmar que quando um arquivo pessoal passa a integrar uma instituição é que ele receberá efetivamente um tratamento à luz da teoria arquivística e terá uma trajetória histórica e simbólica e ficar disponível para leituras e outros usos. Esta trajetória se refere à história que o arquivo tem dentro da instituição desde o início das negociações para a doação até ao papel simbólico que ele exerce naquele local dependendo da dimensão social e política que tem a personalidade em questão.

O tornar-se público tira os documentos pessoais da esfera privada, da intimidade de seu criador e coloca esse material antes restrito para o espaço onde todos podem circular e consultar e, evidentemente, para o espaço da crítica pública. Tal movimento apresenta muitos problemas para o próprio arquivo ou para aqueles com ele se relaciona, mas ao mesmo tempo consolida o papel do mesmo nas diferentes memórias sociais acerca de determinados personagens, além de contribuir para o desenvolvimento da ciência, da cultura e das artes.

A institucionalização é o que faz um arquivo pessoal entrar numa outra dimensão de sua existência, onde ao lado de sua realidade material coexistem aspectos simbólicos, patrimoniais e de memória e é este movimento que legitima o arquivo em relação à sociedade (OLIVEIRA, 2013, p. 37). Por mais importante e destacada que uma pessoa possa ser ou ter sido em suas atividades profissionais e por mais que ela tenha preservado um grande acervo documental em sua casa, enquanto estes documentos não são institucionalizados, eles não “pertencem” à sociedade na qual foram gerados. A institucionalização, portanto, é um meio que possibilita a circularidade do arquivo e a sua abertura para as várias narrativas que se podem construir a partir dos seus usos pela sociedade. Ela é um processo que permite o arquivo estar acessível para múltiplos olhares, o que leva a construção de uma variedade de trabalhos sobre o material em questão.

Nesse sentido, alguns autores da área afirmam que é a institucionalização que representa o movimento de inflexão na vida de um acervo pessoal (HEYMANN, 2008, p. 42). Até então, ele é um acúmulo documental no espaço privado dos indivíduos que permanece fechado com relação ao seu acesso e sua contribuição para a sociedade é invariavelmente limitada. Ela, portanto, é um “ponto final” de um complexo processo social de formação do arquivo e que é muito anterior à sua entrada na instituição.

Cabe ressaltar que a institucionalização, que se consolida por meio da doação de acervos para uma instituição, é, na maioria dos casos, um processo ativo por parte dos acumuladores e dos administradores dos acervos e nisso cabe perguntar-nos qual o objetivo da doação. Embora sejam muitas as razões possíveis que levam os proprietários do acervo a doá-lo, pode-se afirmar que dois dos principais motivos é a perpetuação da obra do titular e também uma possível entrada dele para uma espécie de memória social.

Com relação a este último, ressalto que muitas vezes a administração desta memória se dá com prejuízo da integridade ou acessibilidade dos documentos. Em alguns casos, ao doar um conjunto documental, o produtor descarta muita coisa que não queria que fosse a público. A família igualmente pode eliminar documentos que julguem comprometedores para memória, honra ou imagem do titular. Também a instituição que recebe a documentação pode reservar o acesso a determinados

documentos por considerar que contém informações sensíveis; porém, arquivisticamente, cabe perguntar se ela deve receber e guardar documentos que não podem ser consultados²⁷.

O debate sobre a institucionalização é importante, pois os arquivos pessoais sob a custódia de uma instituição têm uma gama de papéis sociais que exercem, sendo que dois deles são a integração do patrimônio do poder público e o serviço à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento das ciências e da cultura²⁸. No caso dos arquivos escritores, eles servem às memórias dos escritores e do país, bem como representam a intimidade e a obra dos responsáveis das atividades literárias nacionais.

Sobre este papel social, Lisboa (2012, p. 17) nos lembra que

(...) os arquivos pessoais passaram a ser o lugar visitado por pesquisadores em busca de comprovações de suas teorias/ hipóteses. Nomeando-os como patrimônio arquivístico e representativo da cultura do país, os arquivos passam a ser também “lugar de memória” (NORA, 1993), assumindo as mesmas funções de outros bens simbólicos deixando um fio condutor que ativa o esquecido que poderá ou não ser lembrado.

Thomassen (2006, p. 6) em um trabalho em que discute as características dos arquivos pessoais, complementa o debate sobre a importância da institucionalização quando diz que

Os arquivos funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história”. Essa definição, portanto, se apresenta como bastante ligada à História.

Ao encararmos os arquivos pessoais é importante se ter em mente de que existem ali muitas possibilidades. Eles sofrem interferências da eterna reconstrução

²⁷ Na Fundação Casa Rui Barbosa, o caso da carta de Mário de Andrade em que ele assume sua homossexualidade é bastante representativo deste processo de prejuízo da acessibilidade do arquivo. A carta, que pertencia ao arquivo de Manuel Bandeira, fora reservada pelo AMLB durante três décadas, com o fito de não divulgar essa informação. Trata-se, naturalmente, de um processo de atuação arquivística sobre um acervo, mas com uma natureza bastante subjetiva.

²⁸ Sobre a relação entre arquivos pessoais e patrimônio, Jardim traz uma contribuição neste tema com o trabalho “A invenção da memória nos arquivos públicos”, no qual ele mostra como a avaliação e a seleção de documentos atuam na construção de determinado patrimônio público (1995, p. 1-13). Svicero (2013), por sua vez, também traz outro trabalho sobre este tema no sentido de discutir a importância dos arquivos pessoais como patrimônio documental e cultural. Neste trabalho muito informativo, também a autora fornece um breve panorama sobre a criação das instituições arquivísticas no Brasil. A meu ver, trata-se de uma obra de referência bastante significativa.

da memória e da identidade e, conseqüentemente, as preferências e opiniões de hoje podem não ser as de amanhã, levando a pessoa a repensar o que deve ser guardado e o que deve ser excluído do seu acervo. Dessa forma, como a vida é reinterpretada e redefinida ao longo da sua trajetória, os documentos também seguem essa mesma lógica e esta deve corresponder à identidade do momento presente (TANNO, 2007, p. 107).

A associação dos arquivos pessoais institucionalizados com a chamada memória social é presente em muitos trabalhos da área. Conforme afirma Oliveira (2008, p. 29), a institucionalização dos arquivos pessoais está também muito vinculada à perpetuação do que frequentemente chamamos de memória social. A decisão de preservação dos documentos ocorre devido ao reconhecimento por parte da sociedade do papel social do titular do acervo e de que eles podem ser um símbolo da trajetória de uma coletividade.

Ressaltamos esse fato para indicar que o simples fato de estar presente em uma instituição não quer dizer que o arquivo de alguém seja representativo ou significativo para a memória social. Nesse sentido, me parece fundamental lembrar que o processo de construção de memória é um processo ativo e constante por parte da instituição acolhedora, dos familiares, da comunidade acadêmica e dos pesquisadores interessados, que podem divulgar informações sobre o arquivo de maneira formal ou informal entre os possíveis interessados.

Assim, quando falamos de memória, é bom lembrar que os documentais pessoais não são “retratos fieis da memória dos fatos”; sendo que eles permitem uma reconstrução dos fatos a partir do ponto de vista dos protagonistas que os viveram efetivamente. Ressalta-se também que os documentos de alguém não representam a totalidade dos fatos em si mesmos, ou a “verdade”, mas sim a voz dos seus protagonistas, que merece ser ouvida tanto quanto qualquer outro. E para que este processo ocorra, é necessária a ocorrência de um trabalho efetivo de inúmeros atores. Ter um arquivo como representante de certo aspecto da memória pública só efetivamente funciona na medida em que esse arquivo é usado para construir inúmeros subprodutos, que podem ser trabalhos acadêmicos, trabalhos educativos produtos culturais, entre outros.

Essas reflexões servem para nos lembrar de que um documento em um arquivo pessoal também se insere no cuidado que os arquivistas têm em não ver um documento como a equivalência de um fato. Camargo e Goulart (2007, p. 51) salientam que os profissionais da área devem ter uma capacidade reflexiva que oscila entre entender o documento como uma representação (corporificação do fato) e a equivalência (o documento é o próprio fato). Assim, os documentos dos arquivos pessoais são, eles próprios, um fato, mas o que eles representam é uma representação parcial de um acontecimento ou de um indivíduo.

Por fim, ainda com relação às peculiaridades dos arquivos pessoais, Rouchou (2013, p. 252) afirma que

A documentação de um arquivo pessoal pode ser considerada uma fonte alternativa, como sugere Bellotto (2007), pois nele encontram-se diversos suportes, como papel, fotografias, gravações, filmes, vídeos, que são colecionados pela família ou pelo próprio sujeito ainda em vida. Falar de arquivo e de guarda de documentos é falar de memória. Quando Nora se refere aos jornais como “lugares de memória”, trata de uma memória nacional que servirá a sujeitos como ponto de referência para construção de alguns projetos. Penso em recortes de jornais como outro local de memória, dessa vez pessoal.

Embora a autora fale sobre os recortes de jornais no arquivo de Álvaro Moreyra, presente no AMLB, a ideia de que um arquivo pessoal serve como local de memória pessoal é bastante significativa. Assim, o estudo em um arquivo pessoal permite ao pesquisador compreender as múltiplas perspectivas formadoras da sociedade, bem como as etapas que precedem os trabalhos de destaque desta mesma sociedade. Igualmente eles permitem compreender o processo pelo qual se construiu algum campo do conhecimento, alguma obra literária ou mesmo alguma corrente política. Por guardarem aspectos íntimos da vida privada, este tipo de arquivo pode conter detalhes que muitas vezes escapam à observação geral dos fatos. Suas potencialidades são, portanto, bastante amplas.

Por fim, lembramos que um glossário de tipologias documentais em acervos literários pode contribuir substancialmente para um processo de institucionalização sólido e bem demarcado, na medida em que glossários dessa natureza dão maior estabilidade na classificação dos documentos que a instituição recebe e também permite maior precisão na recuperação da informação e na construção de instrumentos de pesquisa. Um glossário tipológico bem mapeado se configura como

um instrumento bastante eficaz para auxiliar a institucionalização de um conjunto documental.

3. O ARQUIVO DE LEON ELIACHAR

Este capítulo pretende apresentar o objeto empírico de minha pesquisa, o arquivo de Leon Eliachar sob a guarda do Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB) na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Ele está dividido da seguinte forma: a) uma pequena biografia do titular, onde conto a trajetória pessoal e profissional de Leon; b) um histórico do arquivo, abordando sua construção e como e por que ele foi doado para a FCRB; c) uma descrição das particularidades e problemáticas do arquivo e de seus documentos..

As informações relativas à trajetória pessoal e profissional do titular e à trajetória do arquivo e de seu percurso institucional foram retiradas das seguintes fontes: a biografia elaborada pelo próprio Eliachar para o livro *Who's Who in Brazil* na década de 70, a entrevista realizada pessoalmente com sua ex-esposa Wanelly Waleska²⁹, a conversa por telefone com seu filho Sérgio dos Santos Bello Eliachar ambos realizados nos dias 29 e 27 de março de 2016, respectivamente, informações retiradas de sítios na internet e também entrevistas com os servidores do AMLB. Cabe destacar que boa parte das informações dos sítios eletrônicos e das entrevistas foi confirmada pela análise dos próprios documentos de Eliachar.

²⁹ Leon Eliachar e Wanelly Waleska se divorciaram alguns anos antes da morte dele.

Para realizar estas entrevistas, me utilizei da relação periodicamente atualizada que o AMLB mantém de todos os contatos dos doadores dos arquivos e que, em geral, são os familiares dos titulares. Do ponto de vista metodológico, verifica-se ser bastante importante para qualquer instituição que guarda arquivos pessoais recolher informações de identificação dos doadores na ocasião da doação e manter permanente contato com os mesmos, de modo a manter sempre atualizados seus cadastros. Esta, inclusive, é uma das tarefas das instituições de guarda.

O primeiro contato foi por telefone com o filho Sérgio, que nos forneceu algumas informações sobre seu pai e intermediou um encontro com sua mãe no local onde ela reside atualmente, o Hospital Samaritano em Botafogo. A justificativa de Sérgio para marcar este encontro com Wanelly foi a de que ela teria mais detalhes e maiores informações do que ele próprio.

A entrevista foi realizada com base num questionário de perguntas intitulado *“Roteiro de entrevista com titular ou doador, sobre contexto de produção e guarda de arquivo pessoal”* que faz parte, como anexo, do Manual de Organização e Descrição de Arquivos Pessoais da Casa de Oswaldo Cruz (2015). A entrevista se constitui de duas partes, sendo a primeira parte relacionada à formação e à custódia do arquivo de Leon Eliachar e a segunda sobre dados biográficos do titular. Segue o roteiro com as perguntas que compuseram o questionário:

A- Perguntas sobre o Arquivo de Leon Eliachar

- 1- O que motivou a doação do fundo e quem tomou a iniciativa de doá-lo
- 2- Quem tomou a iniciativa de guardar os registros – o próprio titular ou outra pessoa?
- 3- Foi o próprio Leon o produtor do conjunto ou outra pessoa atuou na composição do arquivo?
- 4- Você saberia informar se houve alguma eliminação de documentos? Se houve, que critérios orientaram a eliminação?
- 5- Têm-se notícias da incorporação, ao arquivo, de conjuntos documentais ou itens provenientes de outras pessoas, como membros da família, colaboradores ou parceiros de trabalho?
- 6- Houve alguma transferência de custódia do conjunto documental ao longo do tempo?

- 7- Houve alguma dispersão, intervenção ou sinistro relacionados ao conjunto?
- 8- Há parcelas do arquivo sob outras custódias? (em outras instituições ou com outras pessoas, por exemplo).
- 9- Qual o valor atribuído ao arquivo pelos familiares? Por que é importante preservá-lo?
- 10- Por que a Fundação Casa de Rui Barbosa foi a escolhida pela família para a doação?
- 11- Tem algum documento que tem especial significado para a família e que gostaria de destacar?

B- Perguntas sobre Leon Eliachar

- 12- De maneira resumida, como você descreveria Leon?
- 13- Outros profissionais e pesquisadores já procuraram a família com propostas para outros tipos de iniciativas para a divulgação da memória do titular, como filmes, peças teatrais, pesquisas acadêmicas etc?
- 14- Tem algum trabalho de Leon Eliachar que você consideraria mais significativo?

Considero que as perguntas sobre a vida pessoal são bastante relevantes para que se possa traçar um quadro geral da pessoa de Leon Eliachar, de modo que possamos relacionar sua personalidade e os eventos de sua vida com sua própria trajetória profissional. As perguntas sobre o arquivo, por sua vez, visavam buscar um entendimento do processo de formação e manutenção do mesmo, pelo produtor e outros agentes no decorrer de sua vida, até a doação. Dessa forma, podemos compreender as características do material de que dispomos.

Conforme nos indicam Oliveira e Vasconcellos (2015, p. 9), os estudos dos arquivos pessoais são a resposta da Arquivologia a uma demanda criada pelo aumento do interesse pela pesquisa em história social e literatura nas últimas quatro décadas. Estes arquivos pessoais simbolizam a conexão dos seus produtores com a sociedade em um determinado período histórico e também representam a construção e o acesso a um determinado patrimônio cultural.

Assim, nessa parte inicial, pretendo mostrar como o titular se conectou com a sociedade em que vivia e teve relevante papel na história da imprensa brasileira

tanto escrita quanto audiovisual, principalmente como humorista e como seus documentos permitem identificar claramente essa característica.

3.1 NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE LEON ELIACHAR

O estudo biográfico de um titular de arquivo se configura uma atividade fundamental para a organização de seu acervo. Isso ocorre porque, ao buscarmos estudar a vida do produtor do arquivo, conseguimos melhor estabelecer as relações orgânicas que existem entre seus documentos, bem como melhor identificar as funções e atividades às quais ele se relaciona. Conforme afirma Santos, em um texto sobre o arquivo pessoal do cientista Rostan Soares,

O conhecimento biográfico do titular e dos elementos de constituição de seu arquivo é fundamental na metodologia de tratamento dos arquivos pessoais. A operação de estabelecer a classificação dos documentos só será levada a bom termo se estas etapas iniciais foram bem delineadas” (2012, p.39).

Buscar informações sobre Leon Eliachar nos seus documentos é uma tarefa desafiadora, uma vez que sempre que falava de si, o fazia de forma irreverente e jocosa. Sobre sua trajetória profissional, no entanto, os documentos do próprio acervo nos fornecem informações valiosas, uma vez que ele próprio nos deixou relatos e currículos sobre as atividades que exerceu. Outrossim, conforme foi dito acima, sua ex-esposa também contribui para muitas das informações que apresentamos neste trabalho.

Realizar o levantamento da trajetória de Leon em termos profissionais foi uma dificuldade particular, uma vez que ele atuou em várias atividades diferentes e em períodos descontinuados. Trabalhou na televisão, em jornais e em revistas, mas teve contribuições também no teatro e no cinema. O conhecimento da atuação profissional no cinema, inclusive, só foi possível a partir das lembranças de Wanelly, uma vez que não foram localizadas informações relativas a essa parte nem em seu material e nem em seus livros³⁰. Este fato reforça a importância da fonte oral para o

³⁰ Embora Leon tenha escrito sobre cinema em periódicos como “Fon-Fon”, “Revista Carioca” e “A Cena Muda” e em seus documentos pessoais constem carteiras do instituto Cinematográfico Argentino e da Associação Brasileira de Cronistas Cinematográficos, a informação sobre a participação de Leon no desenvolvimento de um filme só foi possível graças à sua ex-esposa.

entendimento não só do titular, mas também sobre o contexto de produção dos arquivos e dos documentos.

Segundo uma definição do próprio Leon em um currículo presente na documentação, ele era jornalista, escritor e humorista. Sobre seus hobbies, o autor diz sobre ele mesmo: *“Dá maior importância à saúde que ao dinheiro: é semivegetariano (só come carne de boi), pratica natação, ginástica, sueca, jiu jitsu, halteres, sauna e pôquer. Ao contrário das outras pessoas, cada ano que passa faz menos um ano: quando chegar a zero, começará tudo de novo.”*

Leon nasceu no Cairo, Egito, em 10 de outubro de 1922 e é de família judaica, sendo a palavra Eliachar um abasileiramento do termo hebraico *El Yachar*. Veio para o Brasil com 10 meses de idade, razão porque se considerava *“cairoca”*³¹. Seus pais, César Eliachar e Sarina Eliachar, tiveram dois filhos no Egito – Íris e Leon – e mais um filho caçula no Brasil, Charles.

César veio para o Brasil antes de sua esposa e aparentemente veio para buscar novas oportunidades de trabalho³². Atuou como caixeiro viajante, muito embora tenha se dedicado posteriormente a outras atividades. A mãe de Leon veio pouco tempo depois do pai.

Segundo o depoimento de Wanelly, o pai do escritor abandonou a família pouco tempo depois de chegarem ao Brasil, deixando Sarina para cuidar de seus três filhos. O irmão caçula de Leon, Charles, faleceu ainda jovem. Eliachar, então, morou com a mãe e a irmã em Ipanema, que na época era uma área pouco valorizada da cidade e teve uma infância marcadamente pobre.

³¹ De acordo com Any Dana, em um trabalho sobre a imigração judaica, esta cresceu com o fim da Primeira Guerra Mundial e o Brasil se tornou uma opção mais viável devido às restrições imigratórias impostas aos judeus nos Estados Unidos, Canadá, Argentina e África do Sul. Em 1921 o congresso norte-americano estabeleceu cotas imigrantistas baseadas em questões raciais para manter a preponderância racial do grupo de base americano, a fim de manter a hegemonia *“waspiana”*, da sigla White, Anglo-Saxon Protestants Muito provavelmente os pais de Leon Eliachar vieram para o país nessa leva de judeus vindos do pós-Primeira Guerra Mundial (ZWERLING, 2013, p. 37).

³² Rachel Mizrahi, em um texto que aborda os imigrantes judeus do Oriente Médio e sua inserção em São Paulo e no Rio de Janeiro, afirma que a primeira leva de judeus egípcios para o Brasil ocorreu a partir de 1956, fugidos dos conflitos no Oriente Médio. Ao que parece, portanto, os pais de Leon Eliachar vieram antes dessa imigração mais sistemática para o Brasil, muito provavelmente motivados por conflitos regionais, pobreza e desemprego em seus países de origem (MIZRAHI, 2005, p. 239).

A família viveu em muita dificuldade e Sarina trabalhou a maior parte da vida com costura, fazendo vestidos e chapéus de palha italiana para vender. Numa história descrita por Waleska, certa vez, a mãe do titular fez cartões com o nome e endereço dela para distribuir pelos moradores e no comércio local, a fim de fazer propaganda de seus serviços de costureira e pediu para os filhos distribuírem. Leon pegou estes cartões e os jogou fora, com vergonha. Em que pesem as dificuldades financeiras, Leon parece ter tido boa educação, pois estudou no Colégio Batista e no Instituto La-Fayette.

A mãe Sarina tinha quinze irmãos muito ricos, alguns deles comerciantes judeus ligados à área têxtil. Em 1936, aos 14 anos, Leon começou a trabalhar com um de seus tios, ajudando a limpar o banheiro e a entregar marmita. Leon tinha um tio rabino, irmão de sua mãe, e que lhe era muito querido. Esse tio, no entanto, faleceu quando o titular tinha 17 anos e a devido a isso o futuro escritor entrou em crise com sua fé judaica e virou ateu.

Como tinha habilidade com datilografia, foi chamado para trabalhar em um escritório da família. A partir daí começou a elaborar seus próprios textos de humor e desde então não parou mais. Começou a trabalhar como jornalista aos 19 anos de idade, tendo uma vida profissional de sucesso.

Pode-se afirmar que Leon Eliachar pertencia ao círculo da elite carioca das décadas de 1960, 1970 e 1980. Ele frequentava clubes como o Country Clube, a Sociedade Hípica Brasileira, o Iate Clube, o Clube Caiçaras, o Monte Líbano e o clube Costa Brava. Era uma pessoa que amava praia, fumava demasiadamente e adorava tomar sol. De acordo com seu filho Sérgio, Leon Eliachar gostava de viajar com o dinheiro ganho e ficar um tempo sem trabalhar, “aproveitando a vida” (expressão usada pelo seu filho). Foi amigo de pessoas como o empresário Guilherme Guinle, do humorista Millôr Fernandes, do cirurgião plástico Ivo Pitanguy, do pianista Bene Nunes³³, entre outros. Teve relações profissionais com nomes importantes das principais emissoras do país. Leon tinha a arte de aglutinar pessoas

³³ Bené Nunes foi um famoso compositor e pianista carioca que desenvolveu suas habilidades de forma autodidata. Foi casado com Dulce Nunes, cantora que participou do surgimento da Bossa Nova e foi grande amigo e protegido do Presidente Juscelino Kubitschek, que também era amigo de Leon Eliachar (<http://dicionariompb.com.br/bene-nunes/biografia>). Acessado em 8 de junho de 2016).

e segundo sua ex-esposa, o grande amigo íntimo dele, Ivo Pitanguy, era muito tímido e por isso gostava de andar com Leon para se socializar junto com o escritor.

Em 1961, aos 39 anos, Leon casou-se com Wanelly Waleska. Sua união com a moça, no entanto, sofreu resistência da família dela. A jovem menina tinha apenas 18 anos, era de uma família tradicional que morava numa casa de três andares na Lagoa, cujo chefe era um proeminente advogado e tinha uma forte orientação católica. Leon era vinte anos mais velho do que ela, judeu, trabalhava, frequentava a boa vida carioca. A família da moça não o via como um bom partido.

Como nos relatou Wanelly, Leon já tinha se encantado por ela ao encontrá-la na rua e lançava-lhe os cortejos típicos dos rapazes. Ela, no entanto, ainda tinha apenas 16 anos e a relação não passou de pequenas paqueras. Leon dizia-lhe que um dia ainda iria se casar com ela.

Foi numa festa no bairro do Flamengo na casa de George Guinle em que o músico americano de jazz Booker Pittman iria lançar sua filha na carreira artística, que Wanelly Waleska e Leon Eliachar se encontraram de maneira fortuita na saída do evento e começaram a conversar. Sua futura esposa já tinha completado os 18 anos e a partir dali começou uma aproximação mais intensa dos dois.

Os pais de Wanelly, num primeiro momento, resistiram à investida de Leon sobre sua filha, assustados com o estilo de vida tão diferente de Leon em relação às tradições da família. Segundo relato de Waleska, eles chegaram a “refugiá-la” em Petrópolis a fim de impedir o namoro dos dois ou um futuro casamento. Eliachar, no entanto, continuava a cortejá-la de muitas maneiras, desejoso de ter um compromisso mais sério com a jovem. As tentativas de seus pais, portanto, foram em vão. Com o tempo, eles começaram a namorar e Waleska conta que “*Leon a conquistou pela inteligência dele, uma vez que ele era muito feio!*” A família aos poucos fora arrefecendo a resistência.

O casamento dos dois, no entanto, tinha outro empecilho. Leon era judeu e Wanelly católica. A jovem moça procurou o então arcebispo D. Helder Câmara, que conhecera quando trabalhou na Feira da Providência do Rio de Janeiro, para achar uma solução para esse problema. O religioso disse que não haveria problema algum, pois Leon era um “*cristão de atos*”, segundo suas próprias palavras. D. Helder falava que tudo o que ele pedia a Leon com relação à sua coluna no jornal,

este o atendia. Logo, seria um cristão em suas ações. Com isso, Leon foi batizado no Cristianismo e a cerimônia se realizou na reitoria da Universidade do Brasil³⁴, na Urca em 7 de junho de 1962, pelas bênçãos de D. Helder Câmara, sendo que os filhos de Ivo Pitanguy foram os pajens.

Esse casamento com uma cristã católica, aparentemente, também não agradou à comunidade judaica. Sua ex-esposa nos relatou que a família Bloch, de origem judaica, demitiu Eliachar da revista *Manchete*, onde trabalhava na época, aparentemente em retaliação a essa união.

Leon Eliachar e Wanelly Waleska ao que parece tiveram uma vida familiar agitada e os seus nomes saíam amiúde nas colunas dos jornais. Três anos após o casamento tiveram Sérgio Eliachar, o único filho da união. Há muito Leon tinha deixado a vida pobre da infância e vinha ganhando bastante dinheiro. À época Leon era um escritor, humorista e jornalista renomado e já tinha lançado livros e trabalhava na televisão.

O casal frequentava a alta sociedade carioca e tinham entrada permanente no Clube Caiçaras. A vida matrimonial, no entanto, parece ter tido alguns altos e baixos. Wanelly nos conta que Leon tinha comportamentos considerados machistas, mas que eram típicos dos homens da sua sociedade e da sua época. Ele sequer permitia a esposa trabalhar ou dirigir. Ivo Pitanguy convidou Wanelly para trabalhar com ele como secretária, uma vez que ela, bem educada no colégio *Sion* no Cosme Velho, falava inglês, francês e espanhol. Leon a proibiu de trabalhar. O escritor também teve alguns revezes financeiros ligados ao pôquer, fato comprovado pela sua documentação, onde se encontra uma fotocópia de cheque enviado para pagamento de débitos no jogo.

Esses conflitos no casamento levaram sua então esposa a pedir o desquite. Depois de muitas brigas, o desquite – que até então seria amigável – tornou-se litigioso. No final do processo, Leon, que era aposentado à época por ter começado a trabalhar muito cedo, foi condenado pelo juiz a pagar parte de seus ganhos para sua mulher e seu filho. Essa situação o revoltou e ele envolveu-se com outra mulher e passou um tempo viajando pela Europa.

³⁴ A Universidade do Brasil é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e o prédio em questão era o *campus* da Praia Vermelha.

Depois disso, Leon e Wanelly mantiveram uma relação que, embora não fosse amigável, era respeitosa. Sua ex-esposa formou-se em jornalismo e continuou a vida trabalhando na seção internacional do Jornal Nacional da TV Globo. Leon continuou trabalhando como jornalista de humor e escritor de livros e programas de televisão, mas também abriu uma empresa de publicidade, a “*Leon Eliachar – Ideias & Promoções*”.

Leon teve uma morte trágica devido a uma situação muito pitoresca. Ele se envolveu com Vera, esposa do vereador Alberto Araújo da cidade de Palmas, no Paraná. Ela costumava ir ao Rio de Janeiro para visitar sua irmã. Em uma dessas visitas Vera conheceu Leon e as vindas à cidade carioca começaram a ficar mais frequentes. Seu marido desconfiou desse aumento das visitas à irmã e contratou um detetive particular para descobrir o que estava acontecendo. Nesse processo, descobriu que sua esposa tinha um caso com Eliachar.

O vereador Alberto, de família rica, vendeu uma fazenda de sua propriedade para encomendar o crime. Ele contratou o delegado de polícia da sua cidade, César Prodóscimo, que por sua vez contratou dois pistoleiros, Roy dos Santos Baummer e Melquisedequer de Oliveira Machado, o Dequer, e a dançarina Ilza Cavanhol Macedo, cujo nome profissional era Sheila. Ilza foi contratada para atrair sexualmente Leon.

A dançarina entrou no prédio do escritor e bateu em sua porta, alegando estar perdida, pois era do sul do país e estava procurando por uma pessoa fictícia para entregar uma encomenda a ela. Leon disse que não havia ninguém ali com esse nome e propôs ajudá-la. A partir desse encontro, se envolveram sexualmente e Leon tirou algumas fotos dela na varanda de seu apartamento com vista para o Pão de Açúcar, mandando revelá-las logo em seguida. Alguns dias depois, à noite, Sheila deixou a porta do apartamento aberta, dando a oportunidade para os dois pistoleiros entrarem, amarrarem o escritor e matá-lo com um tiro na nuca. Leon morreu aos 65 anos em 1987.

O corpo de Leon foi encontrado três dias depois. Os assassinos foram descobertos, pois quando a polícia chegou ao local, coincidentemente chegou ao mesmo tempo um rapaz que disse que devia entregar uma encomenda ao escritor.

Eram as fotos que ele havia tirado de Sheila em frente ao Pão de Açúcar. A partir daí se sucedeu uma investigação que culminou com a descoberta dos assassinos³⁵.

O vereador Alberto Araújo, mandante do crime e os dois pistoleiros foram condenados a 17 anos de prisão. Já o delegado de polícia do Paraná que ajudou no crime foi condenado a 14 anos de prisão. A dançarina Sheila recebeu 14 anos³⁶.

A morte de Leon Eliachar foi trágica e apareceu nos principais telejornais da época e não só seu assassinato como todo o processo de condenação dos criminosos estão amplamente documentados em seu arquivo por meio de recortes de todas as publicações que continham alguma informação sobre o assunto, segundo nos esclarece Wanelly. Embora não estivesse mais casada com o titular, esse fato abalou profundamente sua ex-esposa e seu filho.

Apesar da morte funesta e inesperada, o escritor teve uma vida prolífica, agitada, com uma elevada capacidade de criação e uma criatividade bastante peculiar. Ele conseguia ver o mundo de forma invertida e extrair piadas e risos de cada situação, como podemos verificar em alguns de seus pensamentos:

“Segredo é isso que vai rolando de ouvido em ouvido e volta sempre com mais detalhes”.

“Vício é o que estamos sempre fazendo pela última vez”;

“O adultério é aquilo que liga três pessoas sem uma saber”;

“Algumas mulheres são contra o biquíni porque o biquíni é contra elas”;

“Herói é o sujeito que teve a sorte de escapar vivo”;

“O turfe não é jogo de azar. A gente joga sabendo que vai perder.”

“Pontualidade é a coincidência de duas pessoas chegarem com o mesmo atraso.”

“O difícil pro australiano é comprar um bumerang novo e jogar fora o velho”;

“Dois homens se esmurrando no meio da rua: um menino de 8 anos gritando “Papai”. Pára um guarda de motocicleta, pergunta ao menino: Qual dos dois é o seu pai? Também não sei: é justamente por isso que eles estão brigando”.

3.2. NOTAS SOBRE A VIDA PROFISSIONAL

Conforme já foi dito, Leon foi uma personalidade destacada no cenário carioca dos anos de 1960, 1970 e 1980. Na década de 1970 seu nome foi escolhido pelo conselho de seleção do livro “Who’s Who in Brazil”, que apresentava as

³⁵ A foto de Leon com Sheila está publicada na revista Manchete no dia 4 de julho de 1987, n. 1837, ano 36.

³⁶ Fonte: Jornal do Brasil, 31 de janeiro de 1990. p.30.

principais personalidades brasileiras da época. Esta obra, de acordo com seus produtores, era “uma publicação que circula em território nacional e no exterior, junto a governos, ministérios, missões diplomáticas, empresas privadas, bem como nas mãos de inúmeras pessoas ligadas às altas esferas político-empresariais, pois faculta seguras e valiosas consultas”.

Na série *produção intelectual* do arquivo de Leon, há um documento no qual ele escreve sua autobiografia que seria enviada para este livro, conforme fora solicitado pelos editores da obra. Nesse relato, ele mesmo resume suas atividades profissionais realizadas até então:

“Começou como “boy”, fazendo entregas, enquanto estudava à noite. Chegou a auxiliar de escritório e quando quiseram promovê-lo a contador, largou tudo e dedicou-se a escrever. Foi contista, cronista, crítico de cinema, repórter policial, editor de revista, editor de jornal de tevê, comentarista, e finalmente humorista – profissão que exerceu durante 20 anos nas melhores revistas e jornais do país, como “Diário Carioca”, “Diário de Notícias”, “Última Hora”, “Fon-Fon”, “Revista Nacional”, “Revista da Semana”, “A Cigarra”, “Fatos e Fotos”, “Manchete”, “TV Rio”, “TV Excelsior”, “TV Tupi” e “TV Globo”. Na TV produziu e apresentou um programa durante sete anos: “Leon Eliashow”³⁷.

Vemos, portanto, que se trata de um profissional versátil e que trabalhou em muitas áreas, mas sempre mergulhado no elemento humorístico.

Como jornalista, fez a cobertura de um Festival de Cinema em Punta Del Este para três revistas: “O Cruzeiro”, “Revista da Semana” e “A Cena Muda”³⁸, revista especializada da qual foi diretor durante três anos. E no quesito cinema, também ajudou na elaboração do roteiro do filme “O homem do Sputnik”³⁹.

Além das revistas já citadas acima, trabalhou também na revista mensal de humor *Pif-Paf*⁴⁰, em que atuou junto de nomes como Millôr Fernandes, Ziraldo e

³⁷ Estas informações foram retiradas de uma biografia elaborada pelo próprio Leon no ano de 1970. Trata-se, assim, de uma listagem parcial, uma vez que Leon ainda teve mais dezessete anos de atividade profissional desde a elaboração deste documento até a sua morte em 1987.

³⁸ A revista *A Cena Muda* era dedicada a divulgar notícias dos filmes de *Hollywood* e mostrava o que as atrizes da época usavam e fazia publicidade dos filmes americanos. A revista era um método americano de inserir sua cultura em outros lugares. Fonte: <https://www.univates.br/biblioteca/museu-regional-do-livro/a-cena-muda>. Acessado em 10 de maio de 2016.

³⁹ Trata-se de uma produção brasileira de 1959 dirigida por Carlos Manga e que narra as aventuras de um homem simples que pensa que o satélite russo *Sputnik 1* caiu no telhado de sua casa e que é perseguido por espiões de todos os tipos. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Homem_do_Sputnik. Acessado em 10 de maio de 2016.

⁴⁰ Trata-se de uma revista de humor, crítica política e de costumes publicada no Brasil por três meses, entre 21 de maio e 27 de agosto de 1964. Foi criada por Millôr Fernandes e seu conteúdo levou a inteligência do exército a classificá-la como imprensa alternativa e a rotular seu criador como esquerdista. Teve apenas oito números publicados a cada catorze dias. Trata-se de uma revista que

Rubem Braga, que eram, inclusive, amigos pessoais do escritor. No seu arquivo, consta que ele também escreveu colunas para a revista *O Pasquim*. Teve, inclusive, um jornal próprio intitulado “Jornal de Leon Eliachar”, uma pequena publicação de humor, cujos exemplares se encontram em seu arquivo.

Destaca-se que durante muito tempo a imprensa escrita teve especial destaque na vida cultural carioca e o jornalista tinha uma relevância social bastante significativa. É possível afirmar, inclusive, que o humor sempre esteve presente em revistas tradicionais do Rio de Janeiro desde a época do império. O escárnio por meio de desenhos era encontrado em revistas consagradas do Rio de Janeiro como “Revista da Semana”, “Fon-Fon”, “Careta”, “Kosmos” entre outras. Leon Eliachar parece ter vivido um período de transição em que a imprensa escrita (e também o rádio) foi sendo gradativamente substituída em grau de importância pela televisão. Embora ele não tenha se envolvido muito com charges e caricaturas, seu jornalismo de humor parece seguir uma longa tradição na imprensa carioca.

Como jornalista, Leon também trabalhou ainda jovem para os jornais “Diário Carioca”⁴¹, “Diário de Notícias”⁴² e “Última Hora”⁴³. Foi, no entanto, no “Jornal do Brasil” que Leon teve um de seus trabalhos de maior destaque no jornal, a coluna “Divagar e Sempre”⁴⁴.

rompeu com padrões editoriais da época, baseado no modelo americano de divisão de trabalho na produção. Ela era basicamente a revista de um homem só, Millôr, embora recebesse a contribuição de nomes como Ziraldo, Jaguar, Stanislaw Ponte Preta, Enrico Bianco entre outros. Ela inicialmente era uma versão independente, e em revista, da seção *O Pif Paf* da revista *O Cruzeiro*. Tinha poucos anunciantes, que eram basicamente amigos do seu produtor (ROCHA, 2011).

⁴¹ O “Diário Carioca” foi um jornal fundado no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares e publicado até dezembro de 1965. Ao que tudo indica, teve atuação na política do país, pois apoiou Getúlio Vargas e os revolucionários de 30. Ele chegou ao fim por falta de verbas publicitárias ocorrida por pressão do regime militar, uma vez que era opositor ferrenho do governo. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>. Acessado em 10 de maio de 2016.

⁴² O “Diário de Notícias” surgiu em 1930, no período conturbado da história brasileira, ano em que Getúlio Vargas subiu ao poder. O jornal tinha uma linha governista, mas com o tempo partiu para a oposição e assim se manteve até o fim do Estado Novo. Devido a problemas financeiros foi vendido em 1970 e em 1976 foi à falência. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101423/memoria15.pdf>. Acessado em 9 de junho de 2016.

⁴³ O jornal *Última Hora* foi um jornal carioca fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 12 de junho de 1951 e se tratava de um jornal de oposição à classe dirigente e a favor do governo Vargas. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%9Altima_Hora Acessado: 11 de maio de 2016.

⁴⁴ Em seu arquivo consta 448 recortes de jornal sobre esta coluna, sendo um dos seus materiais mais numerosos.

No rádio, Leon trabalhou na “Rádio Mayrink Veiga”⁴⁵ com vários programas, dentre os quais: “Mestre Cuca”, “Eu Acuso”, “Biotônico Fontoura”, “Tic Tac Gessy”. Todos estes programas são quadros humorísticos com personagens que dialogam entre si abordando algum aspecto do cotidiano de forma jocosa, muito análogos aos programas humorísticos na televisão contemporânea.

Foi no audiovisual, no entanto, que Eliachar encontrou sua maior projeção profissional. É na televisão que se encontra a maior parte de sua documentação e suas atividades mais frequentes foram as de redator de roteiros para programas televisivos e elaborador de textos e piadas para a produção dos mesmos. Na antiga “TV Excelsior”⁴⁶ teve um programa só seu, o “Leon Eliashow”, que durou sete anos. Trata-se de um humorístico que explorava situações do cotidiano e satirizava os costumes sociais.

Na “TV Tupi”⁴⁷ participou no ano de 1970 do programa de entrevistas “Bibi ao Vivo”, que contava com a produção de Wilson Rocha, Armando Couto e Paulo Fontes e ia ao ar às sextas-feiras. No “SBT” trabalhou no programa “Feira do Riso”, outro humorístico.

Na “TV Globo”, no seu primeiro contrato de trabalho anual, em 1967, foi como produtor, redator e relações públicas. No segundo, consta que ele foi contratado novamente como produtor e redator de programas entre 1 de janeiro de 1971 a 30 de junho de 1971. Destaco que estas datas são baseadas na documentação de que dispomos, mas ao que parece ele realizou outros trabalhos em outros períodos para a emissora cuja documentação não se encontra em seus documentos. Na sua correspondência com a empresa, afirmou que podia fazer participação para o programa “Faça Humor, Não Faça a Guerra”, elaborando textos e desenvolvendo

⁴⁵ A *Rádio Mairynk Veiga* foi uma emissora fundada em 21 de janeiro de 1926 e é considerada como um ícone da chamada *Era do Rádio*. Foi líder de audiência nos anos 30 e responsável pela estreia de artistas como Carmen Miranda. Foi fechada em 1965 pela ditadura militar por ter participado da chamada *Cadeia da Legalidade*, uma rede de rádios nacionais organizadas por Leonel Brizola para defender a posse de João Goulart. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_Mayrink_Veiga. Acessado em 11 de maio de 2016.

⁴⁶ A rede Excelsior foi uma rede de televisão de São Paulo, que entrou no ar em 9 de julho de 1960 e fechou em 30 de setembro de 1970. Pertencia ao empresário Mário Wallace Simonsen. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Excelsior. Acessado em 5 de maio de 2016.

⁴⁷ A rede Tupi foi a primeira emissora de televisão do Brasil, da América do Sul e a quarta do mundo. Foi fundada em 18 de setembro de 1950 em São Paulo pelo paraibano Assis Chateaubriand. Em 16 de julho de 1980 foi cassada pelo governo brasileiro devido a problemas administrativos e financeiros. Fonte: <http://www.bcc.org.br/tupi/>. Acessado em: 9 de junho de 2016.

anúncios. Isso nos mostra que podemos mapear e identificar as funções de um produtor de arquivo por meio de documentos por vezes inusitados, como um contrato de trabalho.

Ainda na televisão, atuou também na criação dos roteiros dos programas “O Planeta dos Homens” e “Satiricon”. O primeiro programa era exibido na TV Globo e apresentava quadros de humor baseado em crítica social e paródias de programas de rádio e televisão, passava às segundas-feiras às 21 horas e teve duração de 15 de março de 1976 a 13 de janeiro de 1982. Já o programa “Satiricon” foi outro humorístico produzido pela Rede Globo de Televisão, exibido semanalmente entre 1973 e 1975 e fazia sátiras das mais variadas, abordando o rádio, a escrita, a fala, a música e a própria televisão. Era basicamente uma sátira do comportamento humano⁴⁸.

Também trabalhou na “TVE”⁴⁹, com o programa “Decisão Pública”, que passava aos domingos, às 19 horas e era baseado em debates com entrevistados. Também participou do programa “Advogado do Diabo” também da mesma emissora, onde entrevistou seu amigo íntimo Ivo Pitanguy em 1986⁵⁰. Em sua documentação encontramos também contratos de trabalho com a Rádio e Televisão Paulista S/A em 6 de março de 1969, embora este não especifique que tipo de trabalho realizou lá.

Destaco que a participação de Leon na TV consistiu principalmente na elaboração dos roteiros, scripts e ideias dos programas, não envolvendo, na maioria dos casos, sua imagem direta.

Ao longo de sua vida entrevistou personalidades nacionais e estrangeiras como Pelé, Juscelino Kubistchek, Lana Turner, Cantinflas, Bob Hope, Glenn Ford, Joan Crawford, Janio Quadros, João Goulart, Marlene Dietrich, Maurice Chevalier, Portinari, Eder Jofre, Ivo Pitanguy, Tyrone Power, Ava Gardner entre outras, fato do

⁴⁸ Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/satiricom.htm>. Acessado em 4 de maio de 2016. E <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/o-planeta-dos-homens/producao.html>. Acessado em 4 de maio de 2016.

⁴⁹ A TVE entrou no ar no canal 2 que entrou no ar em 1975 e foi extinta no dia 2 de dezembro de 2007 para dar lugar à TV Brasil. Ela substituiu a TV Excelsior no canal 2, uma vez que essa emissora fora cassada pelo governo federal. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/TVE_Brasil. Acessado em 9 de junho de 2016.

⁵⁰ Informações retiradas dos documentos de seu arquivo relativos a estes programas.

qual se vangloriava⁵¹. Seu arquivo, inclusive, conta com um telegrama do ex-presidente Juscelino no qual ele parabeniza Leon por seu casamento, mas afirma não poder comparecer à cerimônia. Este fato chama a atenção, uma vez que Leon se casou em 1961, mesmo ano em que Juscelino deixou o cargo de presidente. O fato do titular convidar um ex-presidente da República para um evento de sua vida pessoal pode indicar o quão ele era bem relacionado e que ele frequentava círculos sociais de destaque.

Eliachar recebeu em 1956, no X Salão Internacional de Humorismo, em Bordighera na Itália⁵², duas Palmas de Ouro – 1º lugar pela definição de humor e o 2º lugar pelo conto “O Judeu”. Essa definição é uma das frases mais icônicas de Leon, onde ele afirma que “humor é a arte de fazer cócegas no raciocínio”. Sobre este prêmio encontramos vasta documentação em seu arquivo, inclusive os originais e várias versões do conto que o premiou.

Como escritor, publicou os seguintes livros, sempre em torno da temática humorística: “O homem ao quadrado” (1960), “O homem ao cubo” (1963), “A mulher em flagrante” (1964), “O homem ao zero” (1968) e “O homem ao meio” (1979). Também publicou em colaboração com Ziraldo, Jaguar, Henfil, Stanislaw Ponte Preta, entre outros, o livro “10 em humor” que foi lançado pela Editora Expressão e Cultura em 1968.

Seu primeiro livro “O homem ao Quadrado” foi lançado pela editora Francisco Alves num contrato bastante vantajoso e foi seu livro de maior sucesso. Na primeira edição, Leon ganharia 10% do lucro das vendas, na 2ª edição, 12%, na 3ª edição 15% e assim sucessivamente em uma espécie de contrato progressivo. Conforme nos descreve Wanelly, ninguém parecia apostar no sucesso de vendas de um livro de humor; no entanto, contrariando várias expectativas, a obra de Leon foi um *best-seller*.

Dentre suas obras não lançadas está “O Homem em Tecnicolor” e “Como ser Feliz no Casamento mesmo Depois de Casado”, “O homem ao Mundo”, “Minhas Memórias, antes que esqueça”. Sabemos dessas informações por causa de sua

⁵¹ Informações retiradas de sua autobiografia para o livro *Who's Who in Brazil*.

⁵² Trata-se de um evento criado no pós II Guerra Mundial, em 1947 e que tinha relevante reputação internacional. Durou até o ano de 1999. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/International_Festival_of_the_Humor_of_Bordighera. Acessado em 12 de maio de 2016

autobiografia para o livro *Who's Who in Brazil*. Leon fala que tinha planos de lançar estes livros, mas aparentemente eles não se realizaram.

Destaco que é bastante difícil fazer uma linha cronológica precisa das atividades profissionais de Leon Eliachar, pois aparentemente suas contribuições para diferentes emissoras, rádios e revistas eram descontinuadas e retomadas posteriormente. No entanto, um resumo de sua atuação profissional, segundo consta no currículo presente em seu arquivo, é:

Revistas: Fon-Fon, Cena Muda, Revista da Semana, Revista Manchete, Fatos e Fotos, Ele e Ela, O Pasquim, Jornal de Leon Eliachar

Jornais: Última Hora, Diário Carioca, Diário de Notícias, Jornal do Brasil

Rádio: Mairynk Veiga, Tupi

Televisão: TV Rio, TV Excelsior (Rio), TV Excelsior (São Paulo), TV Tupi (Rio), SBT (São Paulo), TV Globo (Rio), TV Educativa (Rio).

Livros: O Homem ao quadrado, O Homem ao cubo, O Homem ao Zero, A Mulher em Flagrante, O Homem ao Meio, 10 em humor (em colaboração com outros humoristas)⁵³.

A vida profissional de Leon Eliachar reflete uma trajetória plural e com ampla experiência na imprensa escrita, no rádio e na televisão e seu arquivo reflete bem isso, pois muito de sua atuação foi devidamente arquivada. Trabalhar na TV Manchete, na TV Tupi, na TV Excelsior, no SBT e na TV Globo fazia dele uma pessoa que tinha trânsito nos principais meios de comunicação numa época conhecida no Brasil como o período da ditadura militar. No entanto, Leon, a meu ver, parece não ter se envolvido muito com a política, embora tenha se manifestado sobre a liberdade de expressão e tenha escrito na famosa revista de esquerda “*O Pasquim*”. Mas mesmo neste hebdomadário, suas piadas não podem ser classificadas como militantemente contra o governo militar, sendo muito mais próximas de uma crítica social humorística muito difusa. No seu artigo de 7 de março de 1980 de *O Pasquim*, ele critica o governo da seguinte maneira:

“Ao ponto

⁵³ Destaco que Leon também atuou como publicitário, mas estas atividades se deram no final da vida, com a sua empresa “Leon Eliachar – Ideias e Promoções”.

O boicote à carne, programado pelas donas de casa, veio confirmar que no Brasil o machão mesmo é a mulher. O governo acompanha de longe: ele tem interesse em saber até que ponto a carne é fraca.”

Em outro artigo de 22 de fevereiro de 1980, o autor escreve:

“Super Proteção

De todas as indústrias brasileiras, a mais protegida é a do cinema. A Embrafilme dá o dinheiro, a Censura dá o carimbo de “boa qualidade” e o Governo obriga a exibir. O produtor só entra com a falta de talento.”⁵⁴

Quanto às razões para isso, só podemos especular. Talvez o principal motivo tenha sido o círculo social em que Leon vivia, onde predominava pessoas de importância política, financeira e social. Ele deve ter feito uma opção pelo humor feito apenas para divertir sem necessariamente se preocupar em atacar dirigentes ou pessoas em particular. Certamente o escritor fez sua crítica ao momento da época, mas à sua própria maneira.

Com relação ao papel social de Leon Eliachar, este parecia ter consciência de seu papel como humorista e da inserção do humor na vida pública e na consolidação da liberdade de expressão do país. Cabe destacar uma carta enviada para o Sr. William M. Pepper, presidente da comissão de prêmios da Sociedade Interamericana de Imprensa em 18 de janeiro de 1965, um ano depois do Golpe de 1964 e três anos antes do Ato Institucional 5, decretado em 13 de dezembro de 1968. Nesta carta, Leon fala sobre a possibilidade de concorrer ao prêmio Sidi Mergenthaler, que era dedicado aos jornalistas da América Latina que tenham se destacado no “trabalho em benefício da coletividade e em defesa da liberdade de Imprensa”. Ele afirma:

“Sou humorista há alguns anos e outra coisa não faço senão trabalhar em benefício da coletividade: além de divertir, defendo sempre os seus direitos. Para haver humor, na imprensa, é preciso que haja liberdade de imprensa: o humor fica nas entrelinhas e a liberdade fica nas próprias linhas. Sem as linhas não poderia haver as entrelinhas, por esta razão decidi incluir alguns artigos meus publicados no “Diário de Notícias” no ano de 1964. Nunca fui incomodado, nem pela direção do meu jornal nem tampouco pelo governo do meu país, o que prova que existe liberdade de imprensa – sem o que, eu deixaria automaticamente de ser jornalista, pois não entendo que uma profissão que visa informar e formar a opinião pública seja exercida sem liberdade, que é o seu principal alicerce”.

Sua postura frente à liberdade de imprensa, posteriormente, parece ter se conformado ao contexto político de sua época. Em uma carta recebida por ele e escrita por Renato Pacote, diretor executivo da Central Globo de Produções em 27

⁵⁴ As duas notas constam na seção *documentos da imprensa* em seu arquivo.

de novembro de 1970, já em plena ditadura militar, este adverte Leon sobre a importância de entregar trabalhos nos prazos a fim de submetê-los à censura no tempo correto:

“Lembramos a Vs Sas que os scripts de programas têm que se apresentados à censura com o mínimo de 72 horas de antecedência, a fim de que possamos cumprir essa exigência é necessário recebermos os scripts com 96 horas de antecedência, ou seja, 4 dias. Estamos enfrentando sérios problemas com os prazos de censura, correndo risco de não obter liberação dos programas”.

Nesse sentido, destacamos que o arquivo pessoal traz muitos elementos para olharmos o contexto histórico da época. Embora esta característica também esteja presente em arquivos institucionais, o arquivo pessoal permite que os fatos históricos sejam vistos sob o olhar do indivíduo e de como estes fatos se inseriam no cotidiano das pessoas.

A obra inteira de Leon Eliachar, no rádio, na televisão, nos jornais, nas revistas e em seus livros era permeada por um humor de cotidiano, envolvendo temas como mulheres, divórcio, conflitos entre os sexos, futebol, sexo e trivialidades, sempre fazendo rir e percebendo como a vida comum era contraditória e engraçada. Leon invertia a lógica das situações e nos apresentava um ponto de vista totalmente diferente. Sua participação em inúmeros espaços de mídia permite dizer que ele era, sem dúvida alguma, um homem público cujo trabalho atingiu muitas pessoas de várias formas.

Em artigo intitulado “*Humor inglês à brasileira*” para a Revista de Língua Portuguesa, Luiz Costa Pereira Júnior define com maestria o cerne do humor de Leon: “Como costume em sua época, era dado ao que chamamos de politicamente incorreto – mas mesmo quando exalava preconceitos, ele o fazia com engenho capaz de eclipsar humoristas que, reféns da ditadura do incorretismo, vendem grosserias como se piadas (2012, p. 1).

3.3. NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE LEON

Wanelly Waleska conta-nos que, durante sua vida profissional, ele costumava organizar e guardar todos os seus documentos. Segundo ela, Leon era um homem

extremamente organizado, tinha mania de limpeza e obsessão por arrumação. Ele próprio arquivava seus papéis em um móvel que tinha cinco gavetas com chave em cada uma. Todos os documentos estavam em pastas, de forma organizada, por empresa em que trabalhava, e eram catalogados e etiquetados com nomes e datas. Podemos afirmar, portanto, que eles receberam certo tratamento “arquivístico” por parte do titular, pois havia nele uma “vontade de guardar”⁵⁵ sua obra, criação e produção intelectual. Trata-se, portanto, de um acervo relativamente diferenciado no universo dos arquivos pessoais, uma vez que ele já chegou com uma ordem original ou uma lógica de acumulação reconhecível, realizada por seu produtor, como confirmado pelo doador.

Com isso, relembremos Heymann (2012, p.179) quando afirma que a constituição dos arquivos pessoais não pode ser associada a um processo “natural” de sedimentação de registros do passado. Nestes arquivos existe um papel fundamental da “intencionalidade”, responsável pela definição do que será guardado pelo titular, sob sua orientação ou mesmo com base em critérios de outros agentes.

Podemos dizer que a construção do arquivo de Leon por ele próprio, trata-se, por meio dessas experiências, de fazer da própria vida uma obra de arte, arquivando-a. Este ato implica a adoção de um modo de existência muitas vezes defasado em relação aos modos de vida contemporâneos. Por isso mesmo, não são os acontecimentos da vida os valorizados, mas o ato de arquivá-los (ARTIÈRES, 2014, p. 45).

Mas apesar de Leon ter atuado efetiva e volitivamente no arquivamento de sua própria vida, nos conta Wanelly, que ele não tinha o fito de construir uma imagem pessoal por meio de seus arquivos e, provavelmente, não fazia ideia de que essa documentação poderia algum dia ser doada para um centro de documentação e pesquisa. Não era esse o objetivo fundamental responsável pelo acúmulo de sua documentação. Na realidade guardava seus documentos, em primeiro lugar, segundo sua ex-esposa, por vaidade pessoal, pois gostava de ter arquivada a sua criação. Em segundo lugar, para que a documentação relativa aos seus livros e à sua obra pudesse auxiliar na educação de seu filho Sérgio, com base nos direitos autorais dos mesmos. Ele não via seus documentos, portanto, como um “lugar de

⁵⁵ Conceito inspirado no trabalho de VIANNA; LISSOVSKY; SÁ, 1986.

memória”⁵⁶, como um acervo dotado de um “valor em si”, assim como não há registro da manifestação de qualquer preocupação com a passagem de seu arquivo para o espaço público (HEYMANN, 2012, p. 173).

Este parece ser um detalhe importante. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, muitas pessoas mantêm arquivos pessoais no seu espaço doméstico, mas as motivações que levam as pessoas a guardarem seus documentos variam muito. O que cada um guarda e o modo como organiza seus arquivos envolve também a cultura pessoal do acumulador e seus interesses individuais. No caso de Leon era uma questão de vaidade e também uma preocupação financeira, pois se trata de um artista com vida pública e, em cujo trabalho incide direitos patrimoniais e autorais, extensivos aos herdeiros.

Ao que parece, Eliachar também não contou com ajuda na organização de seu acervo, pois nem secretária possuía, como nos narrou Wanelly. Tudo foi elaborado de acordo com seus esforços individuais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o arquivo de Leon Eliachar contou com uma lógica de acumulação reconhecível. Abellás, em um trabalho que aborda a organização da documentação pessoal e pública de cientistas, afirma que o que caracteriza a maior parte dos arquivos pessoais é a quase completa ausência de uma organização pré-estabelecida, reconhecível a priori (2012, p. 77). O material em questão parece, no entanto, ser um contraponto a essa ideia que muitos têm acerca dos arquivos pessoais.

O arquivo de Leon Eliachar foi doado por iniciativa de seu filho Sérgio Eliachar e de sua mãe Wanelly Waleska em 24 de agosto de 1992, ou seja, cinco anos após a morte do titular. Desse processo consta um termo de doação, tradicional instrumento da FCRB para esclarecimento dos deveres e direitos de ambas as partes com relação à documentação. Vemos, portanto, o importante papel da família na preservação dos acervos privados pessoais.

A Fundação Casa de Rui Barbosa foi escolhida pela ex-esposa de Eliachar porque seu pai era advogado e muito amigo do Dr. Plínio Doyle, antigo diretor da

⁵⁶ Embora possamos dizer que Leon arquivava seus trabalhos com base numa memória pessoal de suas atividades profissional, quando falo que ele não enxergava seu arquivo como “lugar de memória”, me refiro a uma memória mais ampla, institucionalizada e publicizada.

fundação. Por esse intermédio, Wanelly ficou sabendo que a FCRB estava recebendo documentos de escritores e resolveu doá-lo para a Fundação. Isso permite dizer que as relações sociais, tanto dos titulares quanto dos doadores, compõem redes de sociabilidade que podem empregar certo dinamismo ao processo de institucionalização dos arquivos.

Segundo Sérgio Elichar, uma das justificativas para que o arquivo fosse doado para a FCRB era para que seu pai permanecesse ao lado de nomes como Drummond, Clarice Lispector e Manuel Bandeira. Seu objetivo era, portanto, a institucionalização como valor para o doador e o enaltecimento da figura do titular entre “pares” notáveis. Podemos dizer, portanto que os doadores consideraram o ato de doação como um ato de notabilização de Leon, na medida em que seu arquivo figuraria na lista de arquivos de personalidades notáveis, provenientes de sua área profissional. Dessa forma, uma das razões que motivaram a doação do fundo foi para a preservação da trajetória artística de Leon, o que indica certa consciência sobre a importância da institucionalização de um arquivo pessoal e sobre como esta contribui para a monumentalização da memória do indivíduo e de seu papel na sociedade.

Curiosamente, em uma entrevista concedida à estudante Miriam, cujo rascunho se encontra entre seus documentos, Leon afirmava que os escritores que mais lhe agradavam eram Rubem Braga, Clarice Lispector, Fernando Sabino, Carlinhos de Oliveira e Antônio Maria. Hoje seu arquivo se encontra ao lado dos documentos dos três primeiros, na mesma instituição de memória dedicada a pesquisas em literatura.

De acordo com sua ex-esposa, após a separação, parte da documentação permaneceu na casa de Wanelly e outra parte ficou com o próprio Leon no seu novo apartamento em Copacabana. Destaca-se que este novo local era, além de sua residência, a sede de sua empresa de publicidade “Leon Eliashow – Ideias e Promoções”. Ela também nos conta que durante esse atribulado período de fim do casamento, houve uma triagem da documentação, tanto por parte de Leon quanto da parte de sua ex-esposa. Portanto, podemos supor que a documentação de que dispomos, muito provavelmente, não é composta por toda sua atividade autoral.

O acervo de Leon no AMLB também não recebeu incorporação de doações documentais provenientes de outros membros da família, parceiros de trabalho, colaboradores ou outros. Ainda que seja muito frequente que o AMLB receba, anos depois da doação de um arquivo, contribuição de outros documentos por parte de amigos ou familiares diversos, tal processo ainda não aconteceu com o arquivo de Eliachar. A única exceção a isso foi um conjunto de recortes de jornais e revistas relativas à morte de Leon Eliachar que foram coletados pela própria Wanelly e doados algum tempo depois da doação da maior parte dos documentos.

Há também parcelas documentais que ainda estão sob custódia de seu filho Sérgio e este material se refere, principalmente, a fotografias de Leon quando era pequeno, de seus pais César e Sarina e outras fotografias pessoais de valor para a família. De acordo com as informações coletadas na entrevista com Waleska, Leon era aficcionado por fotografias e, certamente, boa parte deste material não foi doado. Esta retenção de documentos pessoais parece ser uma realidade possível de acontecer em muitos casos, uma vez que eles se referem a lembranças queridas que a família não está disposta a se desfazer. Nesse sentido, podemos afirmar que houve seleção do que foi doado, mas isso certamente não interfere no conjunto dos documentos mais significativos para sua obra literária.

Com relação a alguma dispersão, intervenção ou sinistro do conjunto documental, Wanelly afirma que o único documento que jogou fora foi uma lista que Leon mantinha das mulheres que ele e seus amigos saíam. Em seu julgamento, acreditou que tal documento interferiria na imagem do titular. Tirando essa exceção, a ex-esposa nos relatou que tudo o que era possível ser doado, o foi para a Casa de Rui Barbosa e o que permanece com a família são apenas fotografias de família.

Sobre este aspecto, Heymann (2012, p. 179) nos lembra que os arquivos pessoais, em geral, trazem a marca de um processo de acumulação pautado por subjetividades individuais, expressas na seleção dos documentos a serem preservados, bem como em sucessivas avaliações, descartes e ordenamentos a que os conjuntos podem ser submetidos

Todos estes fatos sobre o arquivo de Leon Eliachar apenas confirmam as tendências que verificamos na bibliografia com relação aos arquivos pessoais. A existência de alguma ordem original, a eliminação de documentos por parte do titular

ou da família, a monumentalização e patrimonialização da memória do titular por meio da institucionalização e o arquivamento de si mesmo – todas essas características são amplamente identificadas no arquivo de Leon. Nesse sentido, Abellás (2012, p. 77) afirma que

O respeito a eventuais padrões de organização deixados pelo produtor do acervo (mesmo que escassos) permite que sua organização reflita, em parte, a maneira como ele se relacionada com a documentação e, em último caso, organizava “sua memória” refletindo a intencionalidade que levou à sua produção (por exemplo, permitindo-nos vislumbrar alguns dos valores que definiram as razões para guarda de determinados documentos)

Durante vinte e quatro anos, o arquivo ficou no que se chama de “passivo documental” do AMLB, que é uma série de arquivos que foram recebidos, mas não foram tratados (ou seja, não tinham sido nem organizados e nem tinha qualquer lista sumária de relação de documentos). As razões para isso são muitas e complexas, mas uma das principais delas se refere à falta de pessoal para trabalhar os muitos arquivos que chegaram e ainda chegam no setor.

Quando iniciei o tratamento do arquivo, no início de 2016, pode-se dizer que o processo foi “facilitado” pelo próprio Leon. Como já foi dito, ele mesmo organizou sua documental de forma clara e bastante precisa, de modo que não foi muito difícil identificar as relações entre os documentos. Mas apesar de o arquivo contar com certa ordem original, esta foi apenas parcialmente aproveitada, como no caso de recortes de jornal e dos roteiros de programas de televisão, que vieram em pastas próprias. Em outros casos, no entanto, os documentos não estavam organizados. Isso quer dizer que mesmo com essa relativa organização, o arquivo precisou passar por um rearranjo e uma identificação do material.

Para tratar toda a documentação, foi necessário realizar um criterioso trabalho de separação da documentação dentro do arranjo tradicional do AMLB e também uma descrição de cada um de seus itens. Ao trabalho de arranjo e acondicionamento, sucedeu a tarefa de descrever seu inventário.

3.4. AS CARACTERÍSTICAS DO ARQUIVO E SUA TRAJETÓRIA NO AMLB

Conforme já foi dito, o arranjo do arquivo obedece a uma estrutura tradicional adotada pelo AMLB inspirado no manual “Metodologia de organização

de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC” (1998). Sobre este tema, Heymann (2012, p. 57) afirma que essa metodologia tem recebido críticas nos últimos anos por não basear a organização dos documentos exclusivamente no critério funcional e sugerir a possibilidade de adotarem-se critérios de arranjo fundamentados em classificações por assunto, tipo de documento ou local de produção dos registros. Segundo seus críticos, tal arranjo seria pautado mais por interesses de pesquisa, sempre variáveis, do que pela atenção aos preceitos da disciplina arquivística em que se preconiza que o sentido primeiro do documento só pode ser restituído por meio da recuperação da razão pela qual ele foi produzido; em outras palavras, da função que lhe deu origem.

Embora reconheça as inúmeras críticas a esse modelo, como aventado na introdução deste trabalho, ressalto que ele tem sido, de certa forma, bastante útil para o tratamento dos arquivos de escritores. Isso porque o olhar dos pesquisadores concentra-se, em boa parte dos casos, sobre a correspondência dos titulares e sobre uma produção intelectual específica.

Devido à versatilidade profissional de Leon Eliachar, pode-ser-ia pensar em outras formas de arranjo. Uma proposta seria organizar a documentação nas seguintes séries: vida pessoal, produção na imprensa, produção na televisão, produção no rádio e escritor de livros. Outrossim, poderia se pensar um arranjo de acordo com as instituições nas quais trabalhou, agrupando os documentos da TV Globo, TV Manchete, Jornal do Brasil, entre outros. Neste arranjo, estas instituições poderiam ser, cada uma, uma unidade objetiva de agrupamento de uma mesma origem, que poderia criar conjuntos documentais mais fáceis de gerir. Destaco que, considerando que um arquivo pessoal pode trazer várias narrativas biográficas, o próprio quadro de arranjo elaborado pelos arquivistas também pode ser uma dessas narrativas.

Embora propostas como esta pudessem evidenciar melhor as atividades profissionais, bem como as instituições nas quais o titular trabalhou, optou-se pelo arranjo tradicional do AMLB que privilegia a correspondência e a produção intelectual. No entanto, mesmo o tema deste trabalho não sendo especificamente arranjo documental, este assunto se tangencia quando abordamos a questão das tipologias documentais, tema que falaremos especificamente no próximo capítulo.

A *correspondência pessoal* possui 30 pastas e totaliza 155 folhas; a *correspondência comercial*, 13 pastas e 37 documentos; a *produção intelectual*, 122 pastas e 7563 documentos; a *produção intelectual de terceiros*, 2 pastas com 10 documentos; os *documentos pessoais*, 24 pastas e 522 documentos, a *produção na imprensa*, 46 pastas; a série *iconografia*, 100 fotografias e os *documentos filmográficos*, 2 itens.

A seção de *correspondência pessoal* possui um elemento curioso. Embora a ex-esposa de Leon tenha afirmado que tudo o que existia fora doado para a Casa de Rui Barbosa, há poucas cartas de Leon que tratam de assuntos exclusivamente sobre sua intimidade e sentimentos, como cartas recebidas de amigos e familiares. Mesmo quando são cartas enviadas por amigos e escritas em um tom mais informal, o aspecto dos negócios está sempre presente. Assim, nesse material prevalece sempre o assunto profissional e os documentos tratam basicamente de parabenização por trabalhos realizados, contratos comerciais com empresas e muitos documentos relativos aos seus livros. Esse fato nos chama a atenção, pois uma vez que o titular era um homem bem relacionado com muitas pessoas de renome e tinha vários amigos, é estranho que não haja cartas mais pessoais que tratam exclusivamente sobre relacionamentos ou família. Isso nos leva a crer que certamente houve uma seleção nessa documentação, provavelmente feita pelo próprio Leon, uma vez que encontramos poucas cartas relativas ao universo exclusivo de sua vida pessoal.

A série *correspondência comercial*, por sua vez, trata de documentos exclusivamente referentes aos negócios de sua empresa de publicidade *Leon Eliachar – Ideias & Promoções*. Neste caso, há o contrário da situação anterior. Se na correspondência pessoal prevalece o aspecto comercial; já em sua correspondência comercial há muitos documentos com um tom bastante impessoal, o que sugere que Leon era amigo de muitos de seus clientes.

A série *documentos pessoais* contém cartões e convites, cartas e portfólios de sua empresa de publicidade, cartões de contatos profissionais, certidões de casamento e de reservista e seu certificado de naturalização ocorrida em 21 de julho de 1958. Uma peça curiosa de seu arquivo é a certidão de nascimento escrita em árabe e francês, referente ao seu nascimento no Cairo.

Outro elemento que se destaca nesta série é a quantidade de carteiras relacionadas às instituições e associações de que era membro. Ele tinha carteiras do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, do Instituto Cinematográfico Argentino, da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, da Sociedade Hípica Brasileira, da Associação Brasileira de Cronistas Cinematográficos, do World Beach Volley Ball Championships, do Cines Metros entre outras, além de carteiras das já citadas TV Globo e TV Manchete. Essa documentação mostra uma variada experiência profissional e de vida, refletindo perfeitamente sua biografia. Curioso é notar que, apesar de sua experiência no teatro não constar na sua biografia, ele pertencia à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais⁵⁷, o que pode indicar tanto que ele deve ter realizado trabalhos esparsos nesta área quanto que ele frequentava certos círculos sociais no intuito de ampliar sua rede de contatos.

Nos *documentos pessoais* também se encontram muitos papéis relativos à prestação de contas de seu livro "O Homem ao Zero", o que reforça a ideia de que Leon ganhou muito dinheiro com a venda de seus livros. Em sua descrição biográfica, inclusive, o escritor afirma que era um desejo seu futuramente viver só de livros⁵⁸.

É na série *produção intelectual*, no entanto, que se encontra a documentação de maior volume e a mais prolífica de seu arquivo. No AMLB, tradicionalmente esta série é dividida em subséries de acordo com as espécies documentais encontradas. Assim, as subséries de seu arquivo são: *artigo, biografia, conto, depoimento, entrevista, notas, novela, peça publicitária, prefácio, proposta, programa de peça teatral, relatório, roteiro*⁵⁹.

A organização de sua produção intelectual procurou obedecer, o tanto quanto possível, a ordem original dada por Leon, embora isso não fosse uma possibilidade em todos os casos. Destaco que embora o arquivo tenha privilegiado criar um arranjo com base na divisão tradicional do AMLB, que agrupava os documentos por espécie, em alguns casos, eles foram arranjados em dossiês que continham mais de

⁵⁷ O outro documento que evidencia a participação de Leon no teatro é um referente à peça teatral "Chico Anísio Só", na qual o titular escreveu o roteiro e o programa da peça.

⁵⁸ Essa informação consta na sua biografia escrita para o livro "Who's Who in Brazil".

⁵⁹ Saliento que o que o AMLB tradicionalmente chama espécies documentais, muitas vezes é algo que coincide com os chamados gêneros literários.

uma espécie. Assim, a peça de teatro “Chico Anísio Só” contém folderes, correspondência e o programa da peça (espécie predominante). Mesmo havendo uma série apenas para correspondências, optou-se por, em alguns casos, manter os documentos agrupados pelos seus temas de acordo com o que estava previamente organizado. Separar todas as correspondências numa única série, retirando-lhes do seu contexto de produção seria o mesmo que romper a sua ordem original⁶⁰.

Um dos conjuntos documentais mais numerosos se refere aos scripts elaborados para o programa da TV Globo “Faça Humor, não faça a guerra”⁶¹, onde atuou com Max Nunes, Haroldo Barbosa, Renato Corte Real e Jô Soares. O programa foi, inclusive, premiado no Chile como melhor programa humorístico. Trata-se de uma obra que apresentava vários quadros curtos com piadas rápidas e que explorava as possibilidades da linguagem da televisão. Ao todo são sessenta documentos sobre ele.

Outros documentos que também se encontram em seu arquivo são os roteiros do programa “A Batalha dos Astros”⁶², onde trabalhou em 1983. Trata-se de um programa apresentado por Luiz Carlos Miéle, com direção de Oswaldo Loureiro e era organizado num estilo de competição. O jogador representante de uma das equipas escolhia um participante do painel, estruturado como jogo da velha. Miéle, então, fazia uma pergunta ao convidado, que devia respondê-la. Leon Eliachar era um dos responsáveis por realizar algumas atrações do programa, como vemos abaixo:

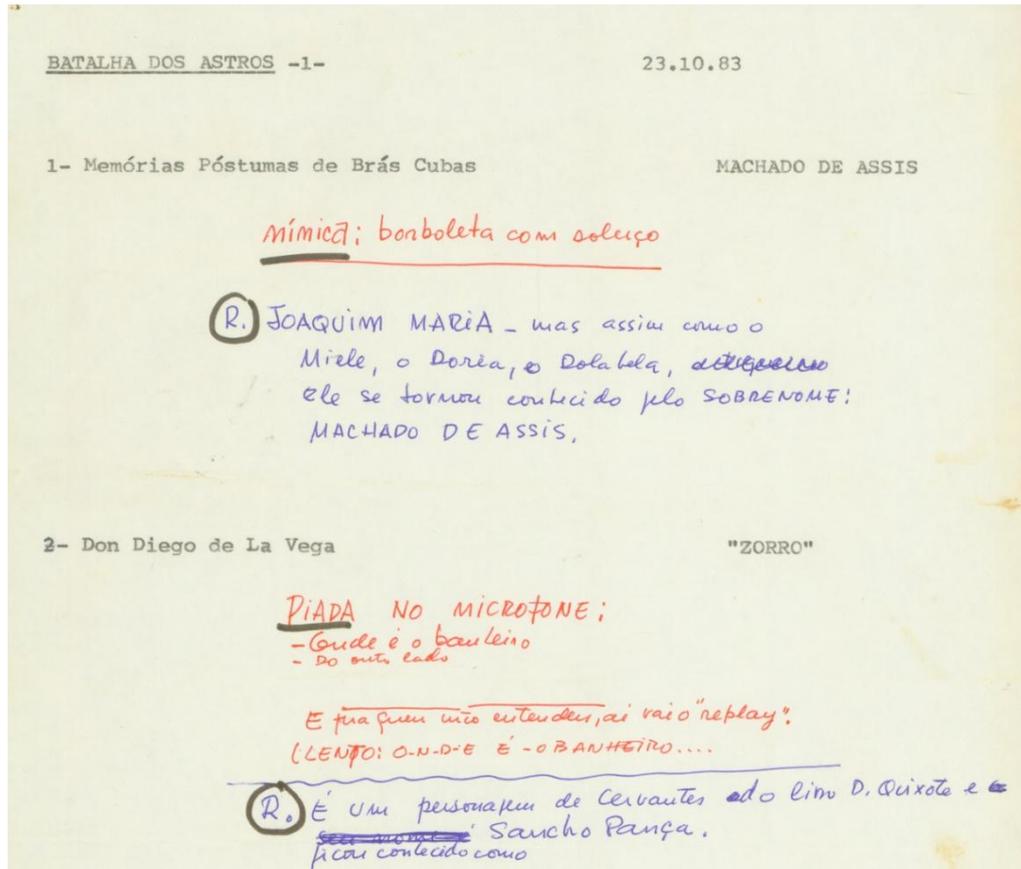
⁶⁰ Este é apenas um exemplo dos problemas que a divisão de arranjo adotada, que separa correspondência de produção intelectual, traz inúmeros problemas.

⁶¹ O programa “Faça Humor, Não Faça a Guerra”, duração de 30 de junho de 1970 a 25 de março de 1973, passando às sextas-feiras às 20h30min. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/faca-humor-nao-faca-querra.htm>.

Acessado em 11 de maio de 2016

⁶² O programa foi exibido de 20 de março de 1983 a 1 de janeiro de 1984 e passava aos domingos às 16 h. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditorio-e-variedades/batalha-dos-astros.htm>. Acessado em 11 de maio de 2016

Figura 1 – Roteiro de “A Batalha dos Astros”



Fonte: Arquivo Leon Eliachar/ Acervo AMLB

Outro tipo de documento que se destaca amiúde na *produção intelectual* são as notas nas quais Leon costumava anotar seus lampejos de ideias para piadas e perguntas de humor, numa espécie de *brainstorm*. Embora geralmente notas de um escritor não venham acompanhado de indicações muito claras de sua vinculação institucional ou funcional, felizmente no arquivo dele costumam estar presentes informações bem definidas sobre a qual programa se referem as suas anotações, como no exemplo abaixo, que se encontram claramente a data e as informações sobre jornal e a coluna do mesmo (Jornal do Brasil e coluna “Divagar e Sempre”). Nesse sentido, tais notas são também o trabalho de pré-produção de seus textos nos jornais.

Figura 2 – Apontamento para a coluna “Divagar e Sempre”

JB Lauda

REDACÇÃO LAU

Repórter: H. Entrega H. Secretaria H. Copy
Fotos: Retranca Observações

Redator: Leon Eliachar

Título: DIVAGAR E SEMPRE

Texto: DIVAGAR E SEMPRE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

ALGUNS
ANALISTAS
NÃO RESISTEM
À MENOR
ANÁLISE.

O BRASIL foi o recordista de gols desta Copa: dois milhões e 15 mil - sendo dois milhões em video-tape.

O NATURAL NOS POLÍTICOS É O ARTIFÍCIO.

As vezes acontece: me deu um branco.

~~As vezes acontece: me deu um branco.~~

A POLUIÇÃO sonora virou rotina: a gente grita, grita, mas ninguém ouve.

CHAMAM-SE crimes passionais porque apaixonam a opinião pública.

A JUSTIÇA anda tão devagar que quando nos dão razão já estamos cheios de outras culpas.

VENDE-SE

Classificado

VENDE-SE vela de aniversário que dá pra mais um.

Fonte: Arquivo Leon Eliachar/ Acervo AMLB

Igualmente, encontramos em seu arquivo anotações de Leon para o programa da TV Educativa (TVE), “Decisão Pública” que passava às 19 horas no domingo e apresentava entrevistas diversas.

Com relação à sua atuação no rádio, o arquivo de Leon conta com scripts completos, durante todo o período em que trabalhou lá, do programa “Tic-Tac Gessy” para a rádio Mairynk Veiga e dos programas “Eu acuso” e “Mestre Cuca” para a rádio Tupi, além de uma proposta de trabalho para a “Rádio Rio” com o programa “Te-Leon Fonemas”.

De todos os seus trabalhos realizados, na série *produção intelectual* há documentos sobre os seguintes temas:

Who’s Who in Brazil,

X Salone Internazionale dell'umorismo

A Batalha dos Astros – TV Globo

Divagar e Sempre – Jornal do Brasil

Decisão Pública - TVE

Revista Nacional

Biotônico Fontoura – Radionovela

Detefon – Rádionovela

A Guerra dos sexos – Prefácio de livro

Proposta de trabalho para a Rádio Rio

Chico Anísio Só – peça teatral

Advogado do Diabo – TVE

Bibi ao Vivo – TV Tupi

Faça Humor, Não Faça a Guerra – TV Globo

Feira do Riso – SBT – TVS

Leon Eliashow – TV Excelsior

Olho por Olho – TV Globo

Programa da Girafa – TV Globo

Programa Moacyr Franco – TV Globo

O Tempo é o limite – TV Globo

A última parte da série *produção* intelectual conta com os documentos ligados à sua empresa de publicidade *Leon Eliashow – Ideias & Promoções*, que também apresenta uma documentação muito diversa.

Com relação à série produção na imprensa, Leon arquivou muito bem a si próprio por meio desse material. Enquanto que na produção intelectual encontramos

uma documentação descontinuada, a sua produção na imprensa possui uma numeração mais seriada, com o arquivamento de todos os trabalhos do titular em determinado periódico. Esta série conta com doze encadernações onde o próprio Eliachar cortou e colou boa parte de seus trabalhos nas seguintes publicações: Revista da Semana (1948 e 1949); revista Manchete (1948 e 1952), jornal O Globo, jornal Última Hora, jornal Correio da Manhã, revista Cláudia (1963 a 1968), jornal Beira-Mar, jornal Correio da Noite, revista Fon-Fon, Jornal das Moças, (1943 a 1947), revista do Diário Carioca, A Cigarra, Jornal de Leon Eliachar (1967), A Cena Muda (1979 a 1980). Nesse sentido, como nos lembra Rouchou (2014, p. 251), os recortes de jornais e a montagem de seu arquivo parecem servir como uma cola para a sua memória, como diários construídos. De fato, diários são também uma forma de escrita de vida.

Sobre o material não encadernado, essa série possui também recortes sobre o lançamento de seus livros, sobre seus trabalhos e também sobre si. A partir disso podemos inferir que Leon era muito cioso de sua imagem na imprensa, pois coletava as notícias que se referiam a ele e sobre seus trabalhos e há um dossiê inteiro com recortes sobre isso. Também percebemos que era muito envolvido com o lançamento dos seus livros, pois há vários recortes sobre a repercussão destes. Conforme já foi dito acima, Leon arquivou toda sua obra publicada em todos os jornais em que trabalhou⁶³.

Na série *documentos iconográficos* encontramos muitas fotos performáticas de Leon Eliachar tiradas para a revista *Fatos e Fotos* ou para registrar sua atuação na televisão, e algumas poucas sobre sua vida pessoal⁶⁴.

Em seus *documentos filmográficos*, há dois rolos de filme. O primeiro intitula-se “O homem ao quadrado” e o segundo chama-se “Feijoada Centenária” de 7 de abril de 1956 no late Clube, que provavelmente trata-se de uma filmagem do evento.

⁶³ Com relação a isso, novamente é necessário admitir certa contradição na lógica define as séries do arquivo. Embora a maior parte de seus recortes sejam referências diretas à sua produção intelectual, eles foram agrupados na série produção na imprensa.

⁶⁴ Destaco que estes as fotografias presentes nos arquivos pessoais do AMLB nunca foram tratadas em profundidade. Conforme nos lembra Lacerda, (2013, p. 55), embora presentes na maioria dos arquivos – públicos e privados, institucionais e pessoais – e submetidas a tratamento de identificação, arranjo ou classificação e descrição nesses espaços, as fotografias têm sido, no entanto, pouco problematizadas, tanto no que diz respeito às suas características de registro visual quanto em relação aos papéis que lhe são conferidos no processo de constituição dos próprios arquivos.

Infelizmente nenhum dos dois materiais pode ser consultado devido à inexistência de recursos tecnológicos disponíveis na FCRB.

Saliento que frequentemente, uma das características dos arquivos de escritores é a presença de documentos relativos à pré-produção de seus livros. Estes, inclusive, são um dos materiais prediletos dos pesquisadores, que, ao analisar este material, têm a capacidade de realizar estudos sobre genética do texto. O arquivo de Leon, no entanto não contém muitos documentos propriamente ditos sobre a pré-produção de seus livros, contanto, no entanto, com muita documentação relativa ao pós-lançamento e sobre as vendas, principalmente na forma de artigos de jornais e revistas. Neste material sobre seus livros, encontramos modelos de capas, negociação com editoras e dezenas de notas fiscais referentes aos ganhos financeiros relativos à venda deles e dezenas de recortes.

Os documentos pessoais de Leon têm um razoável mérito de proporcionar ao pesquisador a materialidade da elaboração dos programas de rádio e de televisão. Para quem está do “outro lado”, recebendo estes programas visual e auditivamente, muitas vezes ignora-se o processo de construção destes produtos audiovisuais, processo este que conta com uma inegável dimensão literária. Também estes documentos nos permite identificar a rede de sociabilidades de Leon, que conectava profissionais de diferentes campos da mídia, numa época em que a televisão exercia domínio absoluto como principal e mais consumido meio de comunicação. Mesmo pertencendo ao “reino do visual e/ ou do auditivo”, a televisão e o rádio também geram documentos como resultado de um intenso e complexo processo de criação artística que existe por trás destes aparelhos.

Ainda que Leon Eliachar não tenha tido a mesma projeção midiática de artistas e apresentadores de televisão, foi um importante personagem na área humorística da TV, da imprensa e do rádio e seu trabalho tão diversificado reflete isso. Seu trabalho intelectual, que ocorria por trás dos palcos, na parte de criação e desenvolvimento dos programas que divertiram a tantos por tanto tempo, é parte integrante da memória da televisão e do humor brasileiros.

O transcurso profissional deste multitalentoso artista é marcado pelo maior interesse de divertir o público dentro de um conturbado período histórico que foi o da Ditadura Militar. Seu arquivo é muito particular, pois ele mostra que o jornalismo de

humor também pode ser objeto de pesquisa e fonte de informação do cotidiano, algo muitas vezes pouco percebido. Em suas anotações encontramos o seguinte pensamento “*Não sou a favor do divórcio porque não sou a favor do casamento*”. Esta frase evidencia um momento político de introdução do divórcio no Brasil, elemento que atualmente nos parece tão natural. Ao olharmos sua documentação fica claro que a mais simples piada sempre traz valores sociais implícitos e o contexto da época.

Oliveira (2008, p. 39) reforça este ponto ao afirmar que “diferentemente dos arquivos corporativos, os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços de personalidades, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram”.

O arquivo de Leon Eliachar é uma fonte de pesquisa para a área da televisão, história da televisão, do humor, da publicidade, entre outros inúmeros temas. Pensar Leon como um profissional de humor que elaborou programas de televisão que divertiu e entreteve milhares permite evidenciar que a função social do humor pode ser mais ampla do que comumente se imagina. Estes documentos são a expressão material de um percurso profissional prolífico e indica os diversos aspectos presentes nas atividades deste escritor. Sua obra também contribui para compreendermos um pouco da história da televisão brasileira e para acionarmos registros dessa memória.

Durante o trabalho de tratamento do arquivo, quando tive que lidar com documentos ligados a rádio, televisão, jornal e ao mesmo tempo literatura, ficou evidente a necessidade de pensar um novo tipo de arranjo para arquivos pessoais e também a importância do mapeamento de tipologias documentais para este tipo de arquivo. O trabalho de organização do acervo poderia ter sido enormemente facilitado se já houvesse alguma listagem de tipologias exclusivamente voltada para os arquivos pessoais e mais especificamente para os arquivos de escritores.

Nesse sentido, os documentos ligados à vida de escritores são bastante desafiadores, na medida em que, uma vez que a maioria deles não foi apenas escritor, tendo outra profissão em paralelo, em seus arquivos constam documentos cuja natureza, função ou atividade que a eles se ligam, pode variar muito. Ao lidar

com um arquivo pessoal, portanto, o arquivista lida com um campo que muito frequentemente não tem domínio e que demanda estudo, aprofundamento e análise.

O tratamento do arquivo de Leon Eliachar evidenciou ainda mais o fato de que a tipologia documental, quando bem mapeada, é de grande auxílio para os profissionais da área, uma vez que ela se relaciona a diversos aspectos das atividades arquivísticas, sendo o arranjo, apenas uma delas e é sobre este assunto que trato no próximo capítulo.

4. BREVES NOTAS SOBRE TIPOLOGIA DOCUMENTAL NA ARQUIVOLOGIA

Os estudos de tipologia documental estão presentes no desenvolvimento do campo da Arquivologia e já possuem longa problematização do ponto de vista dos debates teórico-metodológicos travados por diversos autores. Além disso, a

aplicação desses estudos em casos empíricos traz muitos desafios no que se refere especificamente ao tratamento dos arquivos pessoais. Assim, o objetivo da primeira parte deste capítulo é discutir o tema das tipologias documentais e os principais debates acerca dele. Na segunda parte pretendo problematizar o uso do conceito dentro dos arquivos pessoais e na terceira parte, discuto a aplicação do tipo documental em arquivos de escritores e descrevo a experiência do Arquivo Museu de Literatura Brasileira com o tema. Ao final, pretendo mostrar as etapas de trabalho na construção das tipologias documentais no arquivo de Leon Eliachar e apresentar o glossário dos tipos identificados.

Podemos dizer que a identificação do tipo documental é associada ao tratamento técnico dos arquivos e considerada parte do que comumente se chama de princípios tradicionais da Arquivologia. No entanto, os debates sobre sua conceituação e aplicação dependerão da tradição arquivística a que estamos nos referindo.

Os estudos de tipologia afirmam que as origens do termo se encontram na Diplomática, ciência que se desenvolve durante o XVII com o intuito de avaliar a autenticidade de documentos antigos da Igreja e seu objetivo era criar critérios para comprovar a autenticidade de documentos, então objeto de muitas adulterações. A partir dela é que foram criados os parâmetros para a análise dos documentos de forma crítica⁶⁵.

Ao possibilitar a identificação dos padrões e fórmulas associados à elaboração de documentos, a Diplomática não só contribuiu para a construção e desenvolvimento do conceito de tipologia documental como também impulsionou esses estudos no campo da Arquivologia⁶⁶. Segundo Rondinelli,

⁶⁵ Rondinelli, no livro “O documento arquivístico ante a realidade virtual: uma revisão conceitual necessária” (2013), traz no capítulo 2 um detalhado histórico sobre o surgimento da Diplomática. Ainda nos séculos XIV e XV Francesco Petrarca e Lorenzo Valla, respectivamente, se utilizaram da crítica diplomática para contestar a autenticidade de documentos dos séculos I e IV. Entretanto, foi a partir do século XVII, mais precisamente na Alemanha, no período que se seguiu à Paz de Westfália (1648), que as controvérsias judiciais se acirraram em decorrência de disputas de territórios e títulos cuja posse se fundamentava em documentos antigos. Os debates travados em torno da autenticidade desses documentos geraram as “guerras diplomáticas”, em cujo contexto se deu o embate entre os beneditinos da Congregação de Saint-Mour, na França e os monges bollandistas. (GALENDE DIAZ E GARCIA RUIPEREZ, 2003 apud RONDINELLI, 2013, p. 106).

⁶⁶ A introdução da diplomática nas faculdades de direito, no século XVIII, contribuiu para o estabelecimento de uma relação entre os conceitos jurídicos e a criação de documentos. Da mesma forma, sua introdução nas faculdades de História, no século XIX, promoveu a valorização de questões

A diplomática e a arquivologia se entrelaçam quanto à história e ao objeto de estudo. Enquanto a segunda é uma extensão da primeira, ambas têm no documento arquivístico seu foco principal. A diplomática vê os documentos arquivísticos como entidades individuais, enquanto a arquivologia os vê com agregações. (DURANTI e MACNEIL, 1996). É esse componente orgânico dos arquivos que a Arquivologia oferece à diplomática quando ambas se reassociam a partir do século XX. Nessa reassociação dá-se o complemento perfeito no qual a diplomática cuida da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão (minuta, original e cópia) do documento; e a arquivologia trata de contextualizá-lo, classifica-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo (2013, p. 140)⁶⁷.

Trancoso e Silva (2013, p. 55) aprofundam essa relação entre as duas disciplinas ao afirmar que a Arquivística vem utilizando a Diplomática, por meio da tipologia documental, nos processos de organização de documentos de arquivo e na construção de séries orgânicas. Assim, podemos dizer que a Diplomática e a Arquivologia têm laços históricos, embora sejam duas disciplinas distintas.

De acordo com Bellotto, o laço que se firmou entre a Arquivística e a Diplomática resultou na “diplomática arquivística” ou “tipologia documental”, que só veio enriquecer a metodologia e a prática de ambas as áreas. A autora ainda afirma

Desde sua gênese o documento – considerando-se sobretudo o documento público e o diplomático (o eivado de *fé pública*) - será reconhecível por sua proveniência, categoria, espécie e tipo. A gênese documental está no ‘algo a determinar, a provar, a cumprir’, dentro de determinado setor de determinado órgão público ou organização privada. A elaboração do documento cumpre etapas que se podem, resumidamente, enumerar:

- 1) Identificação jurídico-administrativa do ato;
- 2) Seleção da espécie documental;
- 3) Fórmula diplomática, fórmula sistematizada ou fórmula usual, preenchida com um conteúdo tópico e circunstancial, resulta na redação final;
- 4) Divulgação junto aos públicos a atingir e/ou tramitação de rotina
- 5) Guarda ou destinação fixada por sistemáticas de temporalidade (BELLOTTO, 2008, p. 93)

Assim, na medida em que a Diplomática dá critérios para a construção (e identificação) de espécies documentais, utilizando critérios para definir sua autenticidade, a Arquivologia se utiliza em grande parte dos resultados do trabalho diplomático, uma vez que as espécies identificadas e os critérios de sua legitimação

relativas à preservação e ao uso dos documentos arquivísticos. (DURANTI, 1996 apud RONDINELLI, 2013, p. 123).

⁶⁷ A autora destaca também que a própria Luciana Duranti ressalta o cuidado para esclarecer que essa reassociação da Diplomática com a Arquivologia não significa o estabelecimento de uma relação transdisciplinar, pela qual duas áreas se associam e geram uma terceira. Ao contrário, resulta no fortalecimento dos laços interdisciplinares dessas duas áreas do conhecimento. (RONDINELLI, 2013, p. 141).

auxiliam os arquivistas nos trabalhos de identificação, classificação, avaliação e recuperação da informação⁶⁸. A espécie e o tipo documentais para os arquivistas, portanto, se apresentam como um ponto de interseção entre ambos os campos do conhecimento.

A reconhecida influência da Diplomática na Arquivologia, no entanto, não foi o elemento que contribuiu para a consagração do termo “tipo documental”, uma vez que o escopo da investigação diplomática é principalmente a espécie documental. De acordo com Vásquez Murillo (1987, p. 52), a aplicação do termo na Arquivologia tem início na obra de Theodore R. Schellenberg, no livro “Técnicas Descritivas de arquivos” (1961), no capítulo II e no subtítulo “Características externas dos documentos”, onde se menciona o tipo documental como a primeira característica a descrever em um documento.⁶⁹

No que se refere ao uso do termo no Brasil, os trabalhos de Bellotto, publicados na década de 1990, podem ser considerados um marco da literatura arquivística nacional sobre tipologia documental. Os conceitos ali desenvolvidos representam uma reformulação de um texto seu anterior, de 1982, e acabaram por ser incorporados ao *Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística* e mantidos na segunda versão desta obra. Ali se propõe que tipo documental passe a ser definido pela espécie documental somada à função que a produziu, criando séries tipológicas, isto é, cada tipo documental equivale a uma série documental⁷⁰ (LOPEZ, 1999, p. 71).

Silva (2014, p. 9), por sua vez, afirma que o estudo das espécies e tipos documentais na Arquivologia brasileira é recente e o conhecimento dos tipos de documentos mais recorrentes de uma determinada área profissional é de fundamental importância para os arquivistas, que terão mais conhecimento para

⁶⁸ O documento diplomático é o testemunho escrito de um ato de natureza jurídica redigido em observância a fórmulas estabelecidas que se destinam a dar-lhe fé e força de prova. (NÚNEZ CONTRERAS, 1991 apud BELLOTTO, 2002). É justamente estas fórmulas estabelecidas que auxiliam os arquivistas em suas inúmeras atividades.

⁶⁹ Vásquez sugere que Schellenberg, muito provavelmente, foi inspirado por uma obra de Noel Harlow, que escreveu sobre “as subdivisões por tipos tais como correspondência, diários, discursos” etc. O pensamento de Schellenberg provavelmente foi evoluindo a partir destas noções fornecidas por outro autor. (VÁSQUEZ MURILLO, 1987, p. 52)

⁷⁰ Naturalmente este é o caso quando se trata de um arranjo tipológico. Como veremos mais a frente, e mais especificamente nos arquivos pessoais, há várias outras possibilidades de arranjo, como o funcional, por assunto, mistos etc.

embasar as decisões de avaliação, seleção, classificação, descrição e destinação dos documentos. No Brasil, no entanto, o levantamento de espécies e tipos documentais e a consolidação em glossários ainda não se tornaram uma atividade regular para arquivistas.⁷¹

De fato, durante a construção deste trabalho, uma das maiores dificuldades foi encontrar uma bibliografia mais sistematizada sobre o assunto, pois não são abundantes os trabalhos sobre o tema no Brasil, e o que existe em língua estrangeira não é de tão fácil acesso. Além disso, a bibliografia sobre o tema costuma ser muito técnica e existem mais trabalhos sobre a aplicação prática de análise documental do que debates analíticos sobre o conceito.

Outro desafio do estudo diz respeito à existência de categorias de tipos documentais que, segundo Heredia Herrera, podem ser três: o tipo diplomático, o tipo jurídico, o tipo documental (2009, p. 25). O tipo diplomático se reconhece pela disposição das cláusulas diplomáticas e ele, juntamente com o tipo jurídico, tem sido aplicado mais aos documentos simples ou peças documentais produzidos na Idade Média e ao largo da Idade Moderna para reconhecer sua autenticidade. O estudo do tipo diplomático é efetuado pelos profissionais da Diplomática. Já o tipo jurídico se reconhece pela disposição das formalidades jurídico administrativas exigidas na formalização do negócio ou assunto e é estudado por profissionais do Direito e da Administração. Embora os tipos diplomáticos, jurídicos e documentais se tangenciem de várias maneiras, cada um deles é próprio de uma área de atuação (ibidem, p. 25).

Ainda que estes três tipos coexistam num processo de identificação de documentos, para a Arquivística, o foco de interesse incide no tipo documental, que é um elemento decisivo para a identificação e para a descrição de documentos e, como consequência, das séries documentais, e seu estudo é realizado principalmente pelos profissionais da área. Ressalta-se também que o tipo documental, na Arquivologia, pode englobar documentos de variadas naturezas, inclusive os jurídicos.

⁷¹ O próprio emprego mais sistemático do termo “tipologia documental” no fazer arquivístico é recente e, de acordo com Heloísa Bellotto, foi iniciado em meados da década de 1980 pelo *Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid*. (Bellotto, 2008).

Na literatura brasileira, o tipo documental é entendido como a junção da *espécie documental + a função para a qual o documento é produzido*; mas é importante salientar que nem todos os autores entendem dessa forma e há também casos de países cujo uso do conceito é menos frequente ou nem existe⁷². Segundo Bellotto (2008, p. 75), espécie é a configuração que o documento assume de acordo com a disposição e natureza de sua informação (e é objeto da diplomática) e o tipo documental é a espécie, não mais como “fórmula” e sim já imbuído da atividade que o gerou (e é objeto da tipologia). Outrossim, a espécie documental obedece a fórmulas convencionadas, em geral, estabelecidas pelo direito administrativo ou notarial; é ela que identifica o veículo que serviu como base jurídica consensualmente válida para que o conteúdo do documento, correto em sua estrutura semântica, se tornasse legítimo, fidedigno e crível (ibidem, p. 8)⁷³. O tipo documental, por sua vez, pode ser visto como “atributo de um documento que, originado na atividade administrativa a que serve, manifesta-se em uma diagramação, formato e conteúdo distintivos e serve de elemento para classificá-lo, descrevê-lo e determinar-lhe a categoria diplomática” (VASQUEZ MURILLO, 1987, p. 51).

Ainda segundo Bellotto, a espécie torna-se tipo quando justamente lhe agregamos a sua gênese, a atividade/função/razão funcional que lhe gera a aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio* (a espécie)⁷⁴. Às atividades, como exemplo, de um conselho editorial, corresponderão tipos documentais, como resoluções sobre publicações, atas de reuniões, editais de convocação etc.

⁷² No texto “Reflexiones sobre el término tipo documental”, Manuel Vásquez afirma que o termo é fortemente encontrado na literatura hispânica mas não é encontrado equivalente a ele na bibliografia de outros países, exceto em Schellenberg ou em algum outro autor norte-americano (VASQUEZ, 1987, p. 51). Como se trata de um texto com mais de duas décadas, é possível que essa situação já tenha mudado. Ainda assim, podemos afirmar que o termo tipologia documental, tal como entendemos neste trabalho, é encontrado com mais frequência nas bibliografias espanhola e portuguesa na Arquivologia.

⁷³ O trabalho de Bellotto é bastante voltado para o universo dos documentos jurídicos e administrativos. Conforme veremos mais à frente, quando lidamos com documentos de arquivos pessoais, essa perspectiva de “fórmulas convencionadas, em geral, estabelecidas pelo direito administrativo ou notarial” deve ser ampliada.

⁷⁴ De acordo com a autora, um documento é a junção da *actio* (ação, fato, ato) com *conscriptio* (sua transferência para suporte e meio semântica e juridicamente crível). A *conscriptio* pode ser vista como a passagem para o escrito, sob condições juridicamente válidas, desta atuação das partes (BELLOTTO, 2008, p. 10).

Mesmo que este entendimento esteja presente na bibliografia brasileira sobre o tema e formalizado, inclusive, pelo “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” (2005), é importante destacar que o termo passou por uma longa problematização em sua definição.

No livro “Manual de instrumentos de descrição” (1982), Heredia Herrera (2006, p. 23) defende que tipologia documental é a estrutura, a forma material em que o conteúdo se materializou e que ele é o termo ou expressão que serve para condensar e globalizar as características essenciais, tanto formais como informativas de uma unidade documental. É, por assim dizer, o nome próprio da dita unidade documental, que pode também tomar-se como modelo para outros documentos afins⁷⁵.

Também o artigo de Heredia Herrera “En torno al tipo documental” (2006), é um texto de grande envergadura no que se refere à conceituação do termo, pois ela traz as várias definições desenvolvidas por diversos autores. Ela chama atenção para o fato de que no desenvolvimento do conceito, surgiram alguns problemas de tradução entre países, o que ensejou alguma confusão (HERRERA, 2006, p.15).

Embora não seja objetivo deste trabalho arrolar uma lista exaustiva de todas as definições e trabalhos sobre o conceito de tipo documental, é importante apontar para o debate acadêmico em torno da ideia de tipo, principalmente na bibliografia em espanhol⁷⁶. Há grande variedade de visões, dependendo do autor, embora quase sempre gravitem em torno das seguintes ideias: 1- de que o tipo se refere ao conjunto de documentos similares e essa similaridade existe em relação à função ou à atividade específica que lhes deram origem e 2- que o tipo documental é uma consequência da diversidade de atividades de uma instituição⁷⁷ (VÁSQUEZ MURILLO, 1987, p. 55).

⁷⁶ Manuel Vasquez em “Reflexiones sobre el término tipo documental” (1987) também traz uma contribuição no mapeamento de definições fornecidas por vários autores, citando, inclusive, autores norte-americanos como David B. Gracy, Edward E. Hill, entre outros. (VASQUEZ, 1987, p. 54)

⁷⁷ Herrera afirma que os tipos documentais não são estáveis em seu número; podem desaparecer ou evoluir (HERRERA, 2009, P. 25). Isso se dá pelo fato de que as próprias atividades de uma instituição variam muito. Uma atividade pode ser extinta, se desdobrar em várias outras ou mudar de nome. Assim, os tipos documentais de uma instituição (e também de uma pessoa) serão bastante plurais de acordo com o dinamismo de suas atividades. Assim, é impossível fazer uma lista completa de todos os tipos documentais possíveis, na medida em que se trata de um campo bastante dinâmico.

Igualmente é possível afirmar que a maioria dos autores entende que o tipo pode não coincidir, obrigatoriamente, com o item documental em si, a ser descrito, mas nos remete para um modelo de configuração documental que permite reconhecer documentos semelhantes. (HEREDIA HERRERA, 2006, p.25).

Bellotto (2002, p. 20) afirma que a tipologia é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. O estudo tipológico é o estudo do documento enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Seu objeto é a lógica orgânica dos conjuntos documentais⁷⁸. Uma vez que o tipo documental envolve o estudo das funções e das atividades do produtor, isso significa que o olhar do arquivista deve ser direcionado para as características do documento. Adiciono a isso que a autora considera que a tipologia e a espécie documental constituem elementos externos de um documento. No entanto, ela mesma argumenta, citando Herrera, que não há unanimidade em estimar o tipo como uma característica externa ou interna⁷⁹ (idem, p. 15).

No âmbito deste trabalho, vamos utilizar a definição presente no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), no qual tipo tem a acepção de “configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que o gerou” e apontaremos, na medida das possibilidades, a tradicional diferença entre espécie e tipo. Essa definição nos parece suficiente, pois quando analisarmos as atividades e funções que geraram um determinado documento, teremos a possibilidade de identificação de documentos de iguais características e que são testemunho de uma mesma ação ou ato determinado.

⁷⁸ É importante destacar que, embora o olhar sobre a tipologia documental busque documentos originados de atividades semelhantes, isso não significa que para se constituir um tipo é necessário haver vários documentos provindos da mesma atividade dentro de um fundo. Nos arquivos pessoais de escritores, por exemplo, às vezes um fundo contém um único documento que caracteriza um único tipo documental. No AMLB é muito comum que um fundo tenha apenas uma boneca de livro, por exemplo. No entanto, ao se identificar um tipo específico, é possível que ele seja utilizado na identificação e descrição de outros documentos em outros fundos. Assim, podemos dizer que a elaboração de listas tipológicas sempre servirá como um material de apoio que auxiliará o arquivista no tratamento de arquivos futuros.

⁷⁹ Para Heloísa Liberalli Bellotto, os caracteres externos ou físicos dos documentos são: o espaço e o volume que ele ocupa, sua quantidade, o suporte, o formato, a forma ou tradição documental (minuta, original ou cópia), o gênero e alguns elementos menos corpóreos (língua, modo de escrita, espécie e tipo) (CRUZ E MUNDET, 1994 apud CAMARGO & BELLOTTO, 1996).

Camargo (2014, p. 5), que escreve a introdução da obra “Glossários de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios”, afirma que a identificação de tipos documentais constitui a base do trabalho arquivístico, pois são os tipos que formam as séries, e reconhecê-los, é condição para que se recupere a lógica que subjaz à acumulação de documentos de toda e qualquer instituição. Nesta mesma introdução, a autora pontua ainda, que

Os tipos, a rigor, obedecem a uma estrutura ou fórmula, isto é, congregam atributos que lhes permitem representar e comunicar determinadas atividades, em situações específicas. Nessa medida é que os tipos documentais estão (ou deveriam estar) presentes nos planos de classificação, nas tabelas de temporalidade, nos instrumentos de acesso e em outras ferramentas de responsabilidade dos arquivistas [...] Para efeitos de uma abordagem funcional dos arquivos, portanto, não há como dispensar a formação de séries tipológicas, em que os documentos (com seus elementos internos e externos característicos) estão necessariamente atrelados a determinados contextos de produção (CAMARGO 2014, p. 6).

Embora ela esteja falando na apresentação de um trabalho que tem como objeto de estudo os arquivos de laboratórios, este pensamento de Camargo serve para todos os tipos de arquivos. Saliento em particular sua fala referente à ideia de que os tipos se relacionam com uma abordagem funcional dos arquivos, pois na medida em que se identifica os tipos, é possível construir um arranjo mais preciso. Sobre isso, Heredia Herrera afirma que

O tipo documental é elemento decisivo para a identificação e para a descrição de unidades documentais e, como consequência, das séries documentais; é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que testemunham uma ação ou ato determinado. O tipo documental dá nome de batismo à unidade documental, sem prejuízo de que para seu reconhecimento e representação completa seja preciso recorrer a outros. A sua fixação permite a agrupação e hierarquização dos documentos, quer dizer, a classificação. O tipo documental é indispensável no momento da descrição, colaborando na representação adequada das unidades documentais, das séries, das subséries e das frações de série (2006, p.30).

Apesar da importância das tipologias na questão do arranjo, suas utilidades vão muito além deste. Silva discute a importância do tipo documental em várias atividades arquivísticas. Segundo a autora, a tipologia é necessária principalmente nas etapas de:

- 1) Identificação: o arquivista poderá identificar um documento analisando sua tipologia, reconhecendo as fórmulas adotadas na sua confecção. [...]
- 2) Avaliação: a identificação tipológica permitirá que o arquivista classifique de maneira mais segura e confiável os documentos, porque já terá um conhecimento prévio da atividade ou procedimento que o produziu, identificando sua função e prazo de validade. Assim, será mais fácil a

atribuição do tempo de vida do documento e, conseqüentemente, a elaboração de uma tabela de temporalidade.

3) Classificação: o conhecimento do tipo documental permitirá o reconhecimento da posição do documento no quadro geral de classificação de documentos da instituição, por atividades e função. O tipo de documento fica muito mais compreensível quando identificada a atividade que o gerou e sua classificação dentro de um quadro geral de atividades.

4) Descrição: a análise tipológica auxilia a descrição evidenciando o conteúdo dos documentos, de acordo com as fórmulas estabelecidas para cada espécie, que são em parte fixas e em parte variáveis. A ocorrência do tipo documental na descrição dos documentos tornará conjuntos documentais mais compreensíveis também para o usuário

5) Recuperação da informação: os instrumentos de busca tornam-se enriquecidos com a apresentação correta dos nomes dos documentos, o que permite de forma mais precisa a configuração das informações, auxiliando sobremaneira a compreensão que o usuário terá do conjunto documental (SILVA, 2014, p. 11).

Bellotto, no trabalho “Diplomática e tipologia documental em arquivos” (2008, p. 16) também traz as várias utilidades do tipo no trabalho arquivístico, listando sua importância em determinadas atividades. A autora cita a obra elaborada pelo grupo de Trabalho de Madri, que descreve a importância do tipo:

1) Na classificação/ arranjo, por facilitar o entendimento da composição das séries;

2) Na descrição, esclarecendo que os conteúdos veiculados em determinado formato jurídico têm certos dados que são fixos e outros variáveis, e que este conteúdo liga-se de forma obrigatória à espécie que o veicula;

3) No serviço aos usuários, pois a identificação dos tipos documentais traz informações antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento, fundamentais para sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção;

4) Na avaliação, porque as tabelas de temporalidade partem da identificação das funções refletidas nas séries documentais que se quer avaliar para estabelecer o destino dos documentos.

Também podemos dizer que a identificação dos tipos permite o estabelecimento de padrões que reduzem eventuais ambigüidades terminológicas e facilitam o entendimento entre os arquivistas, pois fornecem aos profissionais um patamar comum no arranjo e descrição dos documentos (SILVA, 2014, p. 5). Essa visão também é compartilhada por Oliveira (2013, p. 72), que afirma que o emprego de levantamentos tipológicos é um esforço de arquivistas e pesquisadores para padronização dos nomes dos tipos de documentos.

Destaco que, basicamente, todos os apontamentos que fizemos sobre o tema têm como base a literatura brasileira e, em menor medida, a espanhola. No entanto, é provável que outras tradições arquivísticas – como a canadense, a australiana, a

americana, a inglesa etc. – tenham relações distintas com o termo “tipologia documental” e pode se constituir um desdobramento bem amplo dessa pesquisa.

Destaco também que no Brasil há algumas iniciativas sobre estudos de tipologia documental em arquivos pessoais. O trabalho de Silva (2014) sobre arquivos pessoais de cientistas, os trabalhos de Camargo e Goulart (2007) sobre o arquivo de Fernando Henrique Cardoso e também a tese de doutorado de Santos, A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina (2008), apenas para citar alguns, vêm abordando o tipo documental neste universo⁸⁰. No entanto, em que pese a importância dos estudos de tipologia documental para as atividades arquivísticas, ainda observamos a pouca produção de listagens tipológicas voltadas para os arquivos pessoais.

Defendemos neste trabalho que a produção de uma lista de tipologias documentais é um relevante instrumento de intercâmbio técnico e intelectual entre os arquivistas. Assim, se uma instituição arquivística tem disponibilizada a sua listagem de tipos documentais, este material pode ser utilizado por uma instituição que tem acervos afins. Tal lista se configura como um importante instrumento de diálogo e de troca das experiências técnicas no campo da Arquivologia. A aplicação do tipo nos arquivos pessoais, no entanto, possui algumas problemáticas, pois nestes arquivos, muitas vezes os documentos não correspondem claramente a atividades e funções estruturadas ou bem definidas. Assim, o estudo das tipologias, aliado ao estudo da biografia, dos eventos e dos contextos das atividades do titular, pode se constituir numa ferramenta metodológica muito importante e útil no trato com esse tipo de formação documental, os arquivos pessoais.

4.1. TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS

Como dito, os estudos de tipologias documentais possuem um olhar predominantemente estatal ou institucional, mais voltado para documentos já considerados como típicos desse tipo de arquivo. A afirmação de Bellotto (2014, p. 14) de que os “documentos públicos e notariais podem ser dispositivos,

⁸⁰ Sobre a produção de glossários de tipologia documental em arquivos pessoais, Oliveira possui o projeto de trabalho “Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira” (2013) que visa mapear tipologias em um arquivo pessoal presente no arquivo histórico da FCRB. O resultado desta pesquisa ainda não está publicado.

testemunhais e informativos e que a forma que o documento assume está relacionada com certos padrões e é isso o que garantiria certos efeitos jurídicos”, parece confirmar esse olhar institucional presente nos estudos sobre o assunto. Silva também caminha nessa linha ao afirmar que:

O documento de arquivo, por seu valor de prova, deve ser elaborado de acordo com as normativas vigentes, seja no nível institucional ou público, prescritas em manuais ou em legislação. Dessa forma, reconhecer a configuração das informações nos documentos facilitará todo o processo de tratamento documental, da identificação à descrição, passando pela classificação (p. 10, 2014).

Estes dois comentários, portanto, permite evidenciar que a construção de um documento se baseia principalmente em normas e fórmulas que estruturam, os documentos institucionais e são estes que constituem o objeto de grande parte da produção teórica arquivística tradicional. Igualmente, Arquivos são acumulados como parte de uma necessidade de controle, que produz documentos e esses documentos são regidos por dispositivos legais, jurídicos e/ou administrativos (TOGNOLI, 2011). Dessa forma, quando pensamos a questão sob a ótica dos arquivos pessoais, algumas perguntas vêm à tona, pois nem sempre os documentos são ou foram elaborados de acordo com as normativas vigentes de um manual, uma instituição ou uma legislação, o que traz um desafio ao tratamento dos arquivos pessoais frente à teoria arquivística tradicional e, por conseguinte, no que se refere à identificação tipológica. O caráter não formal e muitas vezes não conectado de forma clara à função da criação nos documentos em arquivos pessoais traz elementos conflituosos com relação à lógica que rege a produção de documentos institucionais. Assim, nem sempre é fácil identificar tipos documentais nesse universo⁸¹.

Ressalto que a relação dos documentos pessoais com fórmulas fixas sempre foi conflituosa e isso vem de longa data, pois, como nos lembra Heredia Herrera, desde a Idade Moderna os documentos privados, por sua parte, registrados nos protocolos notariais, tinham reduzida a solenidade frente aos (documentos) reais. Seu reconhecimento vinha mais por suas cláusulas diplomáticas do que por suas cláusulas jurídicas (2006, p. 17).

⁸¹ É importante destacar que o fato de estarmos diante de um documento com ausência de uma estrutura mais formal, isso não quer dizer que não existe uma espécie ou um tipo documental, mas nos indica que estamos diante de uma tipologia não mapeada.

Camargo e Goulart parecem indicar também que os arquivos pessoais possuem alguns pontos de inflexão com relação ao seu tratamento pela teoria arquivística tradicional (e, por conseguinte, com a tipologia documental) na medida em que entendem que eles se situam numa zona de penumbra no universo arquivístico. Segundo as autoras,

É como se não houvesse sustentação teórica para afirmar o valor probatório de certos documentos que escapam à condição de veículos ou produtos de transações, no sentido que os arquivistas de língua inglesa emprestam ao termo, ou seja, ações comunicadas entre duas ou mais pessoas, ou também entre uma pessoa e um conjunto de informações armazenadas e disponíveis a outras pessoas. (2007, p. 12)

As autoras também pontuam que os documentos nos arquivos pessoais, a exemplo dos diários íntimos, não teriam a força probatória dos que decorrem de transações oficiais e, nessa medida, ficariam excluídos da área de competência dos arquivistas (idem, p. 12). Assim, os documentos dos arquivos pessoais são frequentemente entendidos como “eivados de subjetividade” e informais demais, não tendo, portanto, fórmulas jurídicas preestabelecidas, principalmente porque eles não possuem uma estrutura institucional no qual estejam embasados (id., p. 42).

De fato, o ambiente institucional parece possuir uma estrutura mais formal e se serve de fórmulas já clássicas e consagradas nas administrações públicas e privadas. Se nos arquivos institucionais contamos com uma estrutura diplomática relativamente sólida, nos arquivos pessoais encontramos muitos documentos que fogem a qualquer tipo de estrutura previamente definida. São anotações, pedaços de papel com bilhetes e até guardanapos com desenhos. Muitos deles carecem de uma estrutura formal e outros até parecem subverter a relação mais tradicional entre suporte e informação que ajuda no reconhecimento de vários documentos. No caso de um desenho num guardanapo de bar ou de festa de aniversário, muitas vezes o contexto, a função imediata do documento e para que ele serviu não estão claros.

Apesar desse caráter bastante particular dos arquivos pessoais, nem todos os documentos neles presentes são sempre de caráter informal ou puramente subjetivo. Se, por um lado, muitos não possuem uma estrutura diplomática formal, por outro lado, o produtor do arquivo pode possuir muitos documentos de origem institucional ou mesmo jurídica e cuja vinculação com a função e atividade geradora ocorre sem maiores problemas.

A título de exemplo, se um determinado acumulador for um advogado, um cientista, um político ou um servidor público, é inegável que muito de seu arquivo pessoal contará com uma grande quantidade de documentos provenientes dessas atividades profissionais. Dessa forma, se é possível afirmar que ainda que parte dos documentos presentes em arquivos pessoais tenha algum grau de informalidade, isso não é verdadeiro para a totalidade deste arquivo. Se o produtor de um fundo se envolveu profissionalmente em qualquer tipo de instituição, os documentos por ele produzidos seguirão os protocolos desta, marcando de forma mais ou menos nítida as espécies e tipos, principalmente se estes já tiverem sido demarcados e mapeados. Portanto, nos arquivos pessoais também estão presentes as categorias de documentos previstas por Bellotto: *dispositivos*, *testemunhais* e *informativos*, embora possa incluir documentos de outras naturezas⁸².

Dessa forma, não podemos negar que o estudo de tipologias documentais não só é oportuno como necessário no universo dos arquivos pessoais. Em um arquivo pessoal, o arquivista muitas vezes se depara com materiais com os quais ele não está acostumado ou para os quais a teoria arquivística tradicional não apresenta alternativas nem respostas. Mas o desafio na elaboração de um tratamento arquivístico deste tipo de material é também uma das riquezas da área⁸³.

Atualmente os estudos da tipologia se deparam também com outro desafio, que é a diversificação documental que dá origem não só a diferentes tipos documentais, como também a documentos em diferentes suportes, sendo a maioria deles em suporte eletrônico e magnético, muitas vezes fadado ao efêmero e à

⁸² No caso dos arquivos literários, podemos até aventar a possibilidade da existência de *documentos artísticos*, por exemplo, como uma categoria maior de documentos, que englobaria todo um tipo de produção ligada à produção artística do autor.

⁸³ Em palestra proferida na Fundação Casa de Rui Barbosa, “Arquivos pessoais: revisitando conceitos e princípios arquivísticos”, no dia 6 de julho de 2016, a Prof.^a Ana Maria Camargo nos relatou sua experiência ao organizar o arquivo de Plínio Salgado, onde havia um conjunto de louças com a letra sigma, símbolo do Integralismo. Igualmente, na organização de outro arquivo, a autora se defrontou com várias caixinhas de fósforo com lagartixas e nomes de mulheres dentro. Tratava-se de um tipo de mandinga popular para conquista a pessoa amada. Tanto as louças quanto estas caixas não são, efetivamente, documentos de arquivo, mas são objetos que se integram na compreensão do todo, na relação com atividades e funções mais gerais do titular e que também foram responsáveis pela produção destes objetos e, nesse sentido, podem ter relações orgânicas com os próprios documentos. Naturalmente, não cabe nestes exemplos a discussão sobre tipos documentais, pois não é papel da Arquivologia e nem do tratamento arquivístico definir tipos documentais para objetos, Mas estes exemplos servem para mostrar as diferentes realidades com as quais o arquivista se defronta no tratamento de arquivos pessoais, conforme já foi abordado no início deste trabalho.

informalidade⁸⁴. Os estudos de tipologia acompanham, não só as transformações no universo documental, como também a diversificação das atividades das instituições. E o que é verdadeiro para o nível institucional, também o é para o nível dos arquivos pessoais, principalmente porque se trata de documentos que são o resultado de múltiplos materiais acumulados pelo indivíduo por toda uma vida. Neles estão muitas vezes presentes os documentos da vida profissional, da vida afetiva e familiar, da vida artística e também elementos aparentemente triviais do seu cotidiano⁸⁵ (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 58).

Ainda que seja um desafio, a busca pela identificação do tipo documental em um arquivo pessoal começa de maneira análoga ao de um arquivo institucional. Enquanto no tratamento deste último o arquivista deve estudar a estrutura da instituição e buscar as funções que nortearam a sua atuação, no caso dos arquivos pessoais deve-se igualmente estudar a biografia do titular e mapear as suas atividades⁸⁶. Com isso, nos munimos de informações que possibilitam maior clareza no rastreamento do contexto no qual o documento foi produzido e de sua função. Sobre esse aspecto, friso que em toda a literatura da área é muito presente a ideia de que para identificar o tipo documental é necessária a contextualização do documento, identificando as atividades que lhes deram origem e as funções da instituição (ou da pessoa). Nesse sentido, há movimentos de “cima para baixo”, que são a pesquisa da biografia, cronologia dos fatos, eventos relacionados etc., e um movimento de “baixo para cima”, que é a identificação dos documentos, de sua estrutura, descrição de sua tipologia, ligação com as funções e atividades do titular etc.

⁸⁴ Cf. RONDINELLI, Roseli Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160 p.

⁸⁵ Em relação a esse material do dia a dia, sem relação com a atividade profissional ou artística de um indivíduo, Lopez, no livro “Tipologia Documental de Partidos e Associações Políticas Brasileiras” (1999) aponta que a principal contribuição para a arquivística passível de ser extraída desses estudos é, sem dúvida, a valorização dos elementos informais na busca da compreensão de processos globais (Lopez, p. 47, 1999), o que auxilia também na construção da história do cotidiano de uma pessoa e como estes elementos podem ter influenciado em sua obra ou trajetória profissional. Com relação a isso, destacamos que os documentos pessoais traduzem valores, opiniões, preferências e hábitos do seu produtor, constituindo-se em uma fonte alternativa de possibilidades para a pesquisa e que certamente pode ser rico em diversos aspectos.

⁸⁶ Esse estudo da biografia envolve também um trabalho de pesquisa que identifique os homônimos, os pseudônimos, os apelidos, os eventos em seu tempo histórico, e os eventos sociais e históricos diretamente relacionados ao produtor ou aos seus principais interlocutores; e que possamos estabelecer as devidas relações entre as informações coletadas (OLIVEIRA, 2013, p. 46)

Sobre o processo de identificação do tipo, Trancoso e Silva (2013, p.58). entendem que, embora não haja uma regulamentação na legislação para se organizar arquivos pessoais, há procedimentos institucionais a serem seguidos e um deles é a identificação das funções e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo.

Camargo e Goulart concordam com a importância da contextualização do documento na recuperação de sua função, quando afirmam que

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem, de modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação e guarda (2007, p. 54).

Dessa forma, a tipologia documental nos arquivos pessoais é também o resultado mais amplo do estudo do conjunto dos documentos. Tal estudo, por sua vez, nos indica a função e a atividade a eles relacionados, tanto por meio da estrutura física do registro, quanto através de seu conteúdo.

O trabalho de Silva, (2014), evidencia bem como a espécie e tipo se subdividem nos arquivos pessoais, de acordo com a função utilizada. A espécie *caderno* pode gerar tipos como: *caderno de bordo, caderno de campo, caderno de controle, caderno de equipamento, caderno de experimento, caderno de laboratório, caderno de pesquisa, caderno de projetos, caderno de protocolo, caderno de registro de amostra, caderno de técnico, caderno pessoal* etc.:

Finalmente, destacamos que qualquer tentativa de elaboração de uma listagem tipológica em um arquivo pessoal deve focar no universo específico ao qual o arquivo se relaciona. O campo de possibilidades de tipologias é tão grande, que é impossível fazer uma listagem deste tipo que seja completa sobre um determinado campo profissional. Sobre isso, Bellotto afirma que

Uma listagem de tipos documentais, e não de espécies, na qual se pretendesse abarcar os universos jurídico, administrativo e notarial, seria impossível. Isso porque, levando-se em conta que tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é complexa e pontual. Só é viável a construção de glossários de tipos documentais específicos (2002, p. 91)

Assim, uma vez que é impossível construir uma listagem tipológica completa de um enorme universo documental possível, o ideal é bem delinear a área sobre a

qual se quer trabalhar. No âmbito deste trabalho, nosso olhar não é sobre todos os tipos nos arquivos pessoais, mas tão somente naqueles de natureza literária, tendo como objeto empírico a análise do arquivo de Leon Eliachar.

4.2. OS ARQUIVOS DOS ESCRITORES E A EXPERIÊNCIA DO AMLB

A criação do AMLB, ocorrida em 14 de dezembro de 1972 e se trata de um arquivo literário num local geográfico em que se concentrava muitos dos expoentes da literatura no país, que é a zona sul do Rio de Janeiro. Além disso, o diretor da Casa de Rui Barbosa e fundador do setor, Plínio Doyle, possuía uma rede de relacionamentos com muitos escritores, graças ao já citado Sabadoye. Isso fez com que migrassem para a instituição muitos acervos com uma massa documental considerável⁸⁷.

O tratamento arquivístico que esse material recebeu, no entanto, oscilou bastante nos critérios utilizados, dependendo do período em questão. No seu início, os documentos eram tratados tendo um viés mais biblioteconômico, olhando peça a peça. De acordo com conversas com antigos funcionários do setor, acreditava-se também que, dessa forma, estaria se valorizando a obra de determinado escritor, uma vez que cada peça individual era acondicionada e recebia um título, evidenciando-se, assim, a produção literária. Desprezava-se, dessa forma, o caráter orgânico que diferentes documentos podiam ter.

Muitos arquivos, portanto, receberam, na época, um tratamento muito diferente daquele preconizado pela arquivística. Essa situação teve substancial mudança no início da década de 1980, com a chegada de profissionais ligados à área de Arquivologia na equipe da Fundação. A partir daí houve uma transformação na forma de se considerar os documentos e foi se consolidando uma abordagem mais arquivística, sistematizada por meio de manuais e normas no tratamento.

⁸⁷ Destaco que o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, fundado por Sérgio Buarque de Holanda em 1962, ou seja, 10 anos antes do AMLB, também recebia arquivos de escritores. No entanto, ele também se propunha a custodiar os arquivos pessoais de historiadores, antropólogos, economistas e sociólogos etc. Nesse caso, o AMLB se diferencia do IEB por ser um arquivo exclusivamente de literatura.

Como já dissemos, no que se refere à sua metodologia de organização de acervos, o AMLB adota o arranjo inspirado no CPDOC. Apesar de este arranjo ser utilizado há muito tempo no setor, atualmente ele vem sofrendo vários questionamentos e os servidores têm procurado adotar uma abordagem mais funcional nos quadros de arranjo, evidenciando as atividades do titular do arquivo e agrupando os documentos de acordo com estas. E é justamente nesse ponto que entram os estudos sobre tipologia documental, pois o método funcional está intimamente associado aos estudos de tipologias documentais (SANTOS, p. 37, 2012)⁸⁸.

Destacamos, no entanto, que mesmo com essa mudança no perfil dos profissionais que trabalham no setor e nas tentativas de se adotar outro tipo de arranjo, as tipologias documentais nunca receberam um aprofundamento operacional no AMLB. Isso porque a estrutura de arranjo com a qual se consolidou o trabalho cotidiano, nunca demandou tal estudo e as tentativas de construir outro arranjo muitas vezes permaneceram como planos não concretizados. Isso não quer dizer, no entanto, que o setor em nenhum momento abordou a questão. O AMLB possui um “Manual de procedimentos do AMLB” (2009), que traz orientações sobre o arranjo de documentos, definições de conceitos, manual de metadados para bases eletrônicas, e uma lista de tipologias documentais, que é aplicada, basicamente, no processo de descrição dos documentos, no seu título e no preenchimento de campos para planilhas eletrônicas, no subcampo *espécie*⁸⁹. A lista de tipos e espécies documentais presentes nesse manual são:

Série Correspondência	Série Produção intelectual e	Série Documentos	Série Documentos
--------------------------	---------------------------------	---------------------	---------------------

⁸⁸ Ainda que reconhecamos as críticas a esse modelo do CPDOC, ele aparentemente atende bem às demandas de pesquisa nos arquivos literários. Isso porque a pesquisa sobre os escritores se concentra principalmente na correspondência e na produção intelectual e, sendo assim, estas séries sempre orientam a pesquisa nestes arquivos.

⁸⁹ Essa é uma questão bastante peculiar, pois em muitos casos a tipologia documental não foi usada para descrever o títulos dos documentos. Isso acontece porque durante algum tempo, o setor oscilou ora sob uma administração que tinha um viés predominantemente mais literário, ora sob uma administração com uma perspectiva mais arquivística. Sob a perspectiva literária, o título de muitos documentos, quando não está expressamente colocado, é descrito com base na primeira linha do referido documento. Assim, um artigo de um escritor cujo conteúdo comece com a frase “Tenho dito há muitos anos que lhe quero”, este seria o título do documento. Trata-se de uma perspectiva literária que não necessariamente está alinhada com a perspectiva arquivística de nomear os documentos de acordo com o tipo documental.

peçoal, de terceiros e familiar	Produção intelectual de terceiros	peçoais:	diversos
Bilhete	Adendo	Apólice,	Abaixo-assinado
Carta	Anais	Atestado médico	Ação judicial
Cartão	Antologia	Autorização	Adendo
Cartão-postal	Apresentação	Boletim escolar	Agenda
Circular	Argumento	Carteira de associação	Álbum
Comunicado	Artigo	Carteira de identidade	Anteprojeto
Memorando	Ata	Carteira de partido	Anúncio
Ofício	Autobiografia	Carteira de trabalho	Bibliografia
Requerimento	Biografia	Certidão de casamento	Convite
Telegrama	Conferência	Certidão de nascimento	Cardápio
	Conto	Certidão de óbito	Cupom
	Crônica	Certificado de reservista	Exame médico
	Depoimento	Contrato	Folder
	Diário	Currículo	Folheto
	Discurso	Declaração	Lista
	Dissertação	Diploma	Orçamento
	Ensaio	Escritura	Panfleto
	Entrevista	Nomeação	Planilha
	Letra de Música	Nota fiscal	Portaria
	Memórias	Portarias	Processo
	Monografia	Procuração	Programa
	Notas	Recibos	Prospecto
	Novela	Testamento	Projeto

	Palestra	Título de eleitor	Protocolo
	Parecer		Recibo
	Partitura		Santinho/ Impresso religioso
	Peça teatral		
	Poema		
	Posfácio		
	Prefácio		
	Projeto		
	Prosa poética		
	Questionário		
	Regulamento		
	Relatório		
	Reportagem		
	Resenha		
	Romance		
	Roteiro		
	Peça de teatro		
	Tese		
	Tradução		

Tabela 1 – Glossário de tipologias documentais do AMBL. Fonte: Manual de Procedimentos do AMLB, 2009, p. 11

Como vemos, trata-se de uma lista que conta com muitos tipos documentais já bem mapeados na Arquivologia e também com outros tipos, que em muitos casos são idênticos ao que chamamos de gêneros literários como contos, poemas, crônicas. No entanto, em nenhum momento este material apresenta definições precisas sobre cada termo, cabendo ao arquivista, com sua cultura e experiência, bem como com informações buscadas externamente, diferenciar um romance, um conto, uma crônica ou uma novela. Além disso, tal manual não tem a pretensão de ser uma listagem tipológica completa de um arquivo literário, sendo resultado de um trabalho de sistematização da experiência prática cotidiana por parte dos profissionais do setor.

Cabe destacar que o “Manual de Procedimentos do AMLB” recebeu uma revisão no ano de 2016, ganhando um novo título: “Manual de Padronização dos Procedimentos de Descrição dos Documentos Arquivísticos e das Coleções do AMLB” (RONDINELLI, 2016). Este novo manual tem o mérito de trazer uma tabela de equivalência entre os campos do MARC 21/ Sophia com a NOBRADE, resultando no seguinte:

Figura 3 – Tabela de correspondência do Manual de Procedimentos do AMLB - 2016

MARC 21/ Sophia	NOBRADE
040 __ a Código da Instituição	Código de referência (somente no nível de descrição da entidade custodiadora)
090 __ a Classificação	Nome do produtor
090 __ b Notação	Código de referência
090 __ e Nível de descrição	Nível de descrição
100 __ a Nome pessoal	Título (somente nos níveis de descrição de dossiê e item documental) e pontos de acesso e indexação de assuntos
100 __ b Algarismos romanos que seguem o prenome	
100 __ c Títulos e outras palavras associadas ao nome	
110 __ a Nome da entidade	
111 __ a Nome do evento	
245 __ a Título	Título
260 __ a Local	Data(s)
260 __ b Editoração	Não tem na NOBRADE
260 __ c Ano	Data(s)
300 __ a Número de documentos	Dimensão e suporte (número de itens ou metros lineares; técnica gráfica)
300 __ b Detalhes físicos adicionais	
300 __ c Dimensões	
300 __ e Material adicional	
300 __ f Tipo de unidade	
351 __ a Organização	Sistema de arranjo
380 __ a Espécie/ tipo documental	Título (somente nos níveis de descrição de dossiê e item documental)
500 __ a Nota geral	Notas gerais
505 __ a Nota de conteúdo	Âmbito e conteúdo
506 __ a Condições de acesso	Condições de acesso
520 __ a Nota de resumo ou descritiva	Âmbito e conteúdo
535 __ a Proprietário ou depositário	Unidades de descrição relacionadas
540 __ a Condições de reprodução	Condições de reprodução

Fonte: Manual de Procedimentos do AMLB - 2016

Nela, vemos que a espécie/tipo documental aparecem no subcampo 380 e, na NOBRADE, ficou transformado sob o nome de “título”⁹⁰. Creio que essa posição, no entanto, traz desafios para o trabalho diário nos arquivos, pois nem sempre é fácil definir de uma forma tão precisa que 1- documentos de arquivo têm um título; 2- este título é necessariamente a espécie ou o tipo documental.

⁹⁰ Esta tabela de equivalência foi construída com base na seção 1.2 da NOBRADE, que corresponde ao título (cujo objetivo é identificar nominalmente a unidade de descrição e é entrada obrigatória). A tipologia aparece na subseção 1.2.4.5 nos níveis de descrição 4 e 5 (dossiê/processo e item documental): “o título pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado, e/ ou interveniente etc.) e assunto”.

A literatura sobre tipologias documentais, no entanto, vê o tipo de forma muito mais ampla do que as maneiras pelas quais o AMLB tem usado o conceito. Conforme já foi pontuado, os tipos são importantes na construção do arranjo (principalmente num quadro de arranjo funcional) e uma vez que ele é entendido como a junção da *espécie* + função, quando identificamos a função de um documento e criamos séries baseadas nela, os documentos são mais facilmente identificados e arranjados.

Em um trabalho sobre o arquivo do Senador Amaral Peixoto, Moreira nos traz um exemplo de como podem ser construídas séries funcionais dentro de um arquivo pessoal. A autora cria séries baseadas nas funções políticas que Amaral Peixoto exerceu ao longo da sua carreira de homem público:

- Séries funcionais:

1. Início da Carreira política - i cp
2. Interventor - int
3. Deputado Federal (1946-1950) dfl
4. Governador do Estado do Rio de Janeiro - gov
5. Embaixador - emb
6. Ministro da Viação e Obras Públicas - vop
7. Ministro do Tribunal de Contas da União - tcu
8. Ministro da Reforma Administrativa - ra
9. Deputado Federal (1963-i 970) - df2
10. Senador - sen – (MOREIRA, 1990, p. 48)⁹¹

Chamamos a atenção para o fato de que essa classificação por funções mais relacionadas à trajetória de uma carreira não coincide, necessariamente, com as funções que os documentos possuem na sua criação e circulação documental num sistema de arquivo. É preciso estar atento para não confundir a lógica que preside a trajetória de uma carreira com a lógica de produção documental e sua articulação com o indivíduo criador do arquivo. Se analisarmos melhor o arranjo, notamos uma série, “início de carreira política”, que em nada tem a ver com o que os

⁹¹ Destacamos que o exemplo da autora não implica num arranjo totalmente funcional. A autora mostra que o arquivo do Senador também possui séries por espécie (1. Documentos Pessoais – dp; 2. Recortes de Jornais – j) e também séries temáticas (1. psn - nacional - psd-n; 2. PSD - regional - psd-r ; 3. MDB – mdb; 4. PDS – pds; 5. Assuntos Nacionais – na; 6. Estado do Rio de Janeiro – erj; 7. Diversos – div). Isso nos indica que muitas vezes não é possível fazer um arranjo totalmente funcional, pois muitos documentos podem demandar a criação de séries diferentes da função exercida pelo titular.

estudos tipológicos definem como uma atividade ou função que possa produzir séries tipológicas documentais no sentido estrito do termo.

É importante destacar que o estudo das funções também demanda um mapeamento das atividades que os indivíduos exercem dentro de determinada função. Podemos encontrar um exemplo mais preciso do binômio função/ atividades no artigo “Identificação de tipologia documental como metodologia para a organização de arquivos de arquitetura” de Rodriguez e Viana (2013). Nele fica evidente essa diversificação de atividades por meio de uma função. De acordo com a tabela apresentada no âmbito deste artigo, vemos que cada uma das atividades geram diferentes espécies documentais, como vemos abaixo:

Figura 4 - Quadro de identificação de espécies documentais de acordo com as atividades do produtor

Competência	Função	Atividades	Espécies documentais produzidas
Planejamento de projetos de arquitetura e urbanismo	Coordenação de projetos de arquitetura, urbanismo e complementares.	Elaboração do pré-projeto	- Programa arquitetônico ou programa de necessidades; - Levantamento topográfico.
		Elaboração dos estudos preliminares	- Memorial descritivo; - Croquis; - Plantas; - Perspectivas; - Cortes.
		Elaboração do anteprojeto	- Encargos; - Especificações; - Orçamento; - Análise preliminar de custo; - Estimativa de custo; - Memorial descritivo; - Plantas; - Planta de situação; - Planta de cobertura; - Fachadas; - Cortes.
		Elaboração do projeto executivo	- Plantas; - Planta de situação; - Planta de cobertura; - Vistas; - Cortes; - Fachadas; - Detalhes.

FONTE: Rodrigues e Viana, 2013

Fonte: Viana, Rodriguez

Aqui vemos que a categoria *função* se desdobrou em diversas *atividades* e estas, por sua vez, construíram as espécies documentais específicas (embora nesse caso, também pudessem constituir tipos). Destaco que, em geral a função é o termo mais abrangente e a partir de dela, se desdobram várias atividades. No exemplo acima, vemos que a função “coordenação de projetos de arquitetura, urbanismo e complementares” gera várias atividades. Assim, primeiro a gente exerce função no trabalho, e a partir dela, são estipuladas atividades. E dessas atividades decorrem espécies e tipos documentais específicos.

Assim, para identificar as competências, os processos ou as funções, é necessária a contextualização do documento. Sobre isso, Lopez, no texto “Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia”, chega a afirmar que não olhar o contexto de produção, é não dar tratamento arquivístico ao tema, ao afirmar que

No momento em que o contexto de produção deixa de ser a diretriz da organização documental, os processos e funções responsáveis pela produção dos documentos tendem a ser ignorados. Tais propostas se configuram como organizações alternativas de documentos, pois lidam com a informação veiculada e não com o documento em si, não o tratando, portanto, sob o prisma arquivístico (2003, p. 75)

Esse contexto documental, portanto, nos permite chegar à função e, por conseguinte, à denominação do tipo documental. No entanto, ressalto que o contrário também ocorre. Quanto mais mapeado o tipo, mais facilmente se chega à função. Neste quesito, Oliveira nos esclarece que

Quanto mais se conhece o fundo, mais apurado se apresenta o trabalho científico de classificação, avaliação e descrição, visando, por meio das funções e atividades, a contextualização da produção documental. Para se contextualizar um arquivo é fundamental a identificação dos tipos documentais (OLIVEIRA, 2013, p. 57)

Tanto Oliveira quanto Lopez ressaltam a importância do contexto documental na identificação da tipologia. Destaco, porém que este não é o único elemento a ser considerado quando trabalhamos com os tipos documentais. O conteúdo do documento também se apresenta como um elemento a ser considerado. Com relação a isso, Trancoso afirma

O estudo tipológico analisa o documento e a configuração da informação, atrelando a forma física ao conteúdo do documento. Além disso, procura estudar o documento enquanto integrante de um conjunto orgânico, levando em conta a atividade que o gerou. O estudo tipológico também procura identificar a denominação adequada dos nomes dos documentos, considerando o contexto onde estão inseridos (Trancoso; Silva, 2013, p. 53).

Assim, uma vez que o estudo da tipologia buscar o entendimento da relação entre a função e as atividades que a ele se ligam, para tal, devemos olhar o contexto e também o conteúdo do registro. No caso dos arquivos de escritores, o conteúdo e a estrutura narrativa de um documento literário também auxiliam na identificação da natureza literária de um texto, pois a forma na qual ele está estruturado e a natureza do seu conteúdo nos auxiliam a perceber se se trata de uma crônica, de um conto, de um romance, de um poema.

Apesar de reconhecer a importância da estrutura e do conteúdo, ou seja, das suas características internas e externas na identificação das funções e atividades dos documentos literários, nem sempre é possível, por meio apenas destes elementos, identificar claramente as funções a eles atreladas.⁹² Em arquivos pessoais abundam documentos que são meros lembretes ou souvenirs que foram acumulados unicamente por uma espécie de *hobbie* ou apego pessoal e são apenas o registro de momentos ou pessoas que passaram pela vida do titular. Neles não existem informações tão precisas. Nestes casos, é necessário recorrer a outras informações menos evidentes e menos formais. Assim, é fundamental traçar a biografia do autor, buscando não só sua atividade profissional/literária, como também seus *hobbies*, seus passatempos, suas relações sociais, o período em que o autor escreveu (que pode coincidir com o tempo de uma determinada atividade profissional) ou o lugar em que o documento se encontra dentro de uma ordem original do arquivo.

Em outras palavras, as informações podem ser alcançadas fora do documento. Mas, naturalmente tais características não são de fácil identificação. No entanto, como nos aponta Oliveira, os documentos encontrados nos arquivos pessoais expressam individualidades, subjetividades, de acordo com a área de atuação do produtor, exigindo do arquivista uma atenção redobrada na contextualização dos documentos, de acordo com as ações que o titular desempenhou ao longo da vida (OLIVEIRA, 2013, p. 57)⁹³

Tal trabalho de investigação científica para a coleta de dados, inclusive, é uma fase preliminar e necessária para o cumprimento das funções arquivísticas de identificar, classificar e descrever a produção documental (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 56). Oliveira confirma essa posição ao dizer que

Os estudos de tipologia documental têm motivado profissionais da área a repensar os métodos de organização e os tipos de arranjo a serem adotados. Na identificação tipológica cabe ao arquivista realizar o trabalho intelectual de levantar os dados do fundo, fazer pesquisa sobre a biografia

⁹² Lopez entende que a contextualização é o processo no qual se procura entender o motivo da produção do documento, identificando a vontade criadora e este processo pode assumir diversas faces conforme demonstram a História, a Museologia, a Diplomática, a Arquivística, entre outras (2003, p. 73).

⁹³ Destaco que, por não se tratarem de documentos jurídicos/administrativos, muitos documentos literários se apresentam sob a forma de rascunhos, anotações de ideias ou a primeira versão de livros e textos. Adiciona-se a isso que, em geral, muitos estão sob a forma manuscrita, o que torna sua decifração às vezes bastante trabalhosa para o arquivista.

do titular, no caso do arquivo pessoal, analisar o documento e sua relação com a entidade (instituição ou pessoa) e, desta maneira, estruturar as séries documentais (idem, p. 57).

Dessa forma, cabe ao arquivista olhar a relação do documento com o arquivo do qual faz parte, analisando, sobretudo, os motivos pelos quais o produtor do arquivo julgou importante preservar determinado registro. Mas mais do que isso, cabe perguntar que tipo de função e atividades desempenhadas pelo produtor foi a responsável pelo surgimento de determinado registro dentro de sua trajetória pessoal e profissional, pois este movimento auxilia a estabelecermos uma relação orgânica entre os documentos⁹⁴.

Outra problemática que se enfrenta no mapeamento do tipo documental em arquivos literários, está no fato de que muitos registros destes arquivos não são o produto final dos autores, a saber, o artigo, o livro, a crônica etc., mas sim o estágio anterior dos mesmos como bonecas de livros ou anotações diversas que são fragmentos que vão compor a obra e que o autor anota e guarda. Sob o ponto de vista da tradição documental, são documentos em um estágio pré-original, que se compõem de rascunho e minutas (BELLOTTO, 2008, p. 88). O arquivista deve lidar com essa realidade na busca da função do documento e, por conseguinte, do tipo.

Podemos afirmar, portanto, que o que define o tipo documental num arquivo literário (bem como na maioria dos arquivos pessoais e institucionais) são os elementos que estão associados ao seu conteúdo, sua configuração, ao contexto de seu produtor, a utilidade que o mesmo deu ao documento (função e atividade) e sua relação orgânica com outros documentos. Como vemos, o tratamento não difere, em essência, daquele dado para os arquivos institucionais.

Por fim, observamos que no Arquivo Museu de Literatura Brasileira são definidos simultaneamente como espécies e tipos documentais *anais, adendo, diário, peça de teatro, atestado médico, certidão de nascimento* etc. Convém destacar que esse fato já foi previsto por Bellotto (2008, p. 82), quando afirma que há muitas instituições arquivísticas internacionais que não distinguem a espécie do tipo. No que se refere aos arquivos pessoais de escritores, essa questão das função/atividades torna-se desafiadora, pois essas últimas nem sempre são claras.

⁹⁴ Adicionamos a essa reflexão o fato de que, quando estabelecemos essas funções, é possível até mesmo ter um melhor parâmetro para um eventual descarte-

No caso de Leon Eliachar, por exemplo, que tem sua identidade profissional relacionada à função de escritor, podemos verificar pela sua biografia que ele exerceu essa profissão sob a forma de atividades variadas e em veículos de comunicação diversos também. Escreveu livros, mas também roteiros de programas de rádio TV. Circulou pelas editoras de livros e por emissoras de rádio e TV. Em outros exemplos, podemos ver escritores que se envolveram em funções jornalísticas, exercendo atividades diferentes das requeridas por um escritor de carreira mais tradicional. Nesse sentido, sempre caberá ao arquivista estudar as atividades do titular, associá-las aos documentos, buscando identificá-los de forma sempre conjugada ao entendimento das dinâmicas específicas de cada vida profissional.

4.3 GLOSSÁRIO DE TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NO ARQUIVO DE LEON ELIACHAR

O processo de identificação tipológica e suas etapas técnicas dependem da visão do autor, da linha teórica do qual se adote, da cultura administrativa da instituição, das suas necessidades de organização, consulta e acesso à informação e também da natureza do arquivo com o qual se está trabalhando.

Uma das obras mais difundidas sobre como fazer tipologia documental é o trabalho de Bellotto “Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo” (2002), que é um livreto de uma série relacionada ao universo arquivístico lançado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Segundo a autora,

Na identificação diplomática do documento deve-se estabelecer e/ou reconhecer, sequencialmente:

- 1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade;
- 2) a datação (datas tópica e cronológica);
- 3) a sua origem/proveniência;
- 4) a transmissão/tradição documental;
- 5) a fixação do texto.

Na identificação tipológica do documento, a sequência é distinta, devendo-se reconhecer e/ou estabelecer:

- 1) a sua origem/proveniência;

- 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora;
- 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 4) o conteúdo;
- 5) a datação (2002, p. 21)

Bellotto (2002, p. 93) afirma que “se se partir da Diplomática, o elemento inicial é a decodificação do próprio documento, e suas etapas serão: da anatomia do texto ao discurso; do discurso à espécie; da espécie ao tipo; do tipo à atividade; da atividade ao produtor. Já se se partir da Arquivística, o elemento inicial tem de ser, necessariamente, a entidade produtora, e o percurso será: da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento.”. Ela também complementa que

A efetivação da análise tipológica a partir da Arquivística exige conhecimento prévio:

- 1) da estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora;
- 2) das sucessivas reorganizações que tenham causado supressões ou acréscimos de novas atividades e, portanto, de tipologias/séries;
- 3) das funções definidas por leis/regulamentos;
- 4) das funções atípicas circunstanciais;
- 5) das transformações decorrentes de intervenções;
- 6) dos processos, pois eles têm uma tramitação regulamentada. (idem, p. 95)

A obra da autora trata de uma realidade bem específica, referente a arquivos institucionais com documentos antigos. Naturalmente, o universo arquivístico é bem mais amplo e apresenta outros desafios. A questão aqui, não é tão somente o processo de análise tipológica, mas também o modo como se constrói o glossário de tipologias, ou seja, o produto final desse estudo. Nesse processo parece ser fundamental definir que tipo de informações deve constar em um documento desta natureza.

Lopez, no livro “Tipologia Documental de Partidos e Associações Políticas Brasileiras” (1999) nos dá um exemplo de uma possível estrutura de um glossário tipológico e que pode nos dar indicações sobre como os arquivistas podem proceder. Vemos na imagem a seguir que o autor coloca informações como “função”, “espécie”, “nº de docs”, “datas-limite”.

Figura 5 – Atividades de alcance externo

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Agitação política		
adesivo	4+1	[jan?/86-nov/89]
cartaz	4+1	[jun?/89-nov/89]
convite	3	jun/89-jan/90
panfleto	9+81	[jan/89?-nov/89]
sacola	1	[nov?/89-nov/89]
Arrecadação financeira		
bônus	1+169	[mar?/86-mar?/86]
ingresso	3+4	[mar/86]-jul/89
rifa	1+130	[out?/89-out?/89]

Fonte: LOPEZ, 1998, p. 34

Silva, na obra “Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório” (2014) nos traz outro tipo de tabela. Nela a autora apresenta “espécie/tipo” numa única coluna, indicando os variados tipos que cada espécie pode produzir, mas sem detalhar sua definição.

Figura 6 – Glossário de tipologias documentais em arquivos de cientistas

ESPÉCIE / TIPO	DEFINIÇÃO
E-MAIL	Mensagem transmitida por correio eletrônico aplicada aos sistemas que utilizam a internet e/ou intranet, de características semelhantes a carta ou bilhete.
FICHA de autorização de despesa de avaliação de calibração de campo de controle de controle da caixa de controle de ensaio de controle de estoque de controle de devolução de controle de qualidade de envio de monitor de expedição de identificação de movimento de material de rastreamento de dados de registro de registro de entrega de material de registro de relatos de usuários	Formato (em geral de dimensões menores que a folha) com campos pré-definidos ou não, para preenchimento de informações específicas.

Fonte: SILVA, 2014, p. 26

O “Manual de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro” apresenta outra proposta, na qual o código vem primeiro e este, por sua vez, é associado a uma atividade e estas se subdividem em vários tipos documentais. Na tabela abaixo também vemos outro elemento interessante, que é a competência. Embora esta categoria se aplique mais para arquivos institucionais, ela pode servir

para arquivos pessoais, funcionando como uma categoria intermediária entre função e atividade.

Figura 7 – Modelo de Plano de Classificação de Documentos

19 - Competência: Planejamento, orçamento e coordenação da ação governamental.			
19.01 - Função: Gestão de políticas de administração de recursos humanos			
ATIVIDADES		TIPOLOGIA DOCUMENTAL	
19.01.01	Analisar direitos e vantagens dos servidores	19.01.01.01	Apostila de alteração de informações administrativas e de organização de pessoal
		19.01.01.02	Ato de aposentadoria
		19.01.01.03	Certidão de tempo de serviço
		19.01.01.04	Processo de reassunção de servidor
		19.01.01.05	Processo de restituição de valores de fundo de saúde
		19.01.01.06	Requerimento de adicional de qualificação
19.01.02	Executar o cadastro de pessoal e controle de frequência	19.01.02.01	Ato de exoneração de servidor a pedido
		19.01.02.02	Ato de investidura do servidor
		19.01.02.03	Ato de readaptação de servidor
		19.01.02.04	Ato de reassunção de servidor
		19.01.02.05	Boletim de inspeção médica
19.01.03	Providenciar o pagamento de pessoal.	19.01.03.01	Formulário de lançamentos de férias
		19.01.03.02	Formulário de alteração de valores de pagamento aos servidores
		19.01.03.03	Formulário de alteração relativa ao vínculo do servidor
		19.01.03.12	Processo de solicitação de mudança de nível
		19.01.03.13	Termo de reconhecimento de dívida

Fonte: Manual de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 19

Estes exemplos servem para mostrar como um glossário de tipologias documentais pode se apresentar de diferentes maneiras, a depender das necessidades e da configuração documental das instituições. No âmbito deste trabalho, me baseei na estrutura do trabalho de Silva (2014), onde encontramos a “espécie/ tipo” na coluna esquerda e sua definição na coluna direita. No que se refere aos documentos de Leon, de menor complexidade e com um universo documental não tão diverso, esta estrutura parece ser suficiente para a elaboração do glossário.

Com relação a Leon, ele exercia diversas atividades profissionais; nelas, possuía várias funções que englobavam atividades bem específicas dentro da cadeira produtiva. Em jornais e revistas⁹⁵, sua principal função era a de redator⁹⁶, cuja atividade era escrever matérias. Aqui, os tipos documentais mais decorrentes

⁹⁵ Há de se destacar que o jornalismo se divide em diversos tipos. De acordo com Bahia (2010), este pode ser jornalismo feminino, esportivo, cultural, declaratório, antecipativo, interpretativo, investigativo e, podemos adicionar, jornalismo de humor. No caso de um jornal, com seus diferentes cadernos e no caso de uma revista, com suas diferentes seções, há vários tipos de jornalismo neles inseridos.

⁹⁶ Em jornais e revistas, há funções de redator, repórter, chefe de reportagem, editor (chefe do caderno), editor executivo, que supervisiona os editores, os diagramadores, fotógrafo, chargista, entre outros. Fonte: <http://9anarede.blogspot.com.br/2013/04/profissoes-dentro-de-um-jornal.html>. Acessado em 23 de novembro de 2016.

são “notas de humor”⁹⁷. Na televisão, segundo os contratos com as emissoras, pudemos identificar que suas funções foram a de produtor, roteirista e relações públicas e as atividades principais eram escrever os programas, elaborar perguntas para entrevistas e orientar os profissionais envolvidos. Aqui, os principais tipos documentais são os “script de programa humorístico de televisão”. No rádio, sua função era a de redator e a atividade era produzir radionovelas. Aqui o principal tipo é “script de radionovela”. Na função publicitária, como tinha uma empresa onde ele era o único funcionário, acumulou consigo todas as atividades do processo de criação de peças publicitárias. Nessa função, encontramos documentos como “croquis de publicidade”, “layout”, “fotomontagens”, entre outros. Finalmente, como escritor, ainda que sua atividade fossem escrever, também atuou na elaboração das capas de seus livros, e entre os tipos encontramos “capa de livro” e “boneca”⁹⁸.

No decorrer da pesquisa, pude verificar que essas áreas possuem alguns conceitos amplos, de difícil definição, mas que vale a pena registrar. Alguns conceitos na área jornalística são onipresentes, mas não constituem em si mesmos nem espécies e nem tipos documentais, como “arte-manual”, “ilustração”, “matéria” etc. De acordo com Bahia (2010), o verbete “matéria” pode ser definido como:

Notícia, assunto, tema, argumento, objeto de informação. Tudo o que se elabora com a finalidade de divulgar ou que é divulgado, seja um original, um texto, uma ilustração, uma mensagem, uma transmissão por qualquer um dos meios de comunicação. Usual em todos os veículos de massa para designar o conteúdo de uma produção jornalística, seja escrita, falada, visual, etc. Nesse sentido, matéria é a notícia, a reportagem, o editorial, a crônica, e também a publicidade – o anúncio ou o informe sonoro e a imagem ou o prefixo que fazer parte da emissão jornalística.

Como vemos, alguns destes conceitos, apesar de não constituírem espécies documentais propriamente ditas, por serem muito difusos, parecem ser importantes balizas conceituais com os quais o arquivista pode se orientar na identificação e na descrição dos documentos.

⁹⁷ Notas de humor se aproxima muito da popularmente chamada *piada*.

⁹⁸ Com relação a outras possíveis funções, de acordo com a descrição feita pela ex-esposa do titular, Wanelly, quando falou que Leon ajudou na produção do filme “O homem do Sputnik”, foi possível inferir que ele muito provavelmente participou na função de argumentista, que, em cinema, é o autor de um argumento, história ou sinopse para desenvolvimento do roteiro ou script de um filme (BAHIA, 2010). Infelizmente não podemos confirmar essa informação.

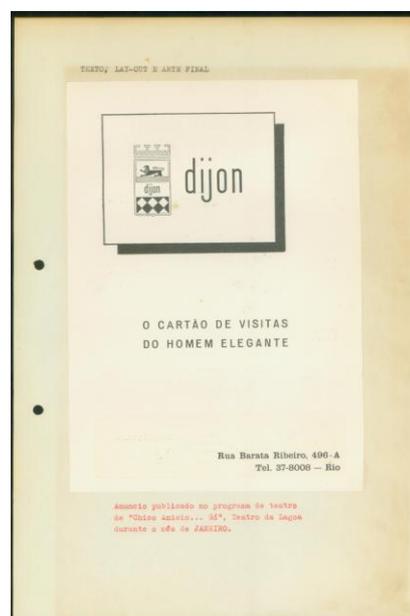
A seguir, ilustramos alguns dos tipos documentais do titulas. No que se refere à função como publicitário, apesar de sua atuação neste campo ter se dado somente no final da sua vida, é nelas que se encontram a maior quantidade de tipos e espécies documentais diferentes. Nos documentos abaixo vemos dois tipos próprios dessa área e que demonstram as diferentes etapas de produção no campo publicitário, o *croqui* e a *arte-final* para uma campanha publicitária para a empresa de roupas “Dijon”.

Figura 7 – Croqui de publicidade



Fonte: Arquivo Leon Eliachar, Acervo AMLB

Figura 8 – Arte final



Fonte: Arquivo Leon Eliachar, Acervo AMLB

Na sua atuação em jornais e revistas, vemos abaixo o tipo documental “desenho” e logo depois a sua forma publicada, provavelmente para algum jornal. Nele vemos que se sobrepõe ao desenho, a foto de um personagem, caracterizando uma “fotomontagem”. Trata-se do processo de construção de alguma matéria jornalística devidamente mantida em seu arquivo pessoal como testemunho de sua atividade.

Figura 9 – Desenho



Fonte: Arquivo Leon Eliachar/ Acervo AMLB

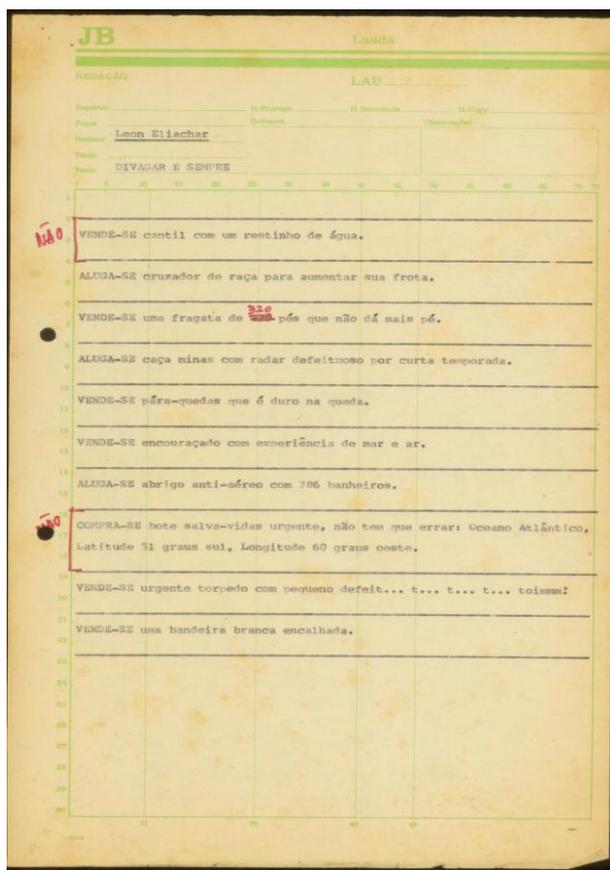
Figura 10 – Fotomontagem



Fonte: Arquivo Leon Eliachar/ Acervo AMLB

U... nos arquivos de Leon são folhas soltas com várias piadas que o autor elaborava. Neles vemos que o autor fazia anotações como “não”, provavelmente pensando que elas não seriam utilizadas. No documento abaixo vemos claramente identificadas listas de piadas para a coluna “Divagar e sempre” no “Jornal do Brasil”. Não está claro se todas essas piadas eram utilizadas nas publicações em jornal e é provável que tais documentos servissem como um estoque de ideias para uso em diferentes momentos.

Figura 11 – Nota de humor



Fonte: Arquivo Leon Eliachar/ Acervo AMLB

também muitos recortes de jornais sobre o pos-lançamento e sobre a repercussão destes na imprensa, elementos dos quais Leon era muito cioso. Um aspecto curioso de seu arquivo é a presença de documentos relacionados à pré-produção dos programas de rádio e de televisão. A maior parte das pessoas está acostumada a ver esses programas somente na sua dimensão audiovisual e muitas vezes a natureza literária e intelectual destas atividades passa despercebida pelo grande público.

Uma das dificuldades deste projeto foi o fato de que boa parte dos glossários de tipologias documentais existentes se referem a arquivos institucionais de instituições públicas. A maioria dos glossários apresentam tipos documentais bem mapeados no universo institucional, como “atestado, memorando, justificativa, discurso etc”, documentos muito mais afinados com a administração pública.

No arquivo de Leon, no entanto, praticamente não encontramos documentos de instituições públicas. Boa parte de seu material traz acervo de instituições privadas cujo universo documental, além de não ser de fácil acesso para consulta, também não apresenta nenhum material público de consulta. Diferentemente da Administração Pública, instituições privadas não têm necessariamente a obrigação de uma padronização documental, mesmo que se trate de empresas que atuem no mesmo ramo. Assim, os documentos produzidos no âmbito destas instituições não possuem seus tipos muito bem mapeados e delimitados. Adiciona-se a isso que, além de muitas empresas não serem de fácil acesso para a pesquisa acadêmica, muitas delas já nem existem mais.

Embora tenham sido consultados vários glossários de tipologias documentais, os termos aqui descritos foram elaborados com base nas seguintes obras:

- BAHIA, Benedito Juarez. Dicionário de jornalismo Juarez Bahia; século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 416 p.
- Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Glossário de Tipos documentais em arquivos de cientistas. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

- Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Glossário de termos utilizados na descrição do acervo. São Paulo: IFHC, 2015
- Museu de Astronomia e Ciências Afins. Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios. Rio de Janeiro: MAST, 2014.
- PAVIANI, Jayme. O ensaio como gênero textual. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – o Ensino em Foco. Caxias do Sul, ago. 2009.
- Sistema de Arquivos USP/ SAUSP. Glossário de Espécies/ Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo. Out/ 1997.

Por fim, saliento que ainda que o foco deste trabalho sejam os tipos documentais presentes exclusivamente no arquivo de Leon Eliachar, reforço que um estudo mais aprofundado sobre tipos documentais no universo dos arquivos literários ainda se faz necessário. Atualmente se encontra em elaboração um glossário de termos utilizados na descrição dos documentos arquivísticos e das coleções do AMLB com o fito de cobrir essa necessidade.

No glossário abaixo, as espécies e tipos documentais sublinhados são aqueles que não foram encontrados em nenhum outro glossário pesquisado e creio que são, de certa forma, boas contribuições provenientes do arquivo de Leon. Já os termos que estão em itálico na coluna das definições, são pequenas alterações feitas por mim para adaptar o significado à realidade documental de Leon Eliachar.

ESPÉCIES/ TIPOS DOCUMENTAIS	DEFINIÇÃO
AGENDA	Livro, caderno <i>ou folha</i> com esboço ou plano de coisas a fazer, compromissos a cumprir, assuntos a considerar e matérias a discutir ou votar (USP, 2017/ MAST, 2014).
ANOTAÇÃO	Ver APONTAMENTOS
ANTEPROJETO <u>Anteprojeto de publicidade</u>	Estudo preparatório de projeto (COC, 2009).
ANÚNCIO <u>Anúncio de jornal</u>	Notícia, aviso, comunicado, proclamação. Meio pelo qual se transmite ao público qualquer tipo de informação. Espaço editorial ou ineditorial em um veículo de

	comunicação social. Espaço publicitário para inserção de mensagens (BAHIA, 2010).
APONTAMENTO	Registro informal do que foi lido, ouvido, observado, ou pensado, para eventual uso posterior (MAST, 2014).
APRESENTAÇÃO DE OBRA	Comentário destinado a justificar uma publicação, com explicação sobre seu conteúdo, objetivo e importância. Aplica-se a trabalhos científicos, técnicos, literários ou artísticos (manuais, monografias, catálogos de exposição etc.). Substitui anteâmbulo, antelóquio, introdução, orelha de livro, posfácio, preâmbulo, prefácio (IFHC, 2015)
ARTE FINAL	Trabalho gráfico pronto para ser impresso (USP, 1997).
ARTIGO <u>Artigo de humor</u>	Diz do texto jornalístico de caráter opinativo, interpretativo ou personificado por uma autoria, declarada ou não. No primeiro caso, quem o assina no segundo, o veículo que o endossa- modernamente, editoria. Distingue-se da notícia comum por vários aspectos: é mais extenso contém ideias tratadas como temas ou motes, em torno das quais o autor desenvolve conceitos (políticos, filosóficos, etc.) em geral, sustenta posições, dissertando, descrevendo ou relatando exemplos que as reforçam; e, finalmente, observa uma linha de exposição que, como no discurso, tem começo, meio e fim. Distingue-se do editorial por exercitar apenas um ponto de vista individual, contrariamente à opinião concisa e densa do veículo que se delega uma representação coletiva e adquire conteúdo de “receita” ou “fórmula”, impregnada de dogmatismo (BAHIA, 2010)
BILHETE	Comprovante de quantia a ser paga (USP, 1997). Ver também RECIBO.
BILHETE	Comunicação verbal redigida na terceira pessoa (USP, 1997).

BONECA	Rascunho ou minuta de material a ser publicado (USP, 1997). ⁹⁹
CADERNETA Caderneta escolar	Caderno de pequeno formato (HOUAISS, 2001).
CAPA Capa de livro	Proteção externa, geralmente de tecido, plástico ou material similar, sobreposta a livros, cadernos e similares para prolongar-lhes a durabilidade (HOUAISS, 2001).
CARICATURA	Representação gráfica simplificada, exagerada ou deformante de pessoas, de modo a acentuar traços que lhes são característicos e ridicularizá-las (IFCH, 2015).
CARTA Carta comercial, Carta de aceitação, Carta de agradecimento, Carta de apoio, Carta de apresentação, Carta de aviso, Carta de cobrança, Carta de colaboração, Carta de confirmação, Carta de convite, Carta de crítica, Carta de esclarecimento, Carta de indicação, Carta de intercessão, Carta de manifestação de desagrado, Carta de manifestação de solidariedade, Carta de negociação, Carta de oferecimento de colaboração, Carta de pedido de apoio, Carta de pedido de autorização, Carta de pedido de colaboração,	Meio de comunicação, manuscrito ou impresso, endereçado a uma ou mais pessoas. Seu conteúdo exprime a vontade ou opinião do autor, e não da instituição a que pertence. Os tipos discriminados podem servir, igualmente, a bilhete, cartão, cartão postal, memorando, ofício, requerimento e telegrama. Não confundir com Ofício (COC, 2009).

⁹⁹ Essa definição encontrada no material da USP se refere ao termo “boneco” e não a “boneca”. De acordo com Bahia (2010), quando o termo está no masculino, ele se refere “em jornalismo, a uma foto pequena (em geral 3x4) para publicar em jornal, revista ou reproduzir em TV, etc.; representação de uma pessoa por meio de desenho, caricatura ou outro tipo de traço; pequeno retrato de busto, comumente sem expressão ou movimento, que, no entanto, serve para identificar o personagem objeto de uma notícia”. Já a definição que Bahia dá para o termo “boneca”, é muito próxima da definição da USP. Optamos, portanto, por trabalhar com a definição desta última, mas trocando o termo por “boneca”.

Carta de pedido de demissão, Carta de pedido de trabalho, Carta de protesto, Carta de recomendação, Carta de referência, Carta de solicitação de opinião, Carta de sugestão	
CARTÃO DE CUMPRIMENTOS	Cartão contendo mensagem de cumprimentos (FIOCRUZ, 2009).
CARTÃO DE VISITA	Cartão contendo informações pessoais em que o nome pode vir acompanhado do endereço, qualificação profissional etc (FIOCRUZ, 2009).
CARTÃO-POSTAL	Cartão ilustrado, com face reservada para inscrição de mensagem breve (FIOCRUZ, 2009).
CARTAZ Cartaz de publicidade	Folha impressa de um só lado própria para afixação em local público e destinada a divulgação ou propaganda (USP, 1997).
CARTEIRA FUNCIONAL	Caderneta ou cartão expedido por órgãos públicos e empresas aos seus servidores e empregados, para identificá-los quanto ao cargo e função que ocupam (IFHC, 2015).
CARTEIRA Carteira de autorização de porte de arma Carteira de habilitação Carteira de plano de saúde	Documento, oficial ou não, em forma de caderneta, que contém dados pessoais ou de identificação de seu portador, ou qualificações, informações, autorização etc (HOUAISS, 2001).
CARTÃO	Meio de comunicação que utiliza papel encorpado de pequeno e médio formato para mensagens concisas. Aplicam-se ao cartão, em princípio, os mesmos tipos da carta (IFHC, 2015).
CÉDULA DE IDENTIDADE	Cartão expedido por órgão competente contendo nome, número do registro geral, filiação, naturalidade, data de nascimento, fotografia, assinatura e a impressão digital do portador e que serve para

	sua identificação (USP, 1997).
CERTIDÃO Certidão de casamento Certidão de nascimento	Declaração pela qual a autoridade comprova um fato ou situação com base em documento de assentamento autêntico (USP, 1997).
CERTIFICADO Certificado de naturalização Certificado de propriedade de veículo	Declaração pela qual uma instituição comprova um fato ou situação próprios de suas atividades a partir da realidade ou de registros (USP, 1997).
CHARGE	Representação gráfica cujo objetivo é a crítica imediata de fatos específicos, em geral de natureza política, fazendo uso quase sempre da caricatura (IFHC, 2015).
CLICHÊ	Placa de metal, geralmente de zinco, gravada fotomecanicamente em relevo, obtida por meio de estereotipia, galvanotipia ou fotogravura, destinada à impressão de imagens e textos em prensa tipográfica (HOUAISS, 2001).
CLIPPING/ CLIPAGEM	Conjunto de resumos das principais notícias publicadas em jornais e revistas (HOUAISS, 2001).
COMPROVANTE	Recibo, nota ou documentos em que se demonstra a realização de uma despesa, de uma transação ou de um ato. Ver RECIBO. (USP, 2014).
CONTO <u>Conto de humor</u>	Narrativa breve e concisa, contendo um só conflito uma única ação, unidade de tempo, e número restrito de personagens (HOUAISS, 2001).
CONTRATO Contrato de trabalho Contrato de prestação de serviços Contrato de locação de imóvel	Acordo entre duas ou mais pessoas ou entidades que transferem entre si algum direito ou obrigação (USP, 1997).
CONVITE Convite de casamento Convite de lançamento de livro	Solicitação para que alguém esteja presente em um lugar ou a um ato (USP, 1997).
CRACHÁ	Cartão com modelos pessoais para fins de identificação e/ou controle em eventos e em locais de trabalho <i>ou de realização de atividades</i> (USP, 1997)
CRÔNICA	Narração sistemática de acontecimentos, em sua sequência temporal, com pouco ou nenhum

	empenho na sua análise e interpretação. Pode ocorrer em coluna de jornal ou revista e em programa televisivo ou radiofônico, com notícias e comentários (polêmicos ou não) em torno de diferentes atividades. Equivale, às vezes, a artigo (IFHC, 2015).
CORRESPONDÊNCIA	Substituído por Carta Bilhete Telegrama Cartão-postal Cartão Ofício etc (COC, 2009).
CRONOLOGIA	Relação de situações ou eventos distribuídos no tempo (IFHC, 2015).
CROQUI <u>Croquis de publicidade</u>	Desenho rápido feito com o objetivo de expressar graficamente uma ideia plástica, que pode ser de pintura, desenho, planta, projeto arquitetônico ou outros (MAST, 2014).
CURRICULUM VITAE/CURRÍCULO	Informações pessoais dispostas de forma sintética e ordenada trazendo dados da vida civil e profissional, além das atividades e publicações técnicas, científicas, artísticas segundo a respectiva carreira do titular do currículo (USP, 2014).
DEPOIMENTO Depoimento profissional	Declaração de uma testemunha sobre determinado fato do qual tem conhecimento ou que se relacione com seus interesses (COC, 2009).
DESENHO <u>Desenho de publicidade</u>	Representação de seres, objetos, ideias, sensações, feita sobre uma superfície, por meios gráficos, com instrumentos apropriados (MAST, 2014).
DIPLOMA <u>Diploma de premiação</u>	Título com que se confere um cargo, dignidade, privilégio ou se concede a habilitação profissional <i>ou premiação</i> a alguém (MAST, 2014).
ENSAIO	É um <i>estudo</i> , uma investigação ou uma reflexão que contém o caráter de provisoriedade, de proposta, de algo que não possui a pretensão de acabamento (PAVIANI, 2009).
ENTREVISTA	Conjunto de declarações coligidas em colóquio, para a obtenção de esclarecimentos, avaliações e

	opiniões a serem eventualmente divulgadas (IFHC, 2015)
ESBOÇO	Substituído por Croqui (COC, 2009).
ESTUDO	Substituído por Ensaio (COC, 2009).
FOLDER/FOLHETO <u>Folder publicitário</u>	Publicação de pequeno formato para divulgação de curso, evento <i>ou produto</i> (USP, 1997).
FOLHA	Formato (em geral de dimensões maiores que a ficha) com campos pré-definidos ou não, para preenchimento de informações específicas (MAST, 2014).
FOLHA	Unidade de livro, revista ou jornal cujas faces tem o nome de Página (HOUAISS, 2001).
FOLHA TIMBRADA	Usar PAPEL TIMBRADO
FOTO/ FOTOGRAFIA ¹⁰⁰ <u>Fotografia de atuação profissional</u> <u>Fotografia de sociabilidade</u> <u>Fotografia familiar</u> <u>Fotografia portrait</u> <u>Fotografia publicitária</u>	Imagem obtida por processo de fixação fotossensível (USP, 2014).
<u>FOTOMONTAGEM</u>	Técnica de reunir duas ou mais imagens distintas para criar uma nova composição; fotografia que daí resulta (HOUAISS, 2001)
HISTÓRICO PROFISSIONAL	Substituído por CURRÍCULO (COC, 2009).
ILUSTRAÇÃO	Substituído por DESENHO, FOTOGRAFIA (COC, 2009).
LAYOUT/ LEIAUTE Layout de capa de livro Layout de cartaz Layout de convite Layout de folder	Diagramação de desenhos, letras e imagens em suporte determinado e limitado em geral anterior à impressão (USP, 1997).
LISTA Lista de contatos de serviços	Relação pormenorizada de nomes de pessoas, coisas, quantias ou circunstâncias para finalidades

¹⁰⁰ Os diferentes tipos de fotografia constituem, ainda, um campo de pesquisa em aberto, sendo que essas classificações em função das diferentes representações fotográficas provenientes dos acontecimentos nos quais Leon esteve presente e fotografado constituem um exercício experimental de classes genéricas de fotografias que se colocam de forma mais ou menos padronizada na maioria dos arquivos pessoais.

Lista de contatos profissionais Lista de convidados Lista de serviços	diversas (controle, entrega, empréstimo etc). Ver RELAÇÃO (COC, 2009).
LOGOTIPO	Símbolo que serve à identificação de uma empresa, instituição, produto, marca etc, e que consiste geralmente na estilização de uma letra ou na combinação de grupos de letras com <i>design</i> característico, fixo e peculiar (HOUAISS, 2001).
MAKING OF	Registro do processo de criação e desenvolvimento de determinado trabalho de comunicação, incluindo cenas de bastidores, reuniões e todo tipo de material bruto. Substitui documentário de bastidores (HOUAISS, 2001).
MANUSCRITO	Ver APONTAMENTO
MENSAGEM	Comunicação curta verbal ou escrita (USP, 1997).
MINUTA	Pré-original ou rascunho corrigido, sem os sinais de validação (USP, 1997).
NOTA biográfica <u>de humor</u>	Breve comunicação ou exposição escrita (USP, 1997).
NOTA FISCAL	Relação numerada na qual se especificam as mercadorias vendidas indicando-se os preços unitários e total e que obrigatoriamente as acompanha na entrega ao comprador (USP, 1997).
NOTA PREPARATÓRIA	Registro de informações, sistematizadas ou não, independente da forma, destinada a subsidiar a aulas, <i>apresentações ou trabalhos literários</i> (MAST, 2014).
OFÍCIO	Meio de comunicação próprio do serviço público, de caráter oficial, entre autoridades da mesma categoria, entre autoridades e particulares ou entre inferiores e superiores hierárquicos. Pode ser dirigido ao mesmo tempo, com idêntico teor, a diferentes destinatários. Aplicam-se ao ofício, em princípio, os mesmos tipos da carta. No plural, o termo pode ser utilizado para indicar a abordagem

	serial prevista para cartas enviadas e cartas recebidas. (IFHC, 2015)
PANFLETO	Impresso de pequeno formato destinado à divulgação de evento (Ver também FOLDER E FILIPETA) (USP, 1997).
<u>PAPEL TIMBRADO</u>	Papel para determinados documentos e correspondência de cunho particular, comercial ou oficial, que apresenta um timbre identificando seu emitente. Ver também FOLHA TIMBRADA (COC, 2009).
PASTA <u>de publicidade</u>	Espécie de bolsa achatada de couro, plástico, tecido ou papel, para guardar e transportar livros, documentos etc (HOUAISS, 2001).
PERIÓDICO	Publicação em fascículo, número ou parte, editado a intervalos pré-fixados, por tempo indeterminado, com a colaboração de diversas pessoas, sob a direção de uma ou de várias, em conjunto ou sucessivamente, tratando de assuntos diversos, segundo um plano definido. Podem ser diários (jornais); semanais, quinzenais, mensais, bimensais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais (revistas), anuais e bianuais (anais, etc.) Ver Também Boletim informativo (MAST, 2014).
<u>PIADA</u>	História curta de final surpreendente, às vezes picante ou obscena, contada para provocar risos (HOUAISS, 2001). Substituído por NOTA DE HUMOR
POSTAL	Substituído por CARTÃO-POSTAL.
PREFÁCIO	Ver APRESENTAÇÃO DE LIVRO
<u>PROGRAMA</u> de peça de teatro	Lista escrita em que se enumeram (e às vezes se comentam) as partes de que deverá compor-se um espetáculo, concerto ou cerimônia (HOUAISS, 2001).
<u>PROGRAMAÇÃO</u>	Lista dos programas, a longo prazo ou permanente, de um teatro, uma emissora de rádio ou televisão etc (HOUAISS, 2001).
PROJETO de produto	Conjunto de operações a executar dentro de determinado prazo para obtenção de produto ou realização de atividade. Substitui Plano de ação (MAST, 2014).

PROPOSTA de estudo de trabalho técnica	Sugestão a ser avaliada ou estudada (MAST, 2014).
PROSPECTO	Instrumento de propaganda ou divulgação de ideia, evento, produto, serviço ou instituição. Substitui catálogo de evento, <i>folder</i> , folheto (IFHC, 2015)
RECIBO de compras	Declaração por escrito de se haver recebido alguma quantia ou alguma coisa (MAST, 2014).
RECORTE/CLIP	Parte de jornal ou revista destacado colecionado por assuntos, nomes lugares ou datas. Em geral, são coladas em folhas formando cadernos de clipping (MAST, 2014). Ver CLIPPING/ CLIPAGEM
RELAÇÃO	Usar LISTA
RELATÓRIO de programa de televisão	Exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade com a finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior (MAST, 2014).
RESUMO	Exposição breve de um texto, de uma sucessão de acontecimentos ou de contas (USP, 2014).
ROTEIRO de eventos de entrevista de peça teatral <u>de programa humorístico</u> <u>de televisão</u>	Relações dos principais tópicos que devem ser abordados num trabalho, estágio, numa discussão, visita, treinamento <i>ou apresentação teatral</i> (USP, 1997).
<u>SCRIPT</u> <u>de programa humorístico</u> <u>de televisão</u> <u>de programa humorístico</u> <u>de rádio</u> <u>de radionovela</u> ¹⁰¹	Texto original ou adaptado, individual ou coletivo que conjuga diálogos, narrações, marcações, técnicas, indicações técnicas etc., de um filme ou peça teatral, de um programa de rádio ou TV. Mais comum, em cinema, dizer-se roteiro, e, em teatro,

¹⁰¹ De acordo com o dicionário Aurélio (1999), novela é uma “narração usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, por via de regra, verossímeis; peça teatral ou romance, geralmente em capítulos, escrito ou adaptado para apresentação seriada pelo rádio”. No caso, há de se ressaltar o cuidado necessário de perceber que a categoria “novela” não constitui um tipo documental em si; portanto, não podemos confundir o gênero literário com o tipo, o que é um dos maiores desafios dos acervos literários. Apesar de Leon ter como atividade a produção de “novelas” enquanto gênero literário, dentro da sua função de redator, o documento produzido em função disso é o script de uma radionovela.

	texto. Em rádio e TV, é usual script (BAHIA, 2010).
SINOPSE	Apresentação concisa de textos, acontecimentos, fatos ou eventos (HOUAISS, 2001).
TRABALHO	Termo genérico para designar o produto final de um estudo ou curso. Ver também COMUNICAÇÃO (MAST, 2014).
TELEGRAMA	Mensagem em estilo conciso, transmitida por meio de telegrafia. Ver também CORRESPONDÊNCIA.

O Arquivo Leon Eliachar apresenta inúmeros casos de espécies e tipos documentais que merecem um estudo para identificação da atividade que o gerou e definição do nome mais apropriado para o documento. Este glossário é apenas um exemplo da riqueza de possibilidades tipológicas que um arquivo pessoal, livre das amarras normativas, pode oferecer para a pesquisa. Também ao longo deste trabalho, ficou evidente o permanente contato que o arquivista deve ter com os trabalhos da área, de modo que o diálogo com tudo aquilo que já foi produzido no campo de tipologias documentais é sempre enriquecedor não só para o profissional da área, para a instituição, para o tratamento dos documentos e, principalmente, para o enriquecimento intelectual da Arquivologia.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho permitiu uma problematização profícua sobre o universo dos arquivos pessoais no âmbito da Arquivologia. Conforme demonstramos, há muito o assunto deixou de ser secundário na disciplina e passou a ser o tema de muitos trabalhos, o que inclui artigos em revistas, apresentações em congressos e objeto de dissertações e trabalhos de fim de curso. Estes apresentam olhares sobre os arquivos pessoais sob múltiplos aspectos, sendo que o tema das tipologias documentais é apenas um deles.

Na medida em que os arquivos pessoais começaram a ser debatidos no campo da Arquivologia e deixaram de ser custodiados apenas por museus e bibliotecas, um campo novo de pesquisa vem sendo consolidado. Nesse processo, os arquivos pessoais seguem requerendo novas problematizações, uma vez que apresentam características com as quais o arquivista se vê confrontado no campo teórico-metodológico.

A teoria tradicional arquivística, que sempre foi o “porto seguro” das práticas com os arquivos, hoje lida com os desafios impostos não somente pelos arquivos pessoais, mas também pelos arquivos digitais, que também colocam uma plêiade de questões para os profissionais. Assim, alguns demandam uma revisão total da teoria arquivística tradicional; já outros defendem uma adaptação dela.

Ainda que os arquivos pessoais mantenham diferenças em relação aos arquivos institucionais, o que parece ter ficado claro neste trabalho é que o ideal é não pensar os dois tipos de arquivos como realidades separadas, mas sim como dois universos que, ainda que corram em paralelo, se tangenciam em muitos pontos.

Os arquivos pessoais exercem papéis sociais. Eles representam a relação que um indivíduo teve com os registros que produziu em vida, configuram-se como suportes de suas memórias e servem de prova de sua trajetória. Como representantes de uma memória individual, no seu conjunto estão ligados à trajetória de um país, e também a movimentos históricos de âmbito global. Preservar essa memória individual é também preservar a memória de toda uma coletividade. Estes arquivos podem ser analisados sob infinitos olhares, pois são muitas as possibilidades de pesquisa que eles resguardam.

No que se refere às tipologias documentais, esse trabalho permitiu ver a sua importância na precisão do tratamento documental. Seu estudo demanda uma análise criteriosa da biografia do autor, de suas atividades profissionais, seus *hobbies* e de sua rede de relações, pois muitas vezes determinadas atividades sociais são frutos de uma época e o arquivista só pode identificá-las por meio do estudo do contexto social.

A tipologia documental permite também que os arquivistas se comuniquem, pois permite criar uma terminologia comum, em que cada profissional pode dialogar com o trabalho do outro ou de outras instituições, dando segurança na etapa de identificação e nomeação dos tipos documentais encontrados em cada fundo.

Mesmo que em algumas situações de tratamento de arquivos não se chegue à especificidade de um estudo tipológico aprofundado, no decorrer desta dissertação, ficaram evidentes as facilidades que um glossário tipológico traz. Um glossário tipológico, uma vez que se encontre produzido, sempre facilitará arquivístico, conforme novos arquivos cheguem à instituição.

A construção de um glossário, no entanto, é um trabalho que demanda tempo, mas que produz resultados que contribuem para a eficiência da organização documental. Uma vez que o arquivista possui tipos documentais mapeados, a identificação de qualquer novo documento em um novo arquivo é facilitada. E essa identificação é a base para o questionamento sobre a função e a atividade responsáveis pela produção do documento.

Destaco também que este é um processo sempre em construção, uma vez que as atividades de um indivíduo podem ser muito diferentes, o que gera uma

pluralidade muito grande de tipos documentais e, alguns, seguem sendo um desafio à identificação e descrição. Isto aconteceu com o estudo do arquivo de Leon Eliachar, uma vez que ele se envolveu em atividades muito diferentes, sendo principalmente um humorista de variados tipos de mídia. Além disso, os registros nem sempre se apresentavam em tipologias reconhecidas. Com isso, os glossários consultados muitas vezes não ofereciam todos os tipos necessários para a identificação dos documentos de Eliachar. No entanto, eles foram de grande valia, pois boa parte dos documentos de Leon já havia sido mapeada em outros glossários. Percebemos que uma incursão a dicionários provenientes dos campos profissionais de atuação de Eliachar – rádio, TV, jornalismo, editoração – se fez necessário, tendo em vista descrever novos tipos e os inserir no universo dos glossários de tipologias de arquivos pessoais.

Dessa forma, o estudo das tipologias é interessante, pois mesmo quando lidamos com realidades tão diferentes, como arquivos de cientistas e arquivos de escritores, ainda assim encontramos muitos documentos semelhantes e até mesmo iguais, pois são parte de uma cultura institucional que se refere a todo o país. A título de exemplo, podemos citar documentos como *currículo*, *notas fiscais*, *cadernetas escolares*, *certificado de casamento*, *certificado de reservista* etc.

Conforme dissemos, enquanto que para os arquivos institucionais podemos encontrar uma variedade de glossários tipológicos, estudos dessa natureza em arquivos pessoais são mais escassos. Espera-se, com esse trabalho, despertar o interesse dos futuros pesquisadores para a necessidade de mais trabalhos na área. Podemos falar, portanto, que o desenvolvimento de glossários de tipos documentais em arquivos pessoais demanda que se crie uma consciência da importância destes estudos por parte dos arquivistas.

Apesar de complexo, as pesquisas sobre tipologias documentais em arquivos pessoais têm algumas facilidades, pois eles possuem uma característica muito particular: frequentemente são especializados de acordo com a área de atuação do titular ou da instituição de guarda. Assim, quando falamos em arquivos pessoais, muitas vezes estamos falando de arquivos de cientistas, de artistas, de médicos, de escritores etc, apenas para citar alguns exemplos. Essa especialização do arquivo é

também uma facilidade, pois auxilia o arquivista a focar o seu olhar, principalmente na hora da construção de um glossário.

O arquivo de Leon, por exemplo, compõe o universo dos arquivos de escritores. Ainda que a profissão “escritor” englobe uma miríade de funções e atividades, os documentos produzidos guardam alguma semelhança entre si e são oriundos de alguma atividade mais ou menos homogênea, como indica o glossário de tipologias documentais do AMLB, onde documentos como *crônicas* e *poemas* já estão bem mapeados.

Uma lacuna que se evidenciou ao longo deste trabalho foi a necessidade de estudos tipológicos para documentos fotográficos e filmográficos. As duas realidades são tão complexas que parece necessário um estudo aprofundado para definir quais as funções ou atividades relacionadas a uma fotografia ou a um filme. Este parece ser um ponto importante, pois os arquivos pessoais contam sempre com uma boa quantidade de fotografias e filmes. Um estudo dessa natureza permitiria um tratamento mais preciso de um material que ainda parece ser de pouco domínio pela maior parte dos arquivistas.

No decorrer deste trabalho tive que lidar com uma diversidade grande de termos técnicos sobre cinema, rádio, televisão, publicidade, jornais e revistas. Na pesquisa, apareceram termos como frequência de imagem, breique e *busy* na televisão; *close-up* no cinema, *catatau* e *deadline* no jornalismo, *alltype* e *broadside* na publicidade, brunidor no mercado editorial, entre outros. Embora tais elementos não se encontrassem no arquivo de Leon, circular por estes termos, resultou num alargamento conceitual que expandiu os horizontes de muitas formas.

Por fim, este trabalho propõe a ser uma contribuição para um universo muito amplo, que é um glossário de tipologias documentais no âmbito dos arquivos pessoais, tendo como foco os arquivos de escritores, mais particularmente o arquivo de Leon Eliachar.

REFERÊNCIAS

- ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: Silva, Maria Celina Soares de Mello; Santos, Paulo Roberto Elian dos. (org.) *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 75-88, 192 p.
- ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014, p. 18-45.
- BAHIA, Benedito Juarez. Dicionário de jornalismo Juarez Bahia; século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 416 p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 318 p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos privados: conceituação e caracterização*. In: *Arquivos permanentes tratamento documental*. 2. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 263-278, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*. V. 21, p. 201-207, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise tipológica de documento de arquivo. Série Como Fazer, v.8. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. 121 p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106 p.

- BERTONHA, João Fábio. A construção da Memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e Cultura*. São Paulo, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, p. 112-120, 2007.
- BRANDI, Felipe. Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby. In.: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa*. Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 101-130, 2014.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 2º semestre, p. 26-39, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma Abordagem Diplomática dos Arquivos Pessoais. *Estudos Históricos*. v. 21. Rio de Janeiro, p. 169-175, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Apresentação. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios*. Rio de Janeiro: MAST, 2014, 46 p.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p.
- CARMÉLIO, Luzia Helena de Almeida; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Correspondência e Sociabilidade: análise dos cartões natalinos de Afonso Pereira - décadas de 1970 e 1990. *Biblionline*, v. 1, n. 2, 2005.
- Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. *Glossário de Tipos documentais em arquivos de cientistas*. Anexo 4. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, Anexo 4, 2009.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101 p.

- COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Estudos históricos*, n. 21, 129-149, 1998.
- COOK, Terry. Entrevista. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012.
- DANA, Any. A imigração judaica e o padeiro do espírito. In: Zwerling, Uri [et AL]. *Os judeus na história do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, p. 37-50, 2013.
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 231 p.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.
- FISHER, Rob. In Search of a Theory of Private Archives: The Foundational Writings of Jenkinson and Schellenberg Revisited. *Archivaria, The Journal of the Association of Candian Archivists*. N. 67, Spring, 2009.
- FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 81 f., 2004.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*. v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Glossário de termos utilizados na descrição do acervo. São Paulo: IFHC, p. 1-33, 2015.
- GONÇALVES, Martina Spohr. Políticas de Arranjo e Descrição em Arquivos Privados Pessoais. Niteroi e Rio de Janeiro: UFF e Arquivo Nacional, 2007. 59 p.
- GRUPO DE TRABAJO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. Manual de tipologia documental de lós municípios. Madrid: Consejería de Cultura, 1988, p. 1-478.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. Em torno al tipo documental. *Boletín de La ANABAD*, t. 56. N. 3, p. 13-36, 2006.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In.: Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos. Rio de Janeiro: FGV, p. 1-10, 2008.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009

- HEYMANN, Luciana Quillet. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012. 238 p.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder*. Relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller. 1997. Dissertação (mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997).
- HOBBS, Catherine. Reenvisioning the Personal: Reframing traces of individual life. In: Eastwood, Terry; MACNEIL, Heather. *Currents of Archival Thinking*. Libraries Unlimited, p. 213-241, 2009.
- HOBBS, Catherine. The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. *Archivaria*. Association of Canadian Archivists. n. 52, p. 1-10, 2001.
- JARDIM, José Maria . A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação - Vol 25, número 2*, p. 1-13, 1995.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília, DF: Thesaurus, p. 53-75, 2010.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et AL. 2. Ed. Campinas, SP. Ed. Da UNICAMP, p. 423-484, 1992.
- LEITE, Bruno Ferreira. Percepções, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito. Rio de Janeiro: UNIRIO, PPGArq. 2014, 113 p.
- LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: Silva, Maria Celina Soares de Mello; Santos, Paulo Roberto Elian dos. (org.) *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, p. 11-20, 2012.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*. Niteroi, n. 154, p. 69-82, 2. Sem. 2003
- LOPEZ, André Porto Ancona. Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras. São Paulo: USP, Edições Loyola. 1999, 151 p.

- Manual de Gestão de Documentos. Governo do Estado do Rio de Janeiro. RJ, 2012, 108 p.
- Manual de Organização e Descrição de Arquivos Pessoais da Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. Manual de organização de arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p.
- Manual do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: FCRB, 2009, 43 p.
- MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*. V. 45, issue 3, 1996.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In.: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa*. Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 18-45, 2014.
- MEEHAN, Jennifer. Rethinking Original Order and Personal Records. *Archivaria*, 70. Association of Canadian Archivists, p. 27-44, 2010.
- MIZRAHI, Rachel. Imigrantes judeus do Oriente Médio e sua inserção em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOREIRA, Regina da Luz. Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: ainda uma estratégia a ser definida? Rio de Janeiro: CPDOC, p. 1-88, 1990.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios. Rio de Janeiro: MAST, 2014, 46 p.
- NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (Org.). Introdução. In: *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. Arquivos pessoais e documentos digitais: Uma reflexão em torno de contradições. *Arq. & Adm.* Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-47, jan./jun. 2008

- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Arq. & Adm.* Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28- 51, 2013.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. Humor inglês à brasileira: Lingua Portuguesa. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/ObraAberta/obraaberta76.pdf>. Acessado em: 10 de maio de 2016.
- PAVIANI, Jayme. O ensaio como gênero textual. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – o Ensino em Foco. Caxias do Sul, p. 1-6, ago. 2009.
- ROCHA, Lygia Maria Silva. Pif Paf: Discurso e Contexto. In: _____. *Pif Paf: o jornalismo que ri*. Uma análise do campo jornalístico a partir da imprensa alternativa brasileira. Dissertação de Mestrado em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 206 p.
- RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG), São Paulo: USP, 2002, 780 p.
- RONDINELLI, Roseli Curi (Org.). Manual de Padronização dos Procedimentos de Descrição dos Documentos Arquivísticos e das Coleções do AMLB. Rio de Janeiro: FCRB, 2016, 53 p.
- RONDINELLI, Roseli Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160 p.
- RONDINELLI, Roseli Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280 p.
- ROUCHOU, Joëlle. Álvaro Moreyra: um arquivo para dois. In.: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa. Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 249 – 262, 2014.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian. Arquivo Pessoal, Ciência e Saúde Pública: O arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: Silva, Maria Celina Soares de Mello; Santos, Paulo Roberto Elian dos. (org.) *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 21-50 p., 2012.

- SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Arquivos Pessoais. *Arquivística. Net*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 62-80, jan./jul. 2008.
- SCHELLENBERG, T. R. 1973. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 345 p.
- SILVA, Armando B. Malheiro da. Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciência e técnicas do Patrimônio*. I Série, v. III. Porto, p. 55-84, 2004.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e Silva. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoa do físico Bernhard Gross. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.18, n.3, p.160-174, jul./set. 2013.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e Silva. Introdução. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios. Rio de Janeiro: MAST, 2014, 46 p.
- Sistema de Arquivos USP/ SAUSP. Glossário de Espécies/ Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo. Out/ 1997. 49 p.
- SVICERO, Thais Jeronimo. Os Arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.1, p. 221-237, 2013.
- TANNO, Janete Leiko. Os acervos Pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. *Patrimônio e Memória*. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, p. 101-111, 2007.
- THOMASSEN, Theo. *A first introduction to archival science*. *Revista Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006
- TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *PontodeAcesso*, Salvador. V. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011.
- TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013
- VÁSQUEZ MURILLO, Manuel. Reflexiones sobre el término 'tipo documental'. De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: Organización de Iês Estados Americanos, 1987.

- VIANA, Cláudio Muniz. RODRIGUEZ, Ana Célia. Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2013.
- VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arq & Adm.*, Rio de Janeiro, p. 62-76, jul./dez. 1986.

SÍTIOS CONSULTADOS

- 9anarede. Profissões dentro de um jornal. Disponível em <http://9anarede.blogspot.com.br/2013/04/profissoes-dentro-de-um-jornal.html>. Acessado em 23 de outubro de 2016.
- Banco de Conteúdos Culturais. TV Tupi. Disponível em <http://www.bcc.org.br/tupi/>. Acessado em 9 de junho de 2016.
- Dicionário de MPB. Bene Nunes. Disponível em <http://dicionariompb.com.br/bene-nunes/biografia> > Acessado em 8 de junho de 2016
- <http://www.tudosobretv.com.br/produ/>. Acessado em 1 de novembro de 2016.
- Memória Globo. Batalha dos Astros. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/auditorio-e-variedades/batalha-dos-astros.htm>. Acessado em 11 de maio de 2016.
- Memória Globo. Faça Humor, Não Faça Guerra. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/faca-humor-nao-faca-guerra.htm> > Acessado em 10 de junho de 2016
- Memória Globo. Humor. Disponível em: <http://memoria.globo.globo.com/humor/> > Acessado em 10 de junho de 2016.
- Memória Globo. Planeta dos Homens. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/o-planeta-dos-homens/producao.htm>.> Acessado em 4 de maio de 2016

- Memória Globo. Satiricon. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/satiricom.htm>. Acessado em 4 de maio de 2016
- UNIVATES. A Cena Muda. Disponível em <https://www.univates.br/biblioteca/museu-regional-do-livro/a-cena-muda>. Acessado em 10 de maio de 2016
- Wikipedia. Festival de Humor de Bordighera. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/International_Festival_of_the_Humor_of_Bordighera. Acessado em 12 de maio de 2016.
- Wikipedia. Pif Paf. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pif_Paf. Acessado em 10 de maio de 2016
- Wikipedia. Rede Excelsior. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Excelsior. Acessado em 5 de maio de 2016.
- Wikipédia. TVE Brasil. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/TVE_Brasil. Acessado em 9 de junho de 2016.